

Reference Form

(ICVM 480/09)

2020

Version 7 - February 4th, 2021

(available only in Portuguese)

BANCO INDUSVAL S.A.

C.N.P.J.¹ nº 61.024.352/0001-71

NIRE² 353.000.242-90

¹ N.T. CNPJ/MF = Corporate Taxpayer Registry at the Ministry of Finance

² N.T. NIRE = Corporate Registry Identification Number

LIST OF UPDATED ITEMS

Version	Update Date	Updated items	Description
1	Jul 31, 2020	--	--
2	Sep 4, 2020	12.5/6 - Management 21.1/2/4 - Information Disclosure Policy	<ul style="list-style-type: none"> Approval by the Board of Directors of the resignation of Mr. Jair Ribeiro da Silva Neto from the post of member of Board of Directors Approval by the Board of Directors of the Material Information Disclosure Policy
3	Sep 22, 2020	12.5/6 - Management 15.1/2/3 - Shareholding Control 15.5 - Shareholders' Agreement 15.6 - Relevant changes in ownership, control and management	<ul style="list-style-type: none"> Resignation of Mr. Luiz Masagão Ribeiro and Mr. Manoel Felix Cintra Neto from the post of members of Board of Directors Termination of the Shareholders' Agreement, under approval by the Central Bank of Brazil
4	Sep 30, 2020	12.5/6 - Management	<ul style="list-style-type: none"> Election of Mr. Dyogo Henrique de Oliveira and Mr. Ricardo Fajnzylber to the post of effective members of Board of Directors
5	Nov 11, 2020	12.5/6 - Management	<ul style="list-style-type: none"> Approval of the election of Mr. Dyogo Henrique de Oliveira and Mr. Ricardo Fajnzylber to the post of effective members of Board of Directors by the Central Bank of Brazil
6	Nov 23, 2020	12.5/6 - Management	<ul style="list-style-type: none"> Nomination of Mr. Fernando Fegyveres to the post of Vice Chairman of Board of Directors in the Board of Directors Meeting (BDM) held on Nov 12, 2020.
7	Feb 4, 2021	6.3 - History of the Issuer 12.12 - Shareholders' Meetings - Other Relevant Information 15.1/2 - Shareholders Base 15.3 - Capital Distribution 15.5 - Shareholders' Agreement 15.6 - Controlling Shareholders' Equity Interests 15.7 - Major Corporate Actions 17.1 - Capital Information 17.2 - Capital Increase 17.5 - Other Relevant Information 18.6 - Brazilian Markets in which Securities are Traded	<ul style="list-style-type: none"> Approval of the Term of Cancellation for the Shareholders' Agreement signed on September 14, 2020 by the Central Bank of Brazil Company's Exit from the special segment of B3 listing called Level 2 of Governance Corporate Corporate Restructuring in progress at the Company, with the incorporation of Banco Indusval's shares by the holding company NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Capital Increase approved by the Board of Directors on December 31, 2020

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	4
2.3 - Outras Informações Relevantes	5

3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições Não Contábeis	7
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	9
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	10
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	12
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	13
3.7 - Nível de Endividamento	14
3.8 - Obrigações	15
3.9 - Outras Informações Relevantes	16

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	18
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	23
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	24
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	25
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	26
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	27
4.7 - Outras Contingências Relevantes	28
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	29

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	30
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	32
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	35
5.4 - Programa de Integridade	37
5.5 - Alterações significativas	39
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	40

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	41
6.3 - Breve Histórico	42
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	45
6.6 - Outras Informações Relevantes	46

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	47
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	48
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	49
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	50
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	51
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	52
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	54
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	55
7.8 - Políticas Socioambientais	56
7.9 - Outras Informações Relevantes	58

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	59
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	60
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	61

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	62
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	63
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	65
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	66
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	67
9.2 - Outras Informações Relevantes	69
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	70
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	86
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	92
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	95
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	96
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	97
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	98
10.8 - Plano de Negócios	99
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	100
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	101
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	102
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	103
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	110
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	113
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	114
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	115
12.7/8 - Composição Dos Comitês	128

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	133
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	134
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	136
12.12 - Outras informações relevantes	137

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	138
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	143
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	147
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	149
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	150
13.6 - Opções em Aberto	151
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	152
13.8 - Precificação Das Ações/opções	153
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	154
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	155
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	156
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	157
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	158
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	159
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	160
13.16 - Outras Informações Relevantes	161

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	162
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	164
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	165

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	166
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	167
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	168
15.3 - Distribuição de Capital	171
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	172
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	173
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	174
15.7 - Principais Operações Societárias	176
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	180
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	181
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	182
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	190
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	191
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	192
17.2 - Aumentos do Capital Social	194
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	195
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	196
17.5 - Outras Informações Relevantes	197
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	199
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	200
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	201

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	202
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	204
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	205
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	206
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	207
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	208
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	209
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	210
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	211
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	212

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	213
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	214
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	216

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	217
20.2 - Outras Informações Relevantes	219

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	220
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	221
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	223
21.4 - Outras Informações Relevantes	224

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

FERNANDO FEGYVERES

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

CARLOS ANDRÉ HERMESINDO DA SILVA

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

voiter

BANCO INDUSVAL S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MEF nº 61.024.352/0001-71

NIRE 353.000.242-90

Código CVM: 20885

DECLARAÇÃO

Declaro, nos termos da instrução CVM nº 480 e posteriores alterações, que, na qualidade de Diretor Geral do Banco Indusval S.A.:

1. Revisei o Formulário de Referência;
2. Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
3. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do Banco Indusval S.A. e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários emitidos.

São Paulo, 31 de julho de 2020

DocuSigned by:

Fernando Fegyveres

71FB13BE42BF44B...

FERNANDO FEGYVERES

CPF: 148.106.108-96

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

voiter

BANCO INDUSVAL S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MEF nº 61.024.352/0001-71

NIRE 353.000.242-90

Código CVM: 20885

DECLARAÇÃO

Declaro, nos termos da instrução CVM nº 480 e posteriores alterações, que, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores do Banco Indusval S.A.:

1. Revisei o Formulário de Referência;
2. Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
3. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do Banco Indusval S.A. e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários emitidos.

São Paulo, 31 de julho de 2020

DocuSigned by:

Carlos Andre Hermesindo da Silva

B06E404BA98E410...

CARLOS ANDRÉ HERMESINDO DA SILVA

CPF: 178.217.718-30

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Pricewaterhouse&coopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Data Início	02/05/2019
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras BRGAAP (junho e dezembro), IFRS (dezembro), Conglomerado Prudencial (junho e dezembro) e revisão especial (ITRs). Auditoria dos controles internos (Resolução BACEN nº 3.467), revisão da carteira de crédito (Resolução BACEN nº 2.682), revisão de informações econômico-fiscais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Total Auditoria: R\$ 975.000,00 Banco Indusval: R\$ 731.250,00 Banco SmartBank: R\$ 195.000,00 Distribuidora Intercap de Títulos e Valores Mobiliários: R\$ 48.750,00
Justificativa da substituição	Não houve substituição da firma de auditoria. Houve rotação de responsável técnico de Ricardo Baldin (CPF 163.678.040-72) nos exercícios de 2006 a 2008, para Luís Carlos Matias Ramos (CPF 103.007.048-28) no período de 10/02/2009 a 28/04/2009, Sérgio Dias da Silva (CPF 828.575.477-49) para os exercícios 2009 a 2011, Maria José de Mula Cury (CPF 103.571.768-98) para o período de 01/01/2012 a 10/08/2016, Carlos Augusto da Silva (CPF 507.225.816-53) para o período de 11/08/2016 a 30/06/2019 e, desde então, Maria José de Mula Cury (CPF 103.571.768-98).
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	não há

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Maria José de Mula Cury	30/06/2019	103.571.768-98	Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Barra Funda, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-903, Telefone (0011) 36743834, Fax (0011) 36743716, e-mail: maria.jose.cury@br.pwc.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em complemento às informações do item 2.1/2.2 - Identificação e Remuneração dos Auditores, segue detalhamento de “Responsável Técnico” no período de 2017 a 2019.

Ano	2017	2018	2019
Nome Empresarial	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Responsável Técnico	Carlos Augusto da Silva	Carlos Augusto da Silva	Maria José de Mula Cury
CPF	507.225.816-53	507.225.816-53	103.571.768-98
Telefone	(11) 3674.2000	(11) 3674.2000	(11) 3674.2000
E-mail	carlos_augusto.silva@br.pwc.com	carlos_augusto.silva@br.pwc.com	maria.jose.cury@br.pwc.com
Data Contratação	06/02/2017	02/05/2018	02/05/2019
Descrição dos Serviços	Auditoria das demonstrações financeiras BRGAAP (junho e dezembro), Conglomerado Prudencial (Junho e Dezembro), IFRS (dezembro) e revisão especial (ITRs)	Auditoria das demonstrações financeiras BRGAAP (junho e dezembro), Conglomerado Prudencial (Junho e Dezembro), IFRS (dezembro) e revisão especial (ITRs)	Auditoria das demonstrações financeiras BRGAAP (junho e dezembro), Conglomerado Prudencial (Junho e Dezembro), IFRS (dezembro) e revisão especial (ITRs)
	Auditoria dos controles internos (Resolução BACEN nº 3.467), revisão da carteira de crédito (Resolução BACEN nº 2.682), revisão de informações econômico-fiscais.	Auditoria dos controles internos (Resolução BACEN nº 3.467), revisão da carteira de crédito (Resolução BACEN nº 2.682), revisão de informações econômico-fiscais.	Auditoria dos controles internos (Resolução BACEN nº 3.467), revisão da carteira de crédito (Resolução BACEN nº 2.682), revisão de informações econômico-fiscais.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	508.052.073,07	145.520.406,62	271.985.083,42
Ativo Total	3.080.989.120,61	2.444.982.169,19	2.655.217.285,07
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	14.812.281,22	-185.959.489,72	-116.291.454,09
Resultado Bruto	-37.855.717,88	-178.515.716,39	-239.838.854,93
Resultado Líquido	-11.211.965,56	-125.071.559,84	-223.513.822,60
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	86.744.495	151.983.855	151.983.855
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	5,860000	0,960000	1,790000
Resultado Básico por Ação	-0,310000	-0,470000	-0,960000
Resultado Diluído por Ação	-0,31	-0,47	-0,96

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Informações Consolidadas dos exercícios sociais encerrados em

Descrição	2017	2018	2019
Liquidez			
Caixa Livre (em R\$ mil)	786.117	928.151	834.644
Rentabilidade			
Margem Financeira Líquida (NIM)	0,2%	0,2%	-1,3%
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio (ROAE)	-58,3%	-59,9%	-3,4%
Retorno sobre Ativo Médio (ROAA)	-6,6%	-4,9%	-0,4%
Índice de Qualidade da Carteira de Crédito Expandida			
Índice de Inadimplência (NPL 90)	12,0%	3,6%	4,3%

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Caixa Livre = Soma das disponibilidades, aplicações financeiras de liquidez, depósitos em garantia e títulos e valores mobiliários (TVM), deduzindo-se os títulos de crédito classificados em TVM (CPR, CDA/WA, NP, debentures e FIDC) e as captações no mercado aberto.

Informações Consolidadas dos exercícios sociais encerrados em

Em R\$ mil	2017	2018	2019
Disponibilidades	9.198	6.767	21.999
Depósitos em garantia	29.557	6.173	0
Aplicações interfinanceiras de liquidez	322.126	770.529	500.206
Títulos e valores mobiliários ¹	500.013	337.074	500.095
(-) Aplicações interfinanceiras de liquidez - Vinc. Crédito Rural	-28.404	0	0
(-) Captações no Mercado Aberto	-46.373	-192.392	-187.656
Caixa Livre	786.117	928.151	834.644

¹ Deduzidos os títulos de crédito classificados em TVM (CPR, CDA/WA, NP, debentures e FIDC).

NIM (Net Interest Margin) = Margem Financeira Líquida = Quociente entre (i) Resultado Bruto de Intermediação Financeira ajustado, excluindo-se provisões para devedores duvidosos, e (ii) Ativos Remuneráveis Médios.

Informações Consolidadas dos exercícios sociais encerrados em

Em R\$ mil	2017	2018	2019
Resultado Interm. Financeira ajustado ¹ antes de Despesa PDD	4.251	2.566	-18.104
Ativos Remuneráveis Médios	2.387.043	1.518.450	1.344.012
Margem Financeira Líquida (NIM)	0,2%	0,2%	-1,3%

¹ Desconsidera os efeitos de (i) recuperações de créditos em perda, (ii) descontos concedidos na liquidação de operações no período e (iii) parcela de risco de crédito atribuída aos títulos e valores mobiliários.

3.2 - Medições Não Contábeis

ROAE (Return on Average Equity) = Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio = Quociente entre o Lucro Líquido e o Patrimônio Líquido médio do período.

Informações Consolidadas dos exercícios sociais encerrados em

Em R\$ mil	2017	2018	2019
Lucro Líquido	-223.514	-125.072	-11.212
Patrimônio Líquido Médio	383.604	208.752	326.786
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio (ROAE)	-58,3%	-59,9%	-3,4%

ROAA (Return on Average Asset) = Retorno sobre o Ativo Médio = Quociente entre o Lucro Líquido e o Ativo médio do período.

Informações Consolidadas dos exercícios sociais encerrados em

Em R\$ mil	2017	2018	2019
Lucro Líquido	-223.514	-125.072	-11.212
Ativo Médio	3.386.903	2.550.100	2.762.986
Retorno sobre Ativo Médio (ROAA)	-6,6%	-4,9%	-0,4%

Índice de Inadimplência = Quociente entre créditos não performados (saldo devedor de contratos com alguma parcela vencida por prazo superior a 90 dias) e Carteira de Crédito Expandida.

Informações Consolidadas dos exercícios sociais encerrados em

Em R\$ mil	2017	2018	2019
Créditos em atraso há mais de 90 dias (NPL 90 dias)	149.065	25.421	48.164
Carteira de Crédito de Expandida	1.239.036	704.301	1.119.882
Índice de Inadimplência (NPL 90 dias)	12,0%	3,6%	4,3%

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Caixa Livre	Medida de liquidez que indica o volume de recursos líquidos do Banco.
NIM (Margem Financeira Líquida)	Medida que quantifica a rentabilidade dos ativos remuneráveis, ou seja, os ativos sobre os quais a Companhia gera receita.
ROAE (Retorno sobre Patrimônio Líquido médio)	Medida de rentabilidade sobre o capital próprio.
ROAA (Retorno sobre Ativo médio)	Medida de rentabilidade sobre capital próprio e capital de terceiros.
Índice de Inadimplência	Medida de qualidade da carteira de crédito expandida.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A seguir, descrevemos os eventos subsequentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31.12.2019.

Conforme comunicado ao mercado de 03.01.2020, o Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento de capital da Companhia, dentro do capital autorizado, em razão da **CONVERSÃO DAS LETRAS FINANCEIRAS EM AÇÕES ORDINÁRIAS**.

Em 10.07.2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão privada de Letras Financeiras, que seriam mandatoriamente convertidas em ações ordinárias da Companhia caso o Índice de Capital Nível I da Companhia, apurado na forma estabelecida pela Resolução BACEN nº 4.193, fosse inferior a 9% em qualquer mês. Esta hipótese de conversão foi verificada com a apuração do Índice de Capital Nível I da Companhia referente ao mês de novembro de 2019, e informado ao Banco Central em 2 de janeiro de 2020.

Diante da conversão das Letras Financeiras em ações ordinárias, o capital social da Companhia passou a ser R\$1.156.335.497,25, divididos em 99.072.523 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, e 3.749.410 ações preferenciais nominativas escriturais, sem valor nominal.

Em 01.07.2020, a Companhia comunicou ao mercado a conclusão da **AQUISIÇÃO DA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA**, a empresa **CRÍPTON COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA**. A aquisição da Comercializadora está alinhada com a estratégia traçada pela administração do Banco, que acredita que os mercados financeiro e de energia são complementares e, portanto, permitirá ao Banco expandir sua atuação e proporcionar novas estruturas para seus clientes.

Diante da **PANDEMIA DE COVID-19**, com o objetivo de garantir a continuidade do negócio, o Banco Indusval S.A. reviu seu plano de contingência e preparou seu ambiente tecnológico, adequando-o para que a totalidade dos funcionários trabalhe à distância. Entendemos que, por ainda estarmos na pandemia, seus desdobramentos não estão claros, sendo prudente aguardar que o cenário se estabilize.

Temos identificado um aumento na demanda por crédito, em especial, pela retração na concessão de crédito no mercado como um todo, gerando, assim, oportunidades pontuais de negócio. Estamos atentos às oportunidades de negócio, mas manteremos a prudência, aguardando a estabilização das perspectivas de médio e longo prazo para a economia. Em relação à atividade de concessão de crédito, temos mantido nossa postura seletiva na concessão de novos créditos e estamos monitorando nossa carteira de crédito levando em conta o atual cenário e possíveis impactos em nossa carteira. Nossa estrutura de garantias e modelo de negócio, entretanto, coloca-nos numa posição confortável nesse quesito.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

A forma de destinação dos resultados do Banco Indusval S.A. está definida em seu Estatuto Social, e é a seguir resumizada:

	2017	2018	2019
a. regras sobre retenção de lucros	<p>RESERVA LEGAL Determinada pelo Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social, somente podendo ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. O artigo 39 do Estatuto Social do Banco Indusval S.A. prevê que 5% do lucro líquido do exercício serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o §1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.</p> <p>RESERVAS ESTATUTÁRIAS Nos termos do artigo 194 da Lei nº 6.404/76, o Estatuto Social da Companhia poderá criar reservas, desde que, para cada uma: (i) indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade; (ii) fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e (iii) estabeleça o limite máximo da reserva. O Conselho de Administração da Companhia “ad referendum” da Assembleia Geral, poderá deliberar a formação das seguintes reservas: Reserva para Equalização de Dividendos e Reserva para Reforço do Capital de Giro.</p> <p>A RESERVA PARA EQUALIZAÇÃO DE DIVIDENDOS será limitada a 40% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos: a. equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; b. equivalentes a até 100% da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados; c. equivalentes a até 100% do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; d. decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos.</p> <p>A RESERVA PARA REFORÇO DO CAPITAL DE GIRO será limitada a 30% do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.</p>		
b. regras sobre distribuição de dividendos	<p>Com o advento da Lei nº 9.249/95, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1996, as companhias podem pagar juros sobre o capital próprio a seus acionistas, a serem imputados, líquidos do Imposto de Renda na Fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Dividendo Mínimo Obrigatório de acordo com o Estatuto Social do Banco Indusval, é assegurado aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei no 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).</p>		
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Anual		

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

<p>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>Não há restrições</p>
<p>e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>Não há política. A destinação é baseada no Estatuto Social</p>

Com relação à destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios, apresentamos abaixo o quadro comparativo:

Descrição Em R\$ mil	2017	2018	2019
Lucro / Prejuízo Líquido do Exercício	-222.896	-125.072	-11.212
Reserva Legal	-	-	-
Reservas Estatutárias	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-
Realização da reserva para equalização de dividendos	-	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-
Perda decorrente de entrega de <i>stock options</i>	-	-	-
Encerramento de outorga - <i>stock options</i>	-	-	-
Manutenção / Exclusão em prejuízos acumulados	-222.896	-125.072	-11.212
Destinações do Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	-222.896	-125.072	-11.212

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	-11.211.965,56	-125.071.559,84	-223.513.822,60
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	-0,022069	-0,859478	-0,821787
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Preferencial		0,00				
			0,00		0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Em 2017, 2018 e 2019, não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucros retidos ou reservas constituídas.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	2.572.937.047,54	Índice de Endividamento	506,43175846	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Quirografárias		1.311.439.072,46	861.121.315,91	368.127.833,22	88.575.778,42	2.629.264.000,01
Total			1.311.439.072,46	861.121.315,91	368.127.833,22	88.575.778,42	2.629.264.000,01
Observação							
Mais informações, vide item 3.9							

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as IFRS

Em 28.12.2007, foi aprovada a Lei nº 11.638, complementada pela Lei nº 11.941, de 27.05.2009 (conversão, em lei, da MP 449/08), que alteraram a Lei das Sociedades por Ações e introduziram novas regras contábeis aplicáveis a esta espécie de sociedade, com o objetivo de convergência com as práticas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB.

A Resolução nº 3.786/09 do CMN e as Circulares nº 3.472/09 e nº 3.516/10 do BACEN estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria, devem, a partir de 31.12.2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – International Accounting Standards Board.

Em atendimento à legislação, a Companhia disponibiliza em seu site www.bip.b.br/ri, assim como na CVM (www.cvm.gov.br), suas demonstrações contábeis em BRGAAP e, adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as IFRS.

Em complemento ao item 3.8

Segue abaixo abertura da dívida consolidada dos últimos três anos:

Valores em R\$					Exercício 2017
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos à vista	16.677	-	-	-	16.677
Depósitos Interfinanceiros	28.537	-	-	-	28.537
Depósitos a prazo	553.333	932.812	26.791	84	1.513.020
Outros Depósitos	-	-	-	-	-
Total de depósitos	598.547	932.812	26.791	84	1.558.234
Letras agrícolas, financeiras e imobiliárias	414.196	107.828	41	-	522.065
Empréstimos no país	-	-	-	-	-
Empréstimos no exterior	-	-	-	-	-
Repasses no país	5.229	6.517	1.772	13	13.531
Captações no mercado aberto	46.373	-	-	-	46.373
Relações interdependências	6.095	-	-	-	6.095
Outras obrigações	184.981	47.842	-	-	232.823
Resultado de exercícios futuros	547	3.565	-	-	4.112
Total de dívidas quirografárias	1.255.968	1.098.564	28.604	97	2.383.233

3.9 - Outras Informações Relevantes

Valores em R\$					Exercício 2018
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos à vista	15.045	-	-	-	15.045
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	626.767	1.045.540	35.479	71	1.707.857
Outros Depósitos	-	-	-	-	-
Total de depósitos	641.812	1.045.540	35.479	71	1.722.902
Letras agrícolas, financeiras e imobiliárias	263.890	10.657	-	-	274.547
Empréstimos no país	-	-	-	-	-
Empréstimos no exterior	-	-	-	-	-
Repasses no país	1.271	6.728	414	-	8.413
Captações no mercado aberto	192.392	-	-	-	192.392
Relações interdependências	4.912	-	-	-	4.912
Outras obrigações	17.392	76.996	-	-	94.388
Resultado de exercícios futuros	-	1.908	-	-	1.908
Total de dívidas quirografárias	1.121.669	1.141.829	35.893	71	2.299.462

Valores em R\$					Exercício 2019
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos à vista	12.028	-	-	-	12.028
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	695.768	708.735	368.117	32.249	1.804.869
Outros Depósitos	-	-	-	-	-
Total de depósitos	707.796	708.735	368.117	32.249	1.816.897
Letras agrícolas, financeiras e imobiliárias	285.207	2.403	-	56.327	343.937
Empréstimos no país	-	-	-	-	-
Empréstimos no exterior	-	-	-	-	-
Repasses no país	1.134	4.280	11	-	5.425
Captações no mercado aberto	187.656	-	-	-	187.656
Relações interdependências	911	-	-	-	911
Outras obrigações	128.735	143.215	-	-	271.950
Resultado de exercícios futuros	-	2.488	-	-	2.488
Total de dívidas quirografárias	1.311.439	861.121	368.128	88.576	2.629.264

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

A. Aos setores da economia nos quais o emissor atue

As condições macroeconômicas globais e no Brasil podem afetar nossos negócios, os resultados das nossas operações e o preço de nossas ações.

Em cenários macroeconômicos mais instáveis, com baixo crescimento econômico, pressões inflacionárias e com predisposição para aumento das taxas de inadimplência, nossos resultados operacionais podem ser impactados, uma vez que tal fato impacta a capacidade de pagamento de nossos clientes.

A pandemia da COVID-19, devido à sua dimensão e às incertezas com relação a sua duração, tem um alto impacto no crescimento econômico mundial e nacional, que afetam a execução do planejamento estratégico da instituição e a situação financeira de nossos clientes.

Problemas em setores econômicos com maior participação no PIB brasileiro podem impactar no crescimento de nossa carteira de crédito.

A manutenção e o crescimento do volume de crédito concedido a empresas estão correlacionados com o crescimento da economia e, por consequência, com os setores mais representativos na composição do Produto Interno Bruto (PIB). Desta forma, nossa carteira de crédito acompanha de alguma forma tal distribuição e estamos expostos a riscos de clientes em setores que tem sua capacidade de pagamento afetada tanto pelo crescimento econômico quanto pelas variações em taxas de juros, prazos e moedas. Tais efeitos podem comprometer a capacidade de pagamento de nossos clientes em determinados setores, com impacto adverso no nível de inadimplência da carteira de crédito e na rentabilidade de nossas operações

A crescente competitividade no setor de serviços bancários brasileiro pode afetar de forma negativa nossas expectativas de negócios.

Tradicionalmente, nossos principais concorrentes são bancos de médio porte especializados. Alguns desses bancos têm adotado estratégias de capitalização similares às nossas e foco em nossos segmentos de atuação. Concorremos também com os bancos de maior porte, privados e públicos, que aumentaram sua participação no volume de crédito cursado no sistema financeiro nacional. Destaca-se, inclusive, a atuação dos bancos públicos quando respondem à contração de liquidez trazida por crises globais. Ademais, as tecnologias digitais amplamente utilizadas nos serviços bancários estão alterando a maneira como os clientes acessam esses serviços e aumentando a competitividade no setor.

O aumento da concorrência pode nos afetar adversamente em virtude, dentre outros fatores, da limitação de nossa capacidade de aumentar a base de clientes e expandir nossas operações, resultando na redução da margem de lucro sobre nossas atividades, e aumentando a disputa pelas oportunidades de investimento.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países podem afetar a economia brasileira e ter impacto em nossos negócios e no valor de mercado de nossas ações.

Embora a conjuntura econômica de cada país possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica no Brasil, o valor de mercado de valores mobiliários de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes escalas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, uma vez que pode haver o incremento ou redução do volume de capital estrangeiro investido nessas companhias.

A reação dos investidores aos acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis em outras economias pode ter impacto sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários da nossa emissão.

Com relação à pandemia COVID-19, seus efeitos têm afetado a visão dos investidores internacionais sobre a economia brasileira, trazendo incertezas sobre os preços de ativos nacionais e a liquidez proveniente do mercado externo.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

B. Ao Emissor

Menor rigidez das políticas de análise e concessão de crédito pode levar a um aumento da inadimplência em relação ao total da carteira.

A menor rigidez das políticas de análise e concessão de crédito pode acarretar no aceite de clientes que tenham uma maior probabilidade de inadimplência. Tal incremento na inadimplência pode ter efeito adverso sobre os resultados de nossos negócios quando o risco incorrido for menor que o retorno atribuído a essas operações.

A deterioração da qualidade dos colaterais de nossas operações pode impactar nossa taxa de recuperação de créditos.

Parte de nossas operações possuem garantias que mitigam o risco de crédito. Nos casos em que a garantia seja passível de desvalorização e esta ocorra em níveis superiores ao esperado, tendo em vista as características de cada colateral, isso pode impactar a taxa de sucesso na recuperação de créditos e consequentemente nossos resultados.

Uma variação significativa dos prazos e taxas da nossa carteira de crédito e das nossas fontes de captação, ou seja, o descasamento de ativos e passivos, pode afetar adversamente os nossos resultados operacionais e a nossa capacidade de incrementar operações de crédito.

Estamos expostos a variações de taxas de juros, prazos de vencimento e moedas entre nossos ativos e passivos.

A maior parte de nossa carteira de crédito é formada por empréstimos corrigidos por indexadores, em especial pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acrescidos de spread. A rentabilidade das nossas operações de crédito depende de nossa capacidade de gerir nossos ativos e passivos, ou seja, as taxas de juros pagas pelos recursos captados e as taxas de juros cobradas de nossos clientes em operações de crédito. O aumento nas taxas de juros no Brasil tem impacto sobre nosso custo de captação de recursos e, caso não seja possível repassar o aumento às taxas de juros que cobramos de nossos clientes em operações de empréstimo, poderá reduzir a nossa margem de lucro em operações de crédito e afetar negativamente nossos resultados operacionais e condição financeira.

Adicionalmente, a captação que é realizada em moeda estrangeira, através de linhas de crédito com bancos estrangeiros para financiar operações de comércio exterior e operações em moeda local, pode ter seu custo aumentado graças a uma desvalorização do real frente às moedas estrangeiras, impactando também a rentabilidade de nossas operações.

Um aumento em nossos custos de captação, por variação de taxas de juros, prazos de vencimento e/ou moeda, pode exigir uma elevação na taxa de juros que cobramos em nossas operações de crédito, o que, como consequência, pode afetar a nossa capacidade em atrair novos clientes. Um declínio no crescimento das nossas operações de crédito pode afetar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira.

Depósitos a prazo representam uma importante fonte de recursos para o Banco. Dificuldades na captação de recursos via depósitos a prazo podem afetar negativamente nossos resultados.

Utilizamos depósitos a prazo como fonte de captação de recursos. Nossa capacidade de obter recursos adicionais dependerá, dentre outros fatores, do nosso desempenho e das condições de mercado no futuro. Não é possível assegurar que os depósitos a prazo continuarão disponíveis em termos favoráveis. Se não conseguirmos obter novos recursos, poderemos não ter condições de manter ou ampliar nossa carteira de crédito ou responder de forma eficaz a mudanças nas condições de negócio e pressões competitivas, o que poderá ter um efeito adverso sobre o desenvolvimento de nossos negócios, nossa situação financeira e/ou nossos resultados operacionais.

Uma deterioração de nossa classificação de crédito pelas agências de rating poderá aumentar os nossos custos de captação.

Os nossos custos de captação são influenciados por inúmeros fatores, incluindo alguns fora de nosso controle, tais como as condições macroeconômicas e o ambiente regulatório para os bancos brasileiros. Qualquer mudança desfavorável nesses fatores poderá causar um impacto negativo em nossa classificação de crédito. Esse impacto adverso em nossa classificação de crédito poderia restringir a nossa capacidade de tomar

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

recursos emprestados, ceder carteiras de crédito ou emitir títulos e valores mobiliários em termos aceitáveis, aumentando o nosso custo de captação ou, até mesmo, inviabilizando a captação de recursos, em condições extremas.

Nossa carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos está sujeita a variações de mercado devido a mudanças nas condições econômico-financeiras brasileiras e internacionais.

Ganhos ou perdas em nossa carteira de investimentos podem não contribuir para a manutenção de níveis de receita líquida consistentes com aqueles obtidos em períodos recentes ou em quaisquer outros períodos.

Além dos diversos papéis nos quais investimos como muitos outros bancos brasileiros, também investimos em títulos da dívida do governo brasileiro. Caso o governo brasileiro deixe de efetuar os pagamentos devidos desses títulos, tal fato teria forte efeito adverso na nossa posição financeira e em nossos resultados operacionais. Adicionalmente, uma redução significativa no valor de mercado dos títulos brasileiros que detemos em nossa carteira poderia ter forte impacto adverso nas nossas condições financeiras, nos nossos resultados operacionais e em nossa capitalização.

Poderemos não conseguir implementar nossa estratégia de negócios nos prazos inicialmente esperados.

A nossa capacidade de colocar em prática as principais medidas que fazem parte de nossa estratégia de negócios depende de uma série de fatores, dentre os quais o crescimento do setor bancário brasileiro e a nossa consequente capitalização em virtude desse crescimento, o desenvolvimento contínuo da infraestrutura tecnológica visando ao aumento da eficiência operacional, a criação de novos produtos, a expansão geográfica, dentre outros.

Falhas em processos, fraudes ou ataques cibernéticos podem gerar prejuízos financeiros e a imagem da Instituição.

Falhas em nossos processos, sistemas, colaboradores e fornecedores podem gerar prejuízos à Instituição diretamente e gerar problemas a nossos clientes, afetando a imagem da Instituição e, conseqüentemente, a sua capacidade de fazer novos negócios. Adicionalmente, as instituições financeiras são alvos frequentes de fraudes e ataques cibernéticos, podendo gerar prejuízos e vazamento de dados de clientes, o que também afeta a imagem da Instituição no mercado.

A COVID-19 trouxe novos desafios no controle dos riscos operacionais, proteção a integridade física de seus colaboradores e segurança da informação. A Instituição estabeleceu o sistema de home office integral para a proteção de seus colaboradores, à exceção apenas as atividades essenciais para a manutenção de seu espaço físico e processos de expedição e recepção de materiais e documentos físicos.

C. A seu Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

A saída de membros da nossa Administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal altamente qualificado para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

Nossa capacidade em manter nossa posição competitiva e implementar estratégias de crescimento depende da nossa Administração. Envidamos os nossos melhores esforços para atrair e manter pessoal qualificado para integrar nossa Administração. A perda de membros da nossa Administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

Somos altamente dependentes das habilidades técnicas de nosso pessoal, bem como de seus relacionamentos com clientes, a perda de elementos chave de nossa força de trabalho (especialmente para concorrentes emergentes, como startups e fintechs) poderia dificultar nossa capacidade de competir, crescer e gerenciar nosso negócio. A perda dessa expertise poderia afetar de forma significativa nosso desempenho financeiro, perspectivas futuras e posição competitiva.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

D. A seus Acionistas

Um acionista, com posição relevante, e integrante do acordo de acionistas, que possua relação com atividades ilícitas pode trazer um risco de imagem às atividades do Banco.

Caso algum de nossos acionistas, em especial aqueles que constam no acordo de acionistas, que possuem poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento da Companhia se envolva em atividades ilícitas, a imagem do Banco no mercado pode ser afetada, consequentemente limitando nosso acesso à captação de recursos no mercado, sejam eles por depósitos ou por linhas com outras instituições financeiras.

O acesso limitado à captação de recursos no mercado tem impacto direto no crescimento das nossas operações de crédito e pode afetar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira.

Um acionista, com posição relevante, que decida se desfazer de suas ações pertencentes ao Banco, independente do preço, pode afetar o preço de mercado da Companhia.

Um acionista, com posição relevante, que decida se desfazer de suas ações do Banco, independente do preço, pode afetar o valor de mercado da Companhia e, consequentemente, trazer inseguranças para os demais investidores.

Um mercado de negociação ativo e líquido para as nossas ações preferenciais poderá não se manter a qualquer tempo, limitando a capacidade dos investidores de venderem as ações pelo preço e no momento desejado.

Não podemos prever até que ponto o interesse dos investidores no Banco levará à ampliação do mercado para a negociação das ações da Companhia na B3 ou quão líquido tal mercado se manterá. O mercado acionário brasileiro é ainda concentrado, volátil e menos líquido que outros mercados ao redor do globo. Embora todas as ações em circulação de uma companhia listada possam ser negociadas na B3, o mercado brasileiro ainda se caracteriza por empresas de controle definido e, em vários casos, menos de metade das ações listadas estão efetivamente disponíveis para negociação ao público. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos titulares de nossas ações de vendê-las a preços satisfatórios e no momento desejado, dessa forma, afetando adversamente seu valor de mercado.

E. À Regulação dos setores em que o emissor atue

Os nossos negócios bancários dependem em elevado grau do ambiente regulatório.

O sistema bancário brasileiro está sujeito a uma extensa regulamentação e contínua fiscalização por parte do Banco Central do Brasil, tanto para garantir a manutenção da segurança do sistema quanto como instrumento de política monetária. Essa regulamentação é aplicada com regularidade pelo governo brasileiro para controlar a disponibilidade de crédito e o consumo no país. Desta forma, mudanças permanentes ou temporárias na regulamentação podem afetar nossos resultados.

Nós não temos controle sobre as normas governamentais que regem todos os aspectos de nossas operações, inclusive no que diz respeito a:

- Exigências de capital mínimo;
- Requisitos de depósitos compulsórios e/ou reservas;
- Limites para empréstimos e/ou outras restrições ao crédito, incluindo alocações compulsórias;
- Requisitos contábeis e estatísticos;
- Limites e restrições às taxas de juros e tarifas cobradas;
- Alterações na taxa básica de juros;
- Alterações na legislação tributária e previdenciária podem afetar negativamente nossas operações.

Modificações frequentes nas Práticas Contábeis adotadas no Brasil, sejam em BRGAAP ou IFRS, podem afetar nossos resultados, uma vez seriam necessários investimentos em recursos humanos e também tecnológicos para adequação a tais modificações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

F. A suas Controladas e Coligadas

O Banco Indusval S.A. possui participações diretas nas seguintes empresas: BI&P Comércio de Cereais, BI&P Assessoria e Participações (Investment Banking), Banco SmartBank e InterCap DTVM.

Eventualmente, o Banco poderia sofrer impactos, em razão de resultados negativos advindos de contingências legais ou societárias envolvendo referidas empresas.

G. A seus Fornecedores

O Banco Indusval S.A. está sujeito à interrupção de algumas atividades prestadas por empresas terceirizadas e que podem interferir negativamente na operação da Instituição.

H. A seus Clientes

Estamos sujeitos ao aumento da inadimplência de nossos tomadores de crédito, o que poderá afetar negativamente nossos resultados. Para isso, o Banco tem adotado uma política de crédito conservadora, em razão, principalmente, da instabilidade macroeconômica pela qual passa o Brasil.

I. Aos Países Estrangeiros onde o emissor atue

Apesar de bastante limitada, o Banco possui uma agência nas Ilhas Cayman, que está sujeita aos riscos regulatórios do país.

J. A Questões Socioambientais

O Banco pode incorrer em perdas financeiras e em sua reputação advindos do descumprimento dos deveres e obrigações para com a sociedade em geral e o respeito ao meio ambiente por parte de nossos clientes, fornecedores e demais stakeholders.

O risco socioambiental é representado por danos potenciais que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente. O Banco está sujeito a esses danos, em sua maioria, de forma indireta, por meio de suas relações comerciais e, por isso, possui uma Política de Responsabilidade Socioambiental, disponível no nosso website www.bip.b.br/ri, que fornece diretrizes para avaliação dos aspectos relacionados aos riscos socioambientais na avaliação de clientes para concessão de crédito e na avaliação de fornecedores e prestadores de serviços.

Além disso, a Resolução CMN nº 4.327/14 estabelece requisitos mínimos para políticas de responsabilidade socioambiental a serem implantadas pelas instituições financeiras. Dessa forma, devemos avaliar os riscos socioambientais e os dados de perdas financeiras associadas a danos socioambientais. O Banco Central é responsável por supervisionar a implantação dessa regulamentação.

Vale ressaltar que informações acerca da política de gerenciamento de riscos estão disponíveis em nosso website www.bip.b.br/ri.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Risco de Mercado origina-se da variação nos valores dos ativos e passivos, causadas por mudanças em preços e taxas de mercado (como juros, ações, cotações de moedas e preços de commodities), e também de mudanças na correlação (interação) entre eles e em suas volatilidades.

Em 31.12.2019, a Companhia possuía exposição nos seguintes fatores de risco, de acordo com metodologia definida pelo BACEN:

RWACAM (Risco de Câmbio): R\$ 120.443.982,75

RWAJUR1 (Risco Pré-Fixado): R\$ 7.896.042,75

RWAJUR2 (Risco de Variação da Taxa dos Cupons de Moedas Estrangeiras): R\$ 12.685.116,50

RWAJUR3 (Risco de Variação da Taxa dos Cupons de Índices de Preços): R\$ 0,00

RWAJUR4 (Risco de Variação da Taxa dos Cupons de Taxa de Juros): R\$ 0,00

RWACOM (Risco de Variação em Commodities): R\$ 178.164.079,00

RWAACS (Risco de Variação em Ações): R\$ 1.800.934,88

Nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, o Patrimônio de Referência é composto basicamente pelo somatório do capital de nível I e do capital de nível II.

O Nível I do PR é apurado mediante a soma dos valores correspondentes ao patrimônio líquido, aos saldos das contas de resultado credoras e ao depósito em conta vinculada para suprir deficiência de capital.

O Nível II do PR é apurado mediante a soma dos valores correspondentes às reservas de reavaliação, às reservas para contingências e às reservas especiais de lucros relativas a dividendos obrigatórios não distribuídos, acrescida dos valores correspondentes a instrumentos híbridos de capital e dívida, instrumentos de dívida subordinada, ações preferenciais emitidas com cláusula de resgate e ações preferenciais com cumulatividade de dividendos emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; saldo dos ganhos e perdas não realizados decorrentes do ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para HEDGE de fluxo de caixa.

O cálculo do capital regulatório da Instituição para a cobertura de risco baseia-se na Resolução nº 4.193/13 do BACEN, que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal.

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) são compostos pelas parcelas de risco de crédito, risco de mercado – composto pelos riscos das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial, das operações sujeitas à variação das taxas de juros, das operações sujeitas à variação do preço de commodities, das operações sujeitas à variação do preço de ações – e risco operacional, conforme fórmula descrita abaixo:

$$RWA = \overset{\text{Risco de Crédito}}{RWA_{CPAD}} + \overset{\text{Risco de Mercado}}{RWA_{CAM} + RWA_{JUR} + RWA_{JUR} + RWA_{COM} + RWA_{ACS}} + \overset{\text{Risco Operacional}}{RWA_{OPAD}}$$

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

O Banco Indusval S.A. e suas controladas estão sujeitos a processos nos âmbitos judicial e administrativo, relacionados com questões regulatórias, fiscais, trabalhistas, previdenciárias e cíveis. Determinamos a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados serem desfavoráveis nessas questões, assim como do intervalo provável de perdas.

A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise cuidadosa de cada ação, de acordo com a opinião de advogados. Contabilizamos provisões para contingências somente quando acreditamos que é provável a perda nos processos judiciais, e em casos em que já tenha sido proferida sentença. As provisões requeridas para essas contingências podem sofrer alterações no futuro devido a mudanças relacionadas com o andamento de cada ação ou mudanças na abordagem, como a determinação de alteração na estratégia de condução de acordos nesses processos. Estas alterações podem afetar negativamente os nossos resultados e os fluxos de caixa futuros.

CÍVEL

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco Indusval S.A. figurava como réu em 321 ações judiciais em andamento na esfera cível e como autor de 630 ações.

As ações contra o Banco Indusval S.A., em sua maioria, são: (i) ações cautelares de sustação de protesto de títulos de crédito e respectivas ações ordinárias de declaração de inexigibilidade/ nulidade dos títulos de crédito, cumulada com pedido de indenização por danos materiais e morais; e (ii) ações ordinárias para revisão de encargos incidentes sobre contratos de diversas naturezas (notadamente contratos de mútuo). A nossa Administração, baseada na opinião dos nossos consultores legais, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomadas em cada situação são suficientes para preservar o nosso patrimônio e não há valores relevantes envolvidos em tais ações. Possuímos contingência passiva provisionada no montante de R\$1.300 mil para ações cíveis. Não acreditamos que qualquer contingência judicial ou administrativa atualmente existente, se decidida de maneira desfavorável, seja capaz de, individualmente ou em conjunto com outros processos, comprometer de maneira relevante nossas atividades ou nossa situação financeira ou resultados operacionais.

As ações nas quais o Banco Indusval S.A. é autor são notadamente ações de execução, cobrando valores devidos em razão de contratos diversos, principalmente contratos de mútuo e de concessão de crédito.

Não existem processos judiciais na esfera cível que sejam considerados relevantes para os negócios do Banco ou de suas controladas.

TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2019, nós e nossas controladas temos em relação a processos judiciais trabalhistas com contingência passiva provisionada no montante de R\$17.900 mil, sendo que em todos os processos nós figuramos no polo passivo. A maior parte destes processos versa sobre questões frequentemente contestadas por empregados de bancos, como horas extras e verbas rescisórias, além de algumas ações propostas por empregados de empresas terceirizadas que prestam serviços para o Banco e que pleiteiam uma eventual condenação subsidiária em verbas não pagas por essas terceirizadas. Essas ações trabalhistas não são consideradas relevantes quanto ao valor ou matéria envolvidos, sem juízo acerca das respectivas chances de perda. Entendemos ainda que nenhum destes processos trará prejuízo à nossa imagem, independentemente das decisões finais.

TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco era parte em diversos processos administrativos e judiciais de natureza tributária. O total de nossa contingência passiva provisionada e obrigação legal é de R\$15.400 mil, sendo que o valor total provisionado de R\$15.400 mil está depositado em juízo.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas**

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o Emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

Não há processos sigilosos relevantes em que o Emissor ou suas controladas sejam parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhista, tributários, cíveis e outros

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes e que em conjunto sejam relevantes, em que o Emissor ou suas controladas sejam parte.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não há outras contingências relevantes que não tenham sido mencionadas nesta seção do formulário.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8. Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois o emissor é nacional.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia possui políticas, normas e procedimentos para gerenciar os riscos. A prática dessas atividades é de caráter estratégico e atinge todos os níveis da Instituição.

As políticas de gerenciamento integrado de riscos garantem uma estrutura de controle compatível com as suas operações, seus produtos e serviços, além de ser capaz de mensurar a exposição aos riscos e garantir que estes sejam adequadamente gerenciados, identificados, analisados, controlados e reportados de maneira eficiente e eficaz.

O Conselho de Administração e a Diretoria revisam anualmente as estruturas e políticas de gestão de riscos da instituição sendo responsável pelas informações divulgadas, incluindo-se, mas não se limitando a, Gerenciamentos de Risco de Crédito, Gerenciamento de Risco de Mercado, Gerenciamento de Risco de Liquidez, Gerenciamento de Risco Operacional, Gerenciamento de Capital.

Essas políticas estão em conformidade com as estratégias da Instituição e legislação vigente, sendo revisadas anualmente e divulgadas a todos os funcionários, colaboradores e empresas via sistema de intranet corporativa.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

O gerenciamento de riscos é uma das atividades mais importantes da Companhia. Os riscos para os quais a Instituição busca proteção são: risco de crédito, mercado, liquidez e operacional. O constante aprimoramento da gestão e controle (identificação, mensuração, mitigação, controle e reporte) desses riscos é fundamental para gerar estabilidade nos resultados financeiros e aperfeiçoar a alocação de capital.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Instituição opera com instrumentos financeiros derivativos, acompanhando as diretrizes e os limites definidos em sua política com o objetivo de proteção ("hedge") contra riscos de mercado, mitigando exposições decorrentes principalmente de flutuações das taxas de juros, cambial e commodities. Os instrumentos derivativos utilizados – Swaps, Opções e Contratos Futuros – destinam-se a administrar a sua exposição global, a atender às necessidades de seus clientes para a proteção de suas exposições e para estratégias direcionais.

Para o controle do risco de liquidez, a Instituição define em sua Política um caixa mínimo a ser mantido para garantir uma reserva de liquidez, além de acompanhar diariamente análises de descasamentos de prazos e projeções de fluxos de caixa em diversos cenários.

Com relação ao risco de crédito, além de a mitigação se dar pela análise de capacidade de seus clientes, esta também se dá através da avaliação de tipos de garantias envolvidas na operação. Nos casos de garantias de menor liquidez são analisados diversos aspectos, tais como tempo para recuperação e realização do bem.

A gestão do Risco Operacional é realizada pela construção da matriz de risco e a reavaliação dos processos conforme evolução dos negócios e quando da implantação de um novo produto. Ademais, todos incidentes e suas respectivas correções são acompanhados por comitê composto pela alta direção da instituição.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional e a governança do gerenciamento integrado de riscos da Companhia está em conformidade com as melhores práticas de mercado e regulamentação vigente. Todas as estruturas de riscos estão implantadas, aderentes a regulamentação vigente e com seus detalhamentos disponíveis para consulta no site da Instituição.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

São adotados controles internos para a verificação das políticas de gerenciamento de riscos através da estruturação de controles de checagem de dados, segregação de funções e conferências internas. Tais controles, além da validação pela auditoria interna anualmente, sofrem avaliação trimestral realizada por nossos auditores independentes com a checagem de todas as nossas operações e controle das atividades realizadas.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Risco de Mercado origina-se da variação nos valores dos ativos e passivos, causadas por mudanças em preços e taxas de mercado (como juros, ações, cotações de moedas e preços de commodities), e também de mudanças na correlação (interação) entre eles e em suas volatilidades.

Em 31.12.2019, o Banco possuía exposição nos seguintes fatores de risco, de acordo com metodologia definida pelo Banco Central:

RWACAM (Risco de Câmbio): R\$ 120.443.982,75

RWAJUR1 (Risco Pré-Fixado): R\$ 7.896.042,75

RWAJUR2 (Risco de Variação da Taxa dos Cupons de Moedas Estrangeiras): R\$ 12.685.116,50

RWAJUR3 (Risco de Variação da Taxa dos Cupons de Índices de Preços): R\$ 0,00

RWAJUR4 (Risco de Variação da Taxa dos Cupons de Taxa de Juros): R\$ 0,00

RWACOM (Risco de Variação em Commodities): R\$ 178.164.079,00

RWAACS (Risco de Variação em Ações): R\$ 1.800.934,88

Nos termos da Resolução do CMN nº 4.192/13, o Patrimônio de Referência é composto basicamente pelo somatório do capital de nível I e do capital de nível II.

O Nível I do PR é apurado mediante a soma dos valores correspondentes ao patrimônio líquido, aos saldos das contas de resultado credoras e ao depósito em conta vinculada para suprir deficiência de capital.

O Nível II do PR é apurado mediante a soma dos valores correspondentes às reservas de reavaliação, às reservas para contingências e às reservas especiais de lucros relativas a dividendos obrigatórios não distribuídos, acrescida dos valores correspondentes a instrumentos híbridos de capital e dívida, instrumentos de dívida subordinada, ações preferenciais emitidas com cláusula de resgate e ações preferenciais com cumulatividade de dividendos emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; saldo dos ganhos e perdas não realizados decorrentes do ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para HEDGE de fluxo de caixa.

O cálculo do capital regulatório da Instituição para a cobertura de risco baseia-se na Resolução BACEN nº 4.193/13, que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal.

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) são compostos pelas parcelas de risco de crédito, risco de mercado – composto pelos riscos das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial, das operações sujeitas à variação das taxas de juros, das operações sujeitas à variação do preço de commodities, das operações sujeitas à variação do preço de ações – e risco operacional, conforme fórmula descrita abaixo:

$$RWA = \text{Risco de Crédito} + \text{Risco de Mercado} + \text{Risco Operacional}$$

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{CAM} + RWA_{JUR} + RWA_{JUR} + RWA_{COM} + RWA_{ACS} + RWA_{OPAD}$$

Conforme destacado no item 5.1, o Conselho de Administração e a Diretoria revisam anualmente as estruturas e políticas de gestão de riscos da Instituição, sendo responsáveis pelas informações divulgadas, incluindo-se, mas não se limitando a, Gerenciamentos de Risco de Crédito, Gerenciamento de Risco de Mercado, Gerenciamento de Risco de Liquidez, Gerenciamento de Risco Operacional, Gerenciamento de Capital.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Entende-se como Risco de Mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição financeira.

O Banco busca proteção para todos os riscos de mercado. As principais ferramentas e medidas para gerenciamento desse risco são: (i) o VaR, que é uma medida estatística que estima a perda potencial máxima do valor da carteira do Banco em condições normais de mercado dentro de uma determinada circunstância (horizonte de tempo) e (ii) o cálculo de perdas em cenário de estresse (VaR estresse), que determina os efeitos de condições extremas de mercado (tanto positivas quanto negativas) no valor do portfólio do Banco.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Instituição adota política conservadora quanto à exposição de riscos, acompanhando as diretrizes e os limites definidos pela diretoria do Banco.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Uso de derivativos: swaps, contratos futuros, opções.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O Risco de Mercado origina-se da variação nos valores dos ativos e passivos, causadas por mudanças em preços e taxas de mercado (como juros, ações, cotações de moedas e preços de commodities), e também de mudanças na correlação (interação) entre eles e em suas volatilidades.

A administração de riscos envolve um conjunto integrado de controles e processos em consonância com as melhores práticas de mercado, abrangendo todo o Conglomerado Financeiro. Em caso de novas atividades e novos produtos é realizada uma análise prévia de adequação de procedimentos, controles e limites.

As carteiras são segregadas em Banking e Trading de acordo com as características das operações. Na Carteira Banking constam todas as operações que serão carregadas até o vencimento: Operações de Crédito, Captações de Recursos, Aquisição de créditos, ACC (Adiantamentos sobre Contrato de Cambio), ACE (Adiantamentos sobre Cambiais Entregues).

Na Carteira Trading são consideradas as posições destinadas para a revenda, baseadas em movimento de preços e posições para arbitragem de preços, tais como operações BM&F, NDF (Non Deliverable Forward), Títulos Públicos.

A política, as estratégias e os limites de exposição a risco de mercado são propostos e revisados anualmente pela área responsável e aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

As principais ferramentas e medidas para gerenciamento do risco de mercado são: (i) o VaR (Value at Risk), que é uma medida estatística que estima a perda potencial máxima do valor da carteira do Banco em condições normais de mercado dentro de uma determinada circunstância (horizonte de tempo), (ii) o cálculo de perdas em cenário de estresse (Teste de Estresse), que determina os efeitos de condições extremas de mercado (tanto positivas quanto negativas) no valor do portfólio do Banco e (iii) a Análise de Sensibilidade.

A Instituição utiliza o modelo paramétrico para o cálculo do VaR da Carteira Trading e adota horizonte de tempo de previsão de 1 dia e nível de confiança 95% para a mensuração da exposição a risco de mercado das carteiras.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente por meio do modelo EWMA (alisamento exponencial), com base em série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

A área de Risco de Mercado, que se apresenta segregada da gestão do negócio, monitora diariamente o cumprimento dos limites e disponibiliza relatórios gerenciais, tais como resultados da mensuração das exposições a risco de mercado de cada carteira, com o cálculo do VaR em situação normal de mercado e em cenários de estresse, relatórios do fluxo de caixa dos ativos e passivos e relatório de verificação dos limites

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

estabelecidos à Alta Administração, além de reportes trimestrais ao Conselho de Administração sobre os limites operacionais.

O risco de mercado é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado com grande cautela, seguindo diretrizes descritas abaixo quanto à exposição a riscos:

As exposições globais do Conglomerado seguirão o limite de VaR (Valor em Risco) de 2% do Patrimônio de Referência. Este limite será controlado via monitoramento de Flags, que indicará um alerta (Yellow Flag) quando o VaR Global atingir 1,5% do Patrimônio de Referência.

Ademais, as exposições das Carteiras de Derivativos (Swaps, NDFs de clientes e respectivos hedges) e Títulos Agrícolas seguirão os limites descritos abaixo:

Mercado de Moedas: o limite estabelecido para a exposição líquida em moeda estrangeira do Conglomerado será de até US\$500 mil. Entende-se por exposição líquida a exposição proveniente do objeto de hedge (operação) e seus respectivos instrumentos de hedge (contratos futuros, por exemplo).

Mercado de Commodities - Café: o limite para exposição líquida no mercado de commodities, especificamente para operações de café, será no montante de até 200 sacas, considerando as exposições conjuntas operadas no Brasil (BM&FBovespa) e no exterior. Entende-se por exposição líquida a exposição proveniente do objeto de hedge (operação) e seus respectivos instrumentos de hedge (contratos futuros, por exemplo).

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos, de acordo com sua política de gestão de riscos, com o objetivo de proteção ("hedge") contra riscos de mercado, mitigando exposições decorrentes principalmente de flutuações das taxas de juros e cambial. Os instrumentos derivativos utilizados destinam-se a administrar a sua exposição global e a atender às necessidades de seus clientes para a proteção de suas exposições e para posições proprietárias da Tesouraria, que são estritamente monitoradas e seguem um limite máximo diário de exposição em risco por fatores.

As operações de derivativos utilizadas são: "swaps" de taxas de juros, de moeda, de fluxo de caixa, operações em mercados futuros, termos e opções.

Os instrumentos financeiros derivativos são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor de mercado, geralmente, baseando-se em cotações de preços ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características similares. Não estando disponíveis, os valores de mercado baseiam-se em modelos de precificação, fluxo de caixa descontado e cotações de operadores de mercado.

No caso dos derivativos classificados na categoria "hedge accounting", realiza-se uma análise periódica de sua efetividade para verificação do atendimento das condições propostas, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de gerenciamento integrado de riscos do Banco está em conformidade com as práticas de governança corporativa da Instituição e busca o cumprimento da regulamentação vigente e o alinhamento às melhores práticas de gerenciamento de riscos.

A área de Risco de Mercado, Liquidez, Crédito e Gestão de Capital está subordinada à Diretoria de Riscos, Finanças e Compliance e conta com número adequado de profissionais especializados. A estrutura é responsável pela marcação a mercado dos ativos, passivos e derivativos, limites operacionais (Basileia III), risco de mercado, crédito e liquidez.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

São adotados controles internos para a verificação da política de gerenciamento de risco de mercado através da estruturação de controles de checagem de dados, segregação de funções e conferências internas. Tais controles, além da validação pela auditoria interna anualmente, sofrem avaliação trimestral realizada por nossos auditores independentes com a checagem de todas as nossas operações e controle das atividades realizadas.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

O modelo de controle interno adotado pela Companhia tem foco em processos, atividades, pessoas e tecnologias. A elaboração e revisão destes dá-se por meio das Matrizes de Riscos e Controles com o objetivo de mapear, identificar, mitigar, controlar e monitorar os riscos operacionais que a Instituição está exposta.

A revisão das matrizes de riscos e controles é realizada anualmente, pela área de Compliance em conjunto com as áreas responsáveis pelos processos, ou em menor período caso seja constatada alguma alteração da legislação ou alteração de fluxos e/ou procedimentos de uma área e/ou produto.

Além da aplicação de testes de controles internos, afim de assegurar a eficácia e eficiência destes, identificando fragilidades e propondo melhorias contínuas do processo. O resultado é apresentado à Alta Administração por meio de relatórios e tem como objetivo, garantir o efetivo funcionamento da gestão dos riscos operacionais, legais e de imagem do Banco. Cumprindo os requisitos da política interna e das normas estabelecidas pelos Órgãos Reguladores do Sistema Financeiro.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Todas as estruturas organizacionais da Instituição estão envolvidas em conjunto com a área de Compliance no cumprimento às normas e regulamentações, exigidas pelos Órgãos Reguladores, afim de garantir a eficácia do Sistema de Controles Internos do Banco.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A área de Compliance, subordinada a Diretoria de Riscos, Finanças e Compliance, é responsável por acompanhar e monitorar a eficiência dos controles internos, bem como reportar, via Relatório e/ou Comitê de Compliance o resultado à Alta Administração.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O processo de avaliação do auditor externo sobre a estrutura de controles internos para garantir a adequação e efetividade das demonstrações financeiras é realizado semestralmente, de maneira independente e ampla, abrangendo todos os aspectos de segurança em processos e sistemas, com aderência à Circular BACEN nº 3.467/09.

No ano de 2019, o relatório de controles internos do auditor externo, contudo, não identificou a existência de nenhuma DS¹, aspecto relevante que pudesse afetar a adequação das nossas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Quanto aos apontamentos OD², os diretores verificaram e analisaram todos os apontamentos e acompanharão, em conjunto com a área de Compliance, o plano de ação que tratam de melhorias, enfatizando que não foram

¹ Deficiências Significativas (DS): deficiência ou a combinação de deficiências de controle interno que, no julgamento profissional do auditor, é de importância suficiente para merecer a atenção dos responsáveis pela governança.

² Outras Deficiências (OD): aquelas que não são Deficiências Significativas, mas que são de importância suficiente para merecer a atenção da administração.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

identificados pontos relevantes que pudesse afetar a adequação das nossas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar riscos

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

O Banco possui Políticas e Procedimentos que preveem o cumprimento das normas e regulamentações exigidas pelos órgãos reguladores do mercado financeiro. A área de Compliance é responsável por garantir a aderência e eficácia, por meio de monitoramento e testes de controles realizados anualmente.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

As atividades desenvolvidas pelas estruturas de gestão de Riscos e Compliance são compatíveis com as operações, produtos e serviços e é capaz de mensurar a exposição aos riscos e garantir que estes sejam adequadamente gerenciados, identificados, analisados, controlados e reportados de maneira eficiente à Diretoria.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Estrutura de Controles Internos é composta de políticas, procedimentos, responsabilidades e ações e está alinhada ao processo de gerenciamento dos riscos inerentes às atividades da Companhia. O objetivo principal dessa estrutura é de proporcionar um ambiente de controle efetivo para a condução adequada e eficiente dos negócios, de acordo com os objetivos estabelecidos pelo Banco e em conformidade com as políticas, procedimentos, segregação de funções e regulamentações aplicáveis.

Essa estrutura é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitês - com destaque entre eles para o Comitê de Compliance -, as áreas de negócio - com a supervisão de seus respectivos Agentes de Compliance, que recebem apoio da área de Compliance na condução dos trabalhos -, além da Auditoria Interna e Externa, que realizam a avaliação do processo. A Estrutura de Controles Internos e Compliance foi criada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia para atendimento às Regulamentações BC nº 2.554, BC nº 3.467, ICVM nº 558, ICVM nº 505 e Roteiro PQO.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A adesão ao Código de Ética acontece na admissão do funcionário, quando o mesmo realiza a integração, na qual está inserido o treinamento formal do tema. O Código de Ética aborda os padrões esperados no exercício profissional para todos os processos da Instituição e é aplicável a todos os colaboradores

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

O Banco conta também com treinamento presencial e-learning de reciclagem anual a respeito do tema. Por fim, há aderência formal de todos os colaboradores, inclusive a Política de Conduta Pessoal.

5.4 - Programa de Integridade

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Possíveis violações do Código de Ética são analisadas e deliberadas no Comitê de Ética, que tem a função de ser o fórum norteador e decisório para assuntos pertinentes ao código de ética, entre eles a manutenção do código, treinamentos, infrações, ações, comunicações, entre outros,

Os assuntos tratados neste comitê devem ser comunicados à alta administração, tempestivamente.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética é anualmente revidado e aprovado na Reunião do Conselho de Administração do Banco, sendo a última aprovação em 15/12/2017. Está disponível para consulta interna, através da intranet acessível aos colaboradores, e para consulta externa, através do site de RI da Companhia: www.bip.b.br/ri/governanca-corporativa/codigo-de-etica

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Banco Indusval S.A. possui canais internos e externos, para acolhimento de denúncia:

Interno: Fale com Ética, por meio da intranet.

Externo: Fale Conosco SAC/Ouvidoria

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Fale Conosco (canal externo) permite que denúncias realizadas por terceiros sejam feitas por meio do telefone ou pelo link disponível diretamente no site da Companhia: www.bip.b.br/pt/fale-conosco.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Todos os canais são sigilosos e o seu conteúdo não pode de forma alguma ser repassado de maneira despropositada.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são apuradas e encaminhadas ao Comitê de Ética para análise e devidas deliberações.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Não aplicável.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas no período.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações relevantes que não tenham sido descritas neste item.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	28/03/1967
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	10/07/2007

6.3 - Breve Histórico

6.3. Breve histórico do emissor

Com mais de 50 anos de história, o Banco Indusval S.A. é uma instituição financeira com sede em São Paulo/SP, que atua há décadas no mercado de crédito corporativo e que oferece também soluções de renda fixa e finanças corporativas para empresas de diversos portes e setores da economia.

Tudo começou em 1967, quando foi constituída a Indusval Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., adquirida pelas famílias Ciampolini e Ribeiro em 1971. Em 1991, o Banco Central autorizou a transformação da Indusval Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A em banco comercial, que passou a operar com crédito ao segmento de Middle Market através do Banco Indusval S.A. As atividades de corretagem de operações em bolsas foram conduzidas desde então pela subsidiária: Indusval S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, atualmente denominada Guide Investimentos S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Em 2000, em parceria com o Banco Multistock S.A., foi adquirida a Valeu Promotora, promotora de vendas da Indusval Financeira, permitindo-a operar em Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

Em 2003, tal parceria resultou na fusão de parte dos ativos do Banco Multistock S.A., passando a operar sob a designação – Banco Indusval Multistock – e assumindo o controle total da Indusval Financeira. Nesse mesmo ano, foram iniciadas as operações de financiamento ao comércio exterior – trade finance – e a área de operações estruturadas. Ainda em 2003, foi criado um dos primeiros fundos de investimento em direitos creditórios do país, o FMAX.

Em 2004, as atividades da Indusval Financeira foram alienadas ao HSBC e as operações do Banco ficaram focadas totalmente no crédito ao Middle Market, com crescimento expressivo da carteira de crédito.

Em julho de 2007, foi realizada Oferta Pública de Distribuição primária (IPO) de ações preferenciais, listadas no Nível 1 de Governança Corporativa, com capitalização de R\$227.500 mil elevando o capital social para R\$370.983 mil. Ainda ao final de 2007, dentro do plano de expansão, foram abertas seis novas agências nas principais regiões econômicas do país.

Em 2009, o Banco iniciou as atividades da agência Cayman, como veículo de captação de recursos e relacionamento com bancos correspondentes.

Em março de 2011, o Indusval atraiu novos investidores e anunciou um aumento de capital com subscrição privada de novas ações no valor de R\$201 milhões, com aporte dos acionistas controladores do Banco, do fundo de private equity Warburg Pincus e dos acionistas controladores da Sertrading S.A. Nesse processo, um time de experientes profissionais passou a integrar a gestão do Banco, liderados por Jair Ribeiro e Luiz Masagão Ribeiro. Para traduzir a nova visão do novo time de gestão, nasceu a nova marca: BI&P BANCO INDUSVAL & PARTNERS.

Nesse período, após um processo de reavaliação estratégica apoiado por consultoria internacional, a Administração decidiu ampliar sua atuação junto a empresas de maior porte. O Banco passou a segmentar o atendimento a clientes em duas plataformas: (a) “empresas emergentes”, para empresas com faturamento anual de R\$80 milhões até R\$400 milhões; e (b) a plataforma denominada de “corporate” ou “grandes empresas”, com faturamento anual predominantemente superior a R\$400 milhões. Passou também a atuar de forma mais focada no setor do agronegócio, diante da vantagem competitiva brasileira desse segmento da economia.

A partir de 01.03.2012, as ações do Banco BI&P (códigos B3: IDVL3 e IDVL4) passaram a ser negociadas no segmento de listagem Nível 2 de Governança Corporativa. Em novembro de 2013, lançamos o projeto de reestruturação da corretora, cuja denominação social foi alterada de Indusval S.A. CTVM para Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores, em outubro de 2013, após aprovação pelo Banco Central do Brasil. A Guide Investimentos continuou atendendo os clientes institucionais da corretora, além de possuir uma inovadora plataforma de consultoria e aconselhamento de investimentos para pessoas físicas de alta renda.

Também em novembro de 2013, o Banco BI&P concluiu a aquisição de 100% do capital social do Banco Intericap S.A., instituição financeira que atuava nos segmentos de crédito corporativo, operações de câmbio e corretagem de valores mobiliários e de mercadorias. Essa operação, aprovada pelo Banco Central em 18.11.2013, resultou em um aumento de capital de R\$107,5 milhões pelos acionistas do Banco Intericap S.A. Com essa aquisição, o Banco BI&P amplia sua base de capital e reforça sua estrutura de governança corporativa através do ingresso do Srs. Afonso Antonio Hennel e Roberto de Rezende Barbosa, ex-controladores do Banco Intericap, no grupo de controle e conselho de administração.

6.3 - Breve Histórico

Em maio de 2014, a conversão da Companhia para Banco Múltiplo foi aprovada pelo Banco Central do Brasil. A partir de então, o Banco BI&P passou a estar habilitado para operar carteira de investimentos, nos termos da Resolução CMN nº 4.122/12, podendo participar de processos de emissão, subscrição para revenda e distribuição de títulos e valores mobiliários, além de coordenar processos de reorganização e reestruturação de sociedades e conglomerados mediante prestação de serviços de consultoria, participação societária e/ou concessão de financiamentos ou empréstimos.

Ao longo de 2014, a Guide Investimentos, em linha com sua estratégia de ampliar sua base de clientes e presença geográfica pelo país, adquiriu as carteiras de clientes das corretoras Omar Camargo, do Paraná, e Geraldo Corrêa, de Minas Gerais, e estabeleceu parceria com a Bullmark, empresa de consultoria financeira com foco na gestão de recursos para investidores pessoas físicas de alta renda. Além disso, em março de 2015, anunciou a compra da carteira de clientes da SLW Corretora, agregando parte do time e, assim, mais conhecimento, qualificação e experiência ao atual time da Guide.

Em dezembro de 2015, o Banco Central do Brasil homologou o aumento de capital no valor de R\$80 milhões, que foi subscrito e integralizado pelos acionistas controladores e demais acionistas do Banco.

Em 2017, o Banco decidiu pelo fortalecimento de sua franquia voltada ao agronegócio, com foco em pequenos e médios produtores agrícolas. Além disso, iniciou o desenvolvimento de uma nova plataforma bancária digital voltada a pequenas e médias empresas, o SmartBank, por meio do acordo de investimento firmado com o grupo The Hive Brasil, formado por empreendedores brasileiros e do Vale do Silício com ampla experiência em fintech.

Em 2018, o Banco Indusval concluiu a venda do controle da Guide Investimentos ao grupo chinês Fosun, um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, com a consequente readequação da base de capital do Banco, que permaneceu com uma fatia de 20% da Guide Investimentos.

Em 2019, o Banco recebeu o reforço patrimonial necessário para recuperar sua capacidade de investimento e alavancagem, o que alterou o grupo de controle, e uma nova Diretoria foi eleita, dando início ao ciclo de reposicionamento do Banco. A venda das participações minoritárias do Banco na Sertrading e na Guide Investimentos foram realizadas, por serem negócios que traziam baixas sinergias ao Banco. Além disso, a nova plataforma digital do grupo, a subsidiária Banco SmartBank S.A., (nova denominação do Banco Intercap) iniciou suas operações no segundo semestre de 2019, posicionando o grupo nessa nova megatendência disruptiva do setor bancário em todo o mundo.

Em janeiro de 2020, houve o aumento de capital da Companhia em razão da conversão das Letras Financeiras emitidas em 2019, de forma que o capital social do Banco passou a ser composto por 102.821.933 ações.

Em julho de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de uma comercializadora de energia, a Crípton Comercializadora de Energia Ltda., o que permitirá ao Banco expandir sua atuação e proporcionar novas estruturas para seus clientes.

Em junho de 2020, dentro da estratégia de reposicionamento do Banco iniciada em 2019, a Companhia anunciou ao mercado a reorganização societária pretendida pela Administração para os próximos meses e a nova marca, **Voiter**, que tem origem no verbo em francês “voir”, que significa “ver”. É uma palavra criada, inspirada na conjugação do verbo na terceira pessoa “ele vê”, que em francês é “il voit”. Daí **Voiter**.

A ideia da reestruturação é segregar os negócios, criando uma holding para separar os ativos:

- o novo banco, mais enxuto, terá a marca **Voiter** e passa a ser um banco de atacado, oferecendo soluções de serviços e crédito a empresas de médio e grande porte. O **Voiter** potencializa sua capacidade de concessão de crédito através do mercado de capitais e de parcerias com investidores, mirando também startups, que são carentes de linhas de crédito;
- o SmartBank será focado no atendimento a pequenas e médias empresas, com uma plataforma totalmente digital que oferecerá serviços financeiros transacionais, incluindo conta corrente, pagamentos, cobrança e emissão e credenciamento de cartões; e
- o banco cindido deverá absorver a carteira do legado, com créditos antigos não alinhados à nova estratégia, créditos fiscais e outros bens, como imóveis. Ao longo do tempo, poderá usar sua experiência de crédito e execuções para comprar créditos no mercado.

A proposta de reorganização foi avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração em 27.07.2020 e pela assembleia geral em 14.08.2020.

6.3 - Breve Histórico

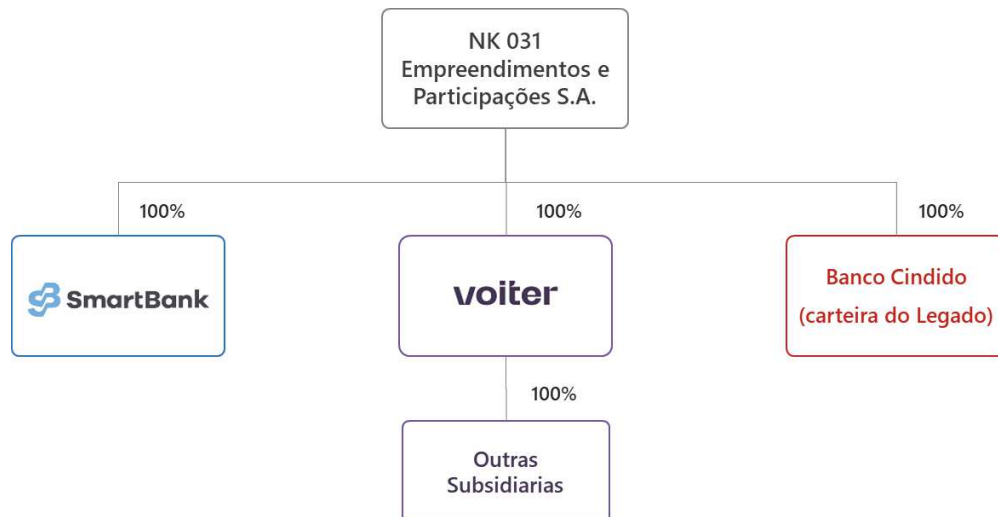
Essa reorganização também se insere no compromisso assumido pelo **Voiter** de regularizar o desenquadramento do mínimo de ações em circulação exigido pelo Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa da B3. Nesse sentido, em 13.07.2020, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a saída da Companhia do segmento de listagem da B3 denominado Nível 2.

Com isso, em 10.12.2020, a Companhia realizou o leilão de OPA de saída do segmento de listagem Nível 2 e, nessa mesma data, encerrou-se o período para adesão dos acionistas elegíveis, de acordo com condições previamente divulgadas, ao direito de recesso, ensejado pela incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela holding NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. (“Holding” ou “NK 031”), empresa de capital fechado recém constituída para abrigar a nova estrutura societária do grupo.

Após todas as aprovações necessárias, no dia 30.12.2020 ocorreu o último pregão das ações da Companhia na B3 (ticker: IDVL3 e IDVL4) e a incorporação das ações da Companhia pela holding NK 031, com a migração da base acionária da Companhia para a Holding.

Em outubro de 2020, o Banco Indusval S.A. adquiriu a participação minoritária no Banco SmartBank S.A. e passou a ser detentor de 100% de seu capital social, aquisição esta que está em fase de aprovação perante o Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Ao final de todo o processo de reorganização, a holding NK 031 apresentará estrutura societária conforme ilustrado a seguir:



Em 31.12.2020, no contexto da reestruturação societária do Banco, o Conselho de Administração aprovou um aumento de capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no valor de R\$93,0 milhões, mediante a emissão privada de 44.285.715 novas ações, sendo 42.670.833 ações ordinárias e 1.614.882 ações preferenciais. Em 13.01.2021, as novas ações emitidas foram todas subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pela única acionista da Companhia, a holding NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Dessa forma, o capital social do Banco passou a ser composto por 147.107.648 ações.

Em 14.01.2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou sobre o cancelamento do registro da Companhia na CVM e a submissão do pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM, uma vez que a Companhia não possui qualquer valor mobiliário em circulação, já que: (i) foi finalizada a oferta pública para aquisição de suas ações que teve como consequência a saída da Companhia do segmento Nível 2 de governança corporativa da B3 e (ii) a totalidade das ações da Companhia foram incorporadas pela holding NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., a única acionista da Companhia desde então.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Não houve pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes referentes a esta seção foram mencionadas em itens anteriores.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1. Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

O Banco Indusval S.A. é uma instituição financeira privada organizada sob a forma de sociedade anônima, que tem por objeto social a atuação como banco múltiplo, com as carteiras comercial, de câmbio e de investimento. Dessa forma, está autorizada à prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes a um banco comercial com autorização para operações de câmbio, podendo ainda participar de outras sociedades como sócio, acionista, coligado ou controlador, prestar fiança em favor de terceiros, na forma da regulamentação em vigor, e praticar operações de compra e venda no mercado de ouro e de valores mobiliários. Com a autorização para operar carteira de investimento, poderá ainda participar de processos de emissão, subscrição para revenda e distribuição de títulos e valores mobiliários, e coordenar processos de reorganização e reestruturação de sociedades e conglomerados mediante prestação de serviços de consultoria, participação societária e/ou concessão de financiamentos ou empréstimos.

O Banco conta com 6 agências no Brasil, além da agência no exterior estabelecida em Grand Cayman. Em dezembro de 2019, o Banco e suas controladas e coligadas contavam com 260 funcionários, com mais de 46 mil clientes depositantes.

A partir da estratégia adotada em 2011, o Banco passou a oferecer múltiplos produtos a seus clientes, como forma tanto de atender melhor às necessidades das empresas médias e de grande porte quanto de estreitar seus relacionamentos através de cross selling, incrementando as oportunidades de receitas recorrentes. No final de 2017, o Banco redefiniu suas atividades de concessão de crédito, reposicionando e fortalecendo a franquia voltada ao agronegócio, com foco em pequenos e médios produtores agrícolas, criando um portfólio de crédito mais pulverizado.

Abaixo, a segmentação da carteira de crédito expandida do Banco por tipo de produto/moeda:

Informações Financeiras Consolidadas encerradas em 31 de dezembro de

Em R\$	2017	2018	Δ17/18	2019	Δ18/19
Carteira de Crédito em Moeda Nacional	676.073	342.257	-49,4%	321.796	-6,0%
Carteira de Crédito em Moeda Estrangeira	50.470	53.797	6,6%	8.664	-83,9%
Garantias Emitidas (Fianças e L/C)	161.893	70.716	-56,3%	37.381	-47,1%
Títulos Agrícolas (CPR, CDA/WA, CDCA e FIDC)	313.925	204.521	-34,9%	377.411	84,5%
Títulos de Crédito Privado (NP e Debêntures)	36.675	33.010	-10,0%	32.130	-2,7%
Antecipação de Recebíveis de Cartão	-	-	n.m.	115.888	n.m.
FIDCs	-	-	n.m.	226.612	n.m.
Carteira de Crédito Expandida	1.239.036	704.301	-43,2%	1.119.882	59,0%

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**7.1-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista.****a. interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

- os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”

Não aplicável.

- quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Não aplicável.

- estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

O Banco Indusval S.A. divulga informações por segmento operacional nas **demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS 8)**.

A administração do Banco Indusval S.A. definiu os segmentos de negócio do Grupo, com base nos relatórios fornecidos para a administração para a alocação de recursos e avaliação de performance dos segmentos, como segue:

- **Comercial**, que inclui as operações de crédito em Reais (empréstimos de capital de giro, desconto de duplicatas, adiantamentos a depositantes e repasses do BNDES, entre outros), as captações via depósitos, letras financeiras, agrícolas e imobiliárias, títulos agrícolas, garantias emitidas, instrumentos financeiros derivativos e operações estruturadas (sindicalizações, fusões e aquisições, reestruturação de dívida, entre outros);
- **Câmbio**, que inclui as operações em moedas estrangeiras ativas e passivas (câmbio comprado/vendido a liquidar, financiamentos em moedas, etc), bem como os empréstimos no exterior; e
- **Outros**, incluem administração de fundos, garantias financeiras e demais operações;

Segue detalhamento em relação aos segmentos operacionais:

Segmentos Operacionais em R\$	2017	2018	2019
Comercial			
Receita de juros proveniente do segmento	287.653	166.727	101.947
% na receita líquida de juros	96,7%	94,3%	97,6%
Lucro resultante do segmento	-83.569	-893	24.890
% no lucro líquido (prejuízo) consolidado	40,4%	0,9%	-222,0%
Câmbio			
Receita de juros proveniente do segmento	4.369	3.594	2.519
% na receita líquida de juros	1,5%	2,0%	2,4%
Lucro resultante do segmento	2.194	-4.622	846
% no lucro líquido (prejuízo) consolidado	-1,1%	4,6%	-7,5%
Outros			
Receita de juros proveniente do segmento ¹	0	0	0
% na receita líquida de juros	0,0%	0,0%	0,0%
Lucro resultante do segmento	-142.139	-119.558	-36.948
% no lucro líquido (prejuízo) consolidado	68,8%	118,2%	329,5%
Total Receita de juros e similares	297.338	176.751	104.466
Lucro líquido/Prejuízo consolidado do exercício	-223.514	-125.072	-11.212

¹ As receitas provenientes do segmento operacional Outros consistem basicamente de receitas de serviços.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3. Informações sobre produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

- a. características do processo de produção**
- b. características do processo de distribuição**
- c. características dos mercados de atuação, em especial: i. participação em cada um dos mercados e ii. condições de competição nos mercados**
- d. eventual sazonalidade**
- e. principais insumos e matérias primas, informando: i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; ii. eventual dependência de poucos fornecedores; e iii. eventual volatilidade em seus preços**

O item 7.1 deste formulário contém informações detalhadas sobre nossos produtos e serviços, rede de distribuição, mercados de atuação e demais características relevantes para as operações como Instituição Financeira.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

- a. montante total de receitas provenientes do cliente**
- b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

Não há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da Receita Líquida.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

BANCO CENTRAL

A Lei da Reforma Bancária concedeu poderes ao Banco Central para implementar as políticas monetárias e de crédito estabelecidas pelo CMN, bem como fiscalizar as instituições financeiras dos setores público e privado, aplicando-lhes, quando necessário, as penalidades previstas em lei. De acordo com a Lei da Reforma Bancária, o Banco Central é também o responsável, dentre outras atividades, por exercer o controle de crédito e dos capitais estrangeiros, receber recolhimentos compulsórios e depósitos voluntários à vista das instituições financeiras, realizar operações de redesconto e empréstimo a instituições financeiras bancárias, além de exercer a função de depositário das reservas oficiais de ouro e moeda estrangeira. Ao Banco Central compete, ainda, controlar e aprovar a constituição, o funcionamento, transferência de controle e reorganização societária das instituições financeiras, bem como conceder autorizações para abertura de filiais, reformas no estatuto social e eleição de administradores.

CVM

A CVM é o órgão responsável pela implementação da política do CMN no que diz respeito ao mercado de valores mobiliários, sendo a autarquia competente para regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar esse mercado, em estrita observância à Lei do Mercado de Capitais e à Lei das Sociedades por Ações. Compete à CVM, dentre outras atividades, regulamentar a fiscalização e inspeção das companhias abertas, a negociação e intermediação nos mercados de valores mobiliários e de derivativos, a organização, funcionamento e operação das bolsas de valores e das bolsas de mercadorias e futuros, a administração e custódia de valores mobiliários e, ainda, a regulação e supervisão dos fundos financeiros e de investimentos.

HISTÓRICO DE AUTORIZAÇÕES

Após reorganização societária iniciada em 1989 com a transformação da Indusval Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em Banco Indusval S.A., obtivemos autorização do Banco Central do Brasil para exercer atividades de Banco Comercial em 03.01.1991 e para operar em Câmbio em 07.10.1992.

Em 10.07.2007 obtivemos perante a Comissão de Valores Mobiliários o registro como Companhia Aberta para negociação de ações no mercado de Bolsa (B3 S.A.), sob o código nº 2088-5.

Em 14.05.2014 foi aprovada, pelo Banco Central do Brasil, a mudança do objeto social do Banco Indusval S.A. para banco múltiplo, com as carteiras comercial e de investimento.

A Administração considera que as empresas do grupo cumprem as normas do Banco Central e da CVM e mantém um bom relacionamento com os órgãos reguladores e fiscalizadores, não ocorrendo quaisquer situações que colocassem em risco nossas licenças.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco Indusval S.A. prioriza o compromisso com a ética nos negócios e com o desenvolvimento sustentável, além de incentivar fornecedores, parceiros e clientes a adotar posturas responsáveis, que promovam o crescimento social, o resgate da cidadania e o respeito ao meio ambiente. Com o objetivo de garantir que as operações de empréstimo e financiamento estejam afinadas com a legislação na área socioambiental e com a lista de exclusões do Banco Mundial, foi criado o Sistema de Gestão Socioambiental para a concessão de crédito, que começou a ser implantado em 2008. O Banco não realiza empréstimos a empresas que utilizem trabalho infantil ou escravo, exerçam atividades que incentivem direta ou indiretamente o jogo e a prostituição ou atuem na produção de substâncias com risco à segurança e saúde das pessoas, da fauna e da flora.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Desta forma, os instrumentos contratuais do Banco Indusval S.A. (Carteira Comercial) possuem cláusula, cujo texto contempla “Responsabilidades Sócio-Ambientais” ao Cliente, na qual o mesmo se compromete a não utilizar, em todas as suas atividades, mão de obra infantil, bem como envidar esforços para que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com seus clientes, fornecedores e prestadores de serviços, bem, como, a não utilizar mão-de-obra em condições de trabalho escravo ou degradante. Da mesma forma, compromete-se, o Cliente a dar rigoroso cumprimento às leis e regulamentos destinados à proteção do meio ambiente, inclusive pela obtenção e manutenção válida de todas as licenças, autorizações e estudos legalmente exigidos para o pleno desenvolvimento de suas atividades, devendo adotar, ainda, as medidas e procedimentos cabíveis, a fim de afastar qualquer agressão, perigo ou risco de dano ao meio ambiente que possa ser causado em decorrência das atividades que desenvolve, inclusive por delegação a terceiros. O descumprimento dessa cláusula será motivo de vencimento antecipado das operações de crédito contratadas com o Banco, podendo ainda o Banco negar-se a conceder novos créditos enquanto durar as respectivas infrações.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Não há dependência relevante de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties para o desenvolvimento das atividades no fluxo normal dos negócios, exceto quando houver implementação de novas carteiras às já existentes, sendo que tais processos deverão ser submetidos ao Conselho Monetário Nacional ou ao Banco Central do Brasil, conforme o caso, órgãos reguladores e fiscalizadores do Sistema Financeiro Nacional.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**
- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**
- c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não há receitas relevantes obtidas fora do Brasil.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Em virtude de não haver receitas relevantes obtidas fora do Brasil e de nossa agência nas Ilhas Cayman ter atuação bastante restrita, a regulação estrangeira não exerce efeito representativo sobre nossas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8. Em relação a políticas socioambientais, indicar:

- a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais
- b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações
- c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente
- d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

O Banco Indusval S.A. entende que a Sustentabilidade deve estar alinhada, antes de qualquer ação externa, aos princípios e diretrizes adotados pela própria Companhia, entre eles, a credibilidade, a ética, a transparência, a responsabilidade nos negócios e respeito no relacionamento com os seus parceiros. A Companhia acredita que práticas sustentáveis em sua gestão econômica, social e ambiental, além da governança corporativa, minimizam sua exposição aos riscos, maximizam sua eficiência e agregam valor às suas atividades, contribuindo para sua perenidade.

Como forma de divulgar estas e outras informações relevantes ao público externo e interno, o Banco segue rigorosos critérios de concessão de crédito.

A Política de Responsabilidade Socioambiental da Companhia prioriza o compromisso com a ética nos negócios e com o desenvolvimento sustentável, além de incentivar fornecedores, parceiros e clientes a adotar posturas responsáveis, que promovam o crescimento social, o resgate da cidadania e o respeito ao meio ambiente. Entre as ações preconizadas, podemos destacar:

CRÉDITO RESPONSÁVEL

Como agente ativo do desenvolvimento econômico, por ser uma instituição financeira provedora de crédito, a Companhia é responsável perante a sociedade pela condução dos seus negócios de maneira justa, equilibrada e coerente com seus valores, buscando sempre a sustentabilidade do negócio em todas as suas vertentes, como forma de contribuir para a construção de uma sociedade ambientalmente viável e socialmente justa.

Alinhado aos parâmetros internacionais estabelecidos para a questão socioambiental e aderindo aos princípios de organizações globais como International Finance Corporation (IFC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), braços do Banco Mundial, o Banco utiliza critérios no processo de análise de crédito que envolvem: riscos ou danos ambientais do negócio, utilização de trabalho infantil e/ou escravo, realização ou contribuição para o tráfico de substâncias ilícitas e armas, incentivo direto ou indireto ao jogo e à prostituição, produção de substâncias com risco à segurança e saúde das pessoas, da fauna e da flora.

MEIO AMBIENTE

O impacto direto do negócio do Banco ao meio ambiente se dá, essencialmente, na rotina de consumo e descarte de seus escritórios. Visando mitigar ao máximo esse impacto, a Companhia monitora constantemente os dados quantitativos referentes ao gasto de energia elétrica, água e materiais – papel, copos de plástico, entre outros – e ao rejeito e possível reaproveitamento de seus resíduos para o desenvolvimento de iniciativas com maior eficiência no consumo.

Além da observação desses aspectos em seu negócio, o Banco visa atuar como multiplicador de boas práticas para a conservação ambiental por meio de ações educativas e de conscientização.

RELACIONAMENTOS SÓLIDOS E DIÁLOGO ABERTO

A trajetória de mais de 50 anos no mercado financeiro auxiliou o Banco Indusval S.A. que, em sintonia com seus parceiros, conquistou seus principais ativos intangíveis – credibilidade e parcerias.

Ao longo de sua história, o Banco consolidou uma relação de respeito e confiança com seus parceiros, reguladores, profissionais e a sociedade de uma forma geral, todos essenciais para o desenvolvimento sustentável do negócio, uma vez que tem como objetivo ser um banco parceiro, fornecedor de soluções construídas especificamente para cada um desses públicos que atende.

7.8 - Políticas Socioambientais

INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – INSTITUTO BI&P DE SUSTENTABILIDADE

O Instituto BI&P de Sustentabilidade, criado em 2008, rege o relacionamento do Banco com as comunidades e as iniciativas e projetos para seu desenvolvimento de base, educacional e cultural, com foco na formação multidisciplinar e integral de crianças, jovens e adultos. Assim, o Banco busca cumprir seu papel de compartilhar os benefícios de seus negócios com as comunidades, levando desenvolvimento social às regiões onde atua, por meio do apoio a organizações que estruturam e gerenciam projetos sociais que gerem benefícios permanentes e transformadores nas comunidades atendidas.

Entre nossas ações destaca-se o programa Partners do Bem, pelo qual os colaboradores podem apoiar dez organizações sem fins lucrativos com aporte financeiro descontado diretamente em folha e que o banco faz a contrapartida de até 100% do valor doado.

ONGs Parceiras:

- AACD
- Acridas
- Arrastão
- Boldrini
- Criança Brasil
- Doutores da Alegria
- GRAACC
- Obra do Berço
- Parceiros da Educação
- Vila São Cottolengo

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações relevantes sobre este item que não tenham sido mencionadas neste formulário.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

As aquisições ou alienações relevantes, realizadas nos últimos exercícios, estão descritas no item 15.7 (Principais operações societárias).

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alteração.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não há contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas com atividades não relacionadas com as operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 01.07.2020, o Banco Indusval S.A. adquiriu uma comercializadora de energia, a empresa Crípton Comercializadora de Energia Ltda., o que permitirá à Companhia expandir sua atuação e proporcionar novas estruturas de operação para seus clientes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial:

Abaixo, os ativos relevantes do ativo não circulante do Banco Indusval S.A. e suas controladas e coligadas:

a. ativos imobilizados, inclusive aqueles objetos de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização

Imóvel alugado localizado à Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 50 (4º, 5º e 6º andar) em São Paulo/SP, que abriga as instalações da Agência São Paulo.

Ademais, o Banco possui imóveis alugados que abrigam as demais agências, entretanto, sem investimentos relevantes, em diferentes cidades do Brasil.

b. ativos intangíveis, tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores, informando:

i. duração

#	Marca	Território Atingido	Classe ¹	Validade
1	INDUSVAL	Brasil	NCL(8) 36 NCL (8) 36.10	10.07.2026 13.10.2023
2	M MULTISTOCK CORRETORA	Brasil	NCL(8) 36	16.06.2029
3	M MULTISTOCK BANCO	Brasil	NCL(8) 36	29.12.2029
4	MULTI FUNDO INDUSVAL	Brasil	NCL(8) 36	02.05.2027
5	BANCO MULTIPLO DE SÃO PAULO	Brasil	NCL(8) 35 NCL(8) 36	08.12.2029 14.03.2027
6	BIM BANCO INDUSVAL MULTISTOCK	Brasil	NCL(8) 35 NCL(8) 36	22.12.2029 22.12.2029
7	BIM	Brasil	NCL(8) 36 NCL(8) 35	22.12.2029 EXTINTO
8	BANCO INDUSVAL MULTISTOCK	Brasil	NCL(8) 35 NCL(8) 36	22.12.2029 22.12.2029
9	BANCO INDUSVAL & PARTNERS	Brasil	NCL(8) 35 NCL(8) 36	22.07.2024 22.07.2024
10	BI&P BANCO INDUSVAL & PARTNERS	Brasil	NCL(8) 36 NCL(8) 35	22.07.2024 22.07.2024
11	BI&P	Brasil	NCL(8) 35 NCL(8) 36	22.07.2024 22.07.2024

NCL(8) 36 Operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, crédito financiamento e investimento e câmbio), de acordo com as disposições legais e regulamentares vigentes. Participar de outras sociedades como sócia, acionista, coligada ou controladora, na forma das disposições legais e regulamentares aplicáveis às instituições da espécie; prestar fiança em favor de terceiros, na forma da regulamentação em vigor; operações de compra e venda no mercado de ouro e de valores mobiliários.

NCL(8) 35 Assessoria em gestão comercial e industrial, assessoria em gestão e organização de negócios, auditoria, avaliações de negócios, consultoria em organizações de negócios, contabilidade, previsões econômicas, leilões, serviços de impressão de extratos de contas, análise de custo.

NCL(8) 36.10 Serviços bancários e de crédito, financiamento e investimento.

¹ Descrição de Classe

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

ii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

O principal evento que poderá ocasionar a perda dos direitos da concessão do registro ocorre quando a marca não é usada da forma que foi concedida, ou seja, para mantê-la o titular deverá utilizar os produtos ou serviços constantes na especificação, e o seu uso não poderá ser interrompido por mais de 5 anos consecutivos, sob pena de perder os direitos de exclusividade do registro.

Outro evento pode ocorrer a partir do 5º ano da concessão do registro, quando qualquer terceiro com legítimo interesse poderá requerer a caducidade do registro e ao titular do registro da marca caberá o ônus de provar o uso da marca ou justificar seu desuso por razões legítimas.

iii. possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

Considerando que a marca e o nome empresarial são os elementos identificadores da empresa, diferenciando-a das demais companhias e dando-lhe particularidade, preservando-lhe e simultaneamente, preservando o mercado da confusão com outras empresas, a perda dos direitos de marca e nome empresarial leva a Companhia à perda de seu principal elemento identificador perante seus clientes, parceiros e mercado em geral.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel locado à Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 50 - 4º, 5º, 6º andares	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Locação de imóveis que abrigam as demais agências do Banco em diferentes cidades	Brasil			Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	INDUSVAL - NCL(8)36 e NCL(8)36.10	10.07.2026 e 13.10.2023	Vide item 9.1.b.ii	Vide item 9.1.b.iii
Marcas	M MULTISTOCK CORRETORA - NCL(8)36	16.06.2029	Vide item 9.1.b.ii	Vide item 9.1.b.iii
Marcas	M MULTISTOCK BANCO - NCL(8)36	29.12.2029	Vide item 9.1.b.ii	Vide item 9.1.b.iii
Marcas	MULTI FUNDO INDUSVAL - NCL(8)36	02.05.2027	Vide item 9.1.b.ii	Vide item 9.1.b.iii
Marcas	BANCO MULTIPLO DE SÃO PAULO - NCL(8)35 e NCL(8)36	08.12.2029 e 14.03.2027	Vide item 9.1.b.ii	Vide item 9.1.b.iii
Marcas	BIM BANCO INDUSVAL MULTISTOCK - NCL(8)35 e NCL(8)36	ambos em 22.12.2029	Vide item 9.1.b.ii	Vide item 9.1.b.iii
Marcas	BIM - NCL(8)36	22.12.2029	Vide item 9.1.b.ii	Vide item 9.1.b.iii
Marcas	BANCO INDUSVAL MULTISTOCK - NCL(8)35 e NCL(8)36	ambos em 22.12.2029	Vide item 9.1.b.ii	Vide item 9.1.b.iii
Marcas	BANCO INDUSVAL & PARTNERS - NCL(8)35 e NCL(8)36	ambos em 22.07.2024	Vide item 9.1.b.ii	Vide item 9.1.b.iii
Marcas	BI&P - NCL(8)35 e NCL(8)36	ambos em 22.07.2024	Vide item 9.1.b.ii	Vide item 9.1.b.iii
Marcas	BI&P BANCO INDUSVAL & PARTNERS - NCL(8)35 e NCL(8)36	ambos em 22.07.2024	Vide item 9.1.b.ii	Vide item 9.1.b.iii

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Banco Intercep S.A.	58.497.702/0001-02	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Instituição financeira	98,187133
Valor mercado								
31/12/2019	7,649964	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	101.351.067,74		
31/12/2018	-1,067880	0,000000	0,00					
31/12/2017	2,063495	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição do capital do Banco Intercep em 2013 reforçou e ampliou a base de capital do Banco Indusval, permitindo ainda o crescimento da base de ativos dentro de uma estrutura de capital mais robusta. Ademais, a carteira de ativos do Banco Intercep foi absorvida pelo Banco BI&P, o que permitiu a otimização das despesas operacionais de ambas as estruturas. Em 2019, a denominação social Banco Intercep S.A. foi alterada para Banco SmartBank S.A. para abrigar a nova plataforma digital da Companhia.								
BI&P Assessoria e Participacoes Ltda	07.249.416/0001-97	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Assessoria financeira e finanças corporativas	100,000000
Valor mercado								
31/12/2019	-55,481822	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	99.234,58		
31/12/2018	-98,746330	0,000000	0,00					
31/12/2017	-8,252243	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expandir a atuação do Banco em negócios de fusões e aquisições, emissões de dívida corporativa e outros produtos de renda fixa, processos de abertura de capital, governança corporativa e avaliações financeiras.								
BI&P Comércio de Cereais Ltda	07.469.081/0001-12	-	Controlada	Brasil	MG	Varginha	Comércio atacadista, armazenamento e beneficiamento de grãos	100,000000
Valor mercado								
31/12/2019	69,327657	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	37.164.906,28		
31/12/2018	3,463195	0,000000	0,00					
31/12/2017	1,788736	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empresa cerealista, com o objetivo do Banco atuar no mercado de títulos agrícolas.								
Distribuidora Intercep de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	02.927.433/0001-12	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Administração de carteiras de valores mobiliários e participação em outras empresas ou empreendimentos.	100,000000
Valor mercado								
31/12/2019	1,810105	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2019	20.926.656,85		

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2018	3,061368	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Empresa de distribuição de títulos e valores mobiliários. Desde a aquisição do banco intercap S.A., em 2013, passou a fazer parte do grupo.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As informações divulgadas no item 9.1c estão apresentadas no critério contábil BRGAAP.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

As demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios de comparação – 2017, 2018 e 2019 – foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, conforme alterações posteriores), com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, portanto, em BR GAAP.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

EXERCÍCIO 2017

O ano de 2017 foi marcado por medidas importantes para reestruturar as operações do Banco, melhorar sua estrutura de capital e reposicionar a sua estratégia de mercado. Neste cenário, nossa estratégia está baseada em três pilares principais, são eles:

- Venda do controle da nossa plataforma de corretagem e distribuição de produtos financeiros, Guide Investimentos, ao grupo chinês Fosun, um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, com a consequente readequação da base de capital do Banco, concluída em 05 de novembro de 2018. O Voiter permaneceu com uma fatia de 20% da empresa, que pode gerar significativo valor ao Banco ao longo dos próximos anos;
- Desenvolvimento de uma nova plataforma bancária digital voltada a pequenas e médias empresas, por meio de uma joint venture com o grupo The Hive Brasil, formado por empreendedores brasileiros e do Vale do Silício com ampla experiência em fintechs, com o objetivo de participar dessa nova onda disruptiva do setor bancário; e
- Reposicionamento e fortalecimento da franquia de banco voltado ao agronegócio, com foco em pequenos e médios produtores agrícolas, criando um portfólio de crédito mais pulverizado.

Guide Investimentos e Grupo Fosun

O Voiter executou, em 26 de fevereiro de 2018, com a Fosun Investimentos (Brasil) Ltda., uma subsidiária integral da Fosun Group ("Fosun"), uma das principais empresas multinacionais do mundo, o contrato de compra e venda de ações (o "Contrato"), que estabeleceu os termos vinculativos para a venda à Fosun de ações ordinárias e ações preferenciais detidas pelo Banco Indusval S.A., que representará, na data de encerramento da operação, 70% do capital total da Guide Investimentos S.A. - Corretora de Valores ("Guide" e "Transação", respectivamente), pelo valor de até R\$290 milhões ("Preço Total"), nos termos descritos abaixo:

O Banco Indusval S.A. manterá uma participação patrimonial minoritária que representará 20% do capital social da Guide na data de encerramento da transação ("Participação Minoritária"), com alguns direitos e obrigações relacionados à transferência de ações e governança corporativa da Guide. A porcentagem final da participação acionária na Companhia a ser adquirida pela Fosun pode variar de acordo com determinados termos e condições definidos no Contrato.

O Banco Indusval S.A. receberá o Preço Total em três parcelas diferentes da seguinte forma: (i) a primeira parcela, no montante de R\$12 milhões, será depositada nas semanas posteriores à assinatura do contrato; (ii) a segunda parcela, no montante de R\$158 milhões, será paga na data do fechamento da Operação; e (iii) a terceira parcela, no valor de R\$120 milhões, sujeita aos resultados financeiros da Guide nos exercícios fiscais de 2018 e 2019 (earn-outs), que serão pagos após a determinação de tais resultados financeiros. O Acordo contém disposições de indenização geralmente adotadas neste tipo de transação.

Para fins informativos, considerando o Preço Total, o valor da empresa atribuído a 100% do capital social da Guide é de R\$414 milhões.

A Transação está sujeita às aprovações das entidades reguladoras brasileiras e outras condições precedentes que geralmente se aplicam a transações similares.

A Guide manterá seu objetivo de maximizar o crescimento de todas as atividades atualmente realizadas nos segmentos de wealth management, plataforma digital, corretora de investimentos para clientes pessoa física e clientes institucionais, planejamento financeiro e vendas de seguros por meio da sua subsidiária Guide Life.

A Fosun é uma multinacional fundada em 1992, com ativos que ultrapassam US\$75 bilhões. Com sede na China, por meio de tecnologia e inovação, tem como missão criar um ecossistema "customer-to-maker" de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

saúde, felicidade e riqueza, de forma a prestar serviços e oferecer produtos de qualidade em todo mundo. A parceria com o Voiter na Guide está em linha com a estratégia da multinacional em investir e construir operações em países emergentes, particularmente na América Latina.

A Guide ganhou um sócio de peso que agrega capital e tecnologia para fortalecer ainda mais o crescimento da empresa. Com a venda, o Banco voltou a capitalizar-se para prosseguir focado no setor do agronegócio e para o desenvolvimento do Banco Digital. Se considerada a transação, o Patrimônio Líquido de 31 de dezembro seria de cerca de R\$417 milhões, que resultaria em uma Basileia superior a 11,7%. O Voiter permaneceu com uma fatia de 20% da empresa, que poderá gerar significativo valor ao Banco ao longo dos próximos anos.

Assim como explicitado previamente, o lucro dessa operação só poderá ser reconhecido após a conclusão da operação que está sujeita à aprovação dos órgãos reguladores supracitados e do cumprimento de formalidades contratuais.

O Banco concluiu a operação de venda da Guide Investimentos S.A. para o Grupo Fosun Internacional Holdings Limited, conforme aprovação publicada no Diário Oficial de 21 de dezembro de 2018. O fechamento da operação ocorreu em 05 de novembro de 2018, com a assinatura dos documentos aplicáveis e pagamento do preço no valor de até R\$287,9 milhões, conforme Fato Relevante divulgado na data do desfecho.

Banco Digital

Em 04 de dezembro de 2017, o Banco Indusval S.A. firmou Acordo de Investimento e Outras Avenças com a The Hive BR Holding, LLC (“The Hive”). Este documento vinculante estabelece os termos e condições pelos quais as partes desenvolverão, na subsidiária do Voiter, o Banco Intercap S.A., uma nova e inovadora plataforma de banco digital voltada a pequenas e médias empresas. A transação implicou, ainda, (i) na eleição dos novos membros da diretoria, que será composta por Everson Lopes, como diretor co-presidente, Jair Ribeiro da Silva Neto, como diretor vice-presidente, Luiz Masagão Ribeiro e Rodrigo Silva Guarino, como diretores executivos, e Carlos Canevassi Leoni, para equipe do Banco, (ii) o aumento de capital (que variará de R\$2 a 10 milhões), bem como outros atos definidos no Acordo de Investimento. Essas ações estão sujeitas à aprovação do BACEN, além do cumprimento de certas condições precedentes estabelecidas no Acordo de Investimento, bem como aprovações corporativas, societárias e regulatórias usuais a esse tipo de transação.

O objetivo dessa transação é justamente posicionar o banco nessa nova megatendência disruptiva do setor bancário em todo o mundo, sendo que, nosso foco, neste caso, é no setor de pequenas e médias empresas que, a nosso ver, não estão sendo adequadamente atendidas em suas necessidades pelos grandes bancos de varejo.

Foco no Agronegócio

O Banco vem, desde 2011, priorizando o setor do agronegócio, uma vez que entendemos ser dos poucos setores da economia brasileira que temos uma vantagem comparativa mundial. Além disso, projetamos que, em função da grave crise fiscal do governo brasileiro, haverá menos recursos subsidiados ao setor rural, cabendo ao setor privado suprir as crescentes necessidades de capital que o setor irá demandar, ainda mais considerando o seu potencial de crescimento.

Ao longo dos últimos anos, desenvolvemos uma metodologia específica de análise de crédito de produtores rurais. Excluindo os casos pontuais de fraude com parceiros na originação de créditos, o track record do Banco no empréstimo direto a produtores rurais foi bastante bom, mesmo considerando a grave crise econômica e altas taxas de juros praticadas ao longo dos últimos três anos. Nesse sentido, definimos como nova política da área de crédito: (i) focar, quase que exclusivamente, os novos empréstimos a produtores e empresas voltadas ao agronegócio; e (ii) diversificar ainda mais o nosso portfólio de crédito, limitando o volume emprestado a cada tomador a um percentual ainda menor do nosso patrimônio líquido.

Atividades de Crédito, Depósitos e Caixa Livre

No início do ano, tínhamos a expectativa de que o ambiente macroeconômico permaneceria desafiador e, por isso, mantivemos a nossa política conservadora do ano anterior. Nesse sentido, continuamos com uma política de concessão de crédito mais rigorosa (mantendo ao mesmo tempo os objetivos de NIM existentes), aumentamos os níveis de provisionamento e fortalecemos ainda mais o nosso foco nas empresas e produtores do agronegócio. Neste período, também aumentamos nosso coeficiente de liquidez, mantendo um excesso significativo de reservas de caixa.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O conjunto das atividades consolidadas do Conglomerado Voiter, em 31 de dezembro de 2017, totalizou R\$2,7 bilhões de ativos, queda de 35,5% em relação a dezembro de 2016, gerados por meio dos negócios realizados principalmente por meio das seis agências no Brasil, uma no exterior e da Guide Investimentos S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

A carteira de crédito expandida totalizou R\$1,2 bilhão no encerramento de 2017, ante R\$2,2 bilhões em 2016, redução intencional de 43,1% em doze meses, prosseguindo com a nossa já citada estratégia. Ao longo do ano, foram baixados para prejuízo R\$60,0 milhões em operações de crédito que já haviam sido provisionados nos anos anteriores. As recuperações de crédito totalizaram R\$15,6 milhões ante R\$35,9 milhões em 2016. Além disso, a provisão para devedores duvidosos (PDD) alcançou R\$ 122,3 milhões em função da postura conservadora da administração do Banco e do impacto da recessão econômica em nossa carteira. Vale destacar a alta liquidez da carteira de crédito expandida do Banco, uma vez que seu duration médio encerrou o ano em apenas 12 meses.

Em se tratando de nosso franchise no agronegócio, tal carteira de crédito encerrou o ano totalizando R\$650 milhões (52,4% do total da carteira), dos quais cerca de 80% de seus créditos estavam classificados entre os ratings AA e C. Vale destacar, entretanto, que cerca de 100% dos novos créditos concedidos são a empresas e produtores do agronegócio.

O volume de captação encerrou o ano em R\$2,1 bilhões, apresentando redução de 33,9% em relação a dezembro de 2016, em linha com a redução intencional da nossa carteira e com a estratégia de liquidez adotada pelo Banco. Os depósitos a prazo via emissão de CDB são os mais representativos, respondendo por 68,8% (44,9% em dezembro de 2016) do estoque de captação, seguidos pelas letras de crédito do agronegócio (LCA), responsáveis por 22,2% (31,9% em dezembro de 2016) do saldo de captação. A captação via títulos sob o programa DPGE I e II representaram 3,5% (13,9% em dezembro de 2016), letras de crédito imobiliário (LCI) e via letras financeiras (LF) alcançaram 2,8% (2,7% em dezembro de 2016) do estoque de captação. Os empréstimos para repasse no país representaram 0,6% (1,0% em dezembro de 2016) do saldo de recursos captados. Ao final de 2017, não possuíamos empréstimos no exterior.

O caixa livre encerrou o ano de 2017 em R\$786,1 milhões, decréscimo de 25,3% quando comparado a dezembro de 2016, porém representando 37,8% dos depósitos totais ante 33,6% ao final do período anterior. Mantivemos nossa posição confortável de caixa como resultado da estratégia de possuir alta liquidez e da pulverização de nossas captações construída ao longo dos últimos anos. No final do ano de 2017, distribuimos nossos produtos de captação diretamente e por intermédio da Guide e de parcerias com 69 corretoras, distribuidoras e escritórios de agentes autônomos, e contávamos com uma base de mais de 30.500 depositantes ante 28.000 ao final do 2016, incremento de 9%.

EXERCÍCIO 2018

No ano de 2018, o Banco seguiu com uma série de medidas importantes para reestruturar suas operações, melhorar sua estrutura de capital e reposicionar a sua estratégia de mercado: (i) venda do controle da nossa corretora, Guide Investimentos, ao grupo chinês Fosun; (ii) desenvolvimento de uma nova plataforma bancária digital voltada a pequenas e médias empresas por meio de uma joint-venture com o grupo The Hive Brasil, com o objetivo de participar dessa nova onda disruptiva do setor bancário, joint venture essa estruturada na subsidiária do banco, que passará a se denominar Banco SmartBank S.A. ("SmartBank"); e (iii) reposicionamento da franquia do Banco voltada ao agronegócio: com foco em pequenos e médios produtores agrícolas, criando um portfólio de crédito mais pulverizado.

Guide Investimentos

Em 05 de novembro de 2018, foi publicado Fato Relevante confirmando o fechamento da operação de compra das ações da Guide ao Grupo Fosun assinado no dia 26 de fevereiro de 2018.

O Banco Indusval S.A. transferiu à Fosun 195.115 ações ordinárias e 39.404 ações preferenciais de emissão da Guide as quais representam 69,14% do capital social da corretora, por um valor de até R\$287,9 milhões. O valor de R\$155,9 milhões foi pago ao Banco no dia da publicação do fato relevante. O valor de R\$12 milhões foi depositado em uma escrow account para garantir eventual pagamento de indenização que venha a ser devido pelo Banco à Fosun. A depender dos resultados financeiros da Guide nos anos de 2018 e 2019, o Banco receberá o valor de até R\$120 milhões. O Banco vendeu, a determinados executivos da Guide, a quantia

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de 2.933 de ações preferenciais pelo montante de R\$2,1 milhões e, com isso, manterá uma participação minoritária de 67.841 ações PN, representando 20% do capital social da Guide.

Banco Digital

A nova plataforma digital do grupo, a subsidiária Banco SmartBank S.A., nova denominação do Banco InterCap, já está em fase pré-operacional. O objetivo dessa plataforma é justamente posicionar o grupo nessa nova megatendência disruptiva do setor bancário em todo o mundo, sendo que, nosso foco, neste caso, é no setor de pequenas e médias empresas que, a nosso ver, não está sendo adequadamente atendido em suas necessidades pelos grandes bancos de varejo.

O SmartBank é uma plataforma bancária 100% digital que tem em seu DNA tecnologias como Big Data e Inteligência Artificial para que possa prestar serviços financeiros com inteligência e transparência. Com o lema “crescer juntos”, tem o propósito de oferecer um portfólio completo de soluções financeiras seguras, inclusivas e transformadoras, permitindo uma parceria de ganha-ganha com seus clientes, que podem ter mais flexibilidade para gerir e potencializar o crescimento dos negócios.

Está previsto aumento de capital (que variará de R\$2 a 10 milhões), bem como outros atos definidos no Acordo de Investimento com o grupo The Hive Brazil. Essas ações estão sujeitas à aprovação do BACEN, além do cumprimento de certas condições precedentes estabelecidas no Acordo de Investimento, bem como aprovações corporativas, societárias e regulatórias usuais a esse tipo de transação.

Atividades de Crédito, Depósitos e Caixa Livre

A atividade bancária é cíclica e diretamente ligada ao desempenho da atividade econômica local. Acreditamos que o país está entrando em uma nova fase de crescimento econômico que poderá impactar positivamente a economia como um todo. Dentre os fatores de recuperação, destacam-se: a entrada de um novo governo (por conseguinte redução do risco político), bem como as expectativas de aprovação de reformas importantes assegurando uma melhoria da disciplina fiscal atrelado a um conjunto de medidas para tornar mais atrativos os investimentos no Brasil. Além disso, o processo de flexibilização monetária favorecerá tanto a atividade bancária quanto a economia em geral.

No início de 2018, tínhamos a expectativa de que o ambiente macroeconômico permaneceria desafiador e, por isso, mantivemos a nossa política conservadora do ano anterior. Nesse sentido, continuamos com uma política de concessão de crédito mais rigorosa, mantendo os objetivos de NIM existentes, e aumentamos os níveis de provisionamento e nosso coeficiente de liquidez, mantendo um excesso significativo de reservas de caixa.

O conjunto das atividades consolidadas do Conglomerado Voiter, em 31 de dezembro de 2018, totalizou R\$2,5 bilhões de ativos, queda de 5,7% em relação a dezembro de 2017, gerados por meio dos negócios realizados principalmente por meio das seis agências no Brasil, uma no exterior e da Guide Investimentos S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (com a conclusão da venda do controle da Guide em 05 de novembro de 2018, os valores apurados consideram o período acumulado de 10 meses, de janeiro a outubro de 2018).

A carteira de crédito expandida totalizou R\$704,3 milhões no encerramento de 2018, ante R\$1,2 bilhão em 2017, redução intencional de 43,1% em doze meses, prosseguindo com a nossa já citada estratégia. Ao longo do ano, foram baixados para prejuízo R\$194,2 milhões em operações de crédito que já haviam sido provisionados nos anos anteriores. As recuperações de crédito totalizaram R\$29,6 milhões, ante R\$15,6 milhões em 2017. Além disso, a provisão para devedores duvidosos (PDD) alcançou R\$209,2 milhões em função da postura conservadora da administração do Banco e do impacto da recessão econômica em nossa carteira. Tendo em vista o processo de reestruturação patrimonial e de reposicionamento estratégico do Banco e as alterações na estrutura de gestão a ele relacionadas, o novo acionista majoritário do bloco de controle recomendou uma provisão adicional extraordinária para devedores duvidosos de R\$100 milhões. A Administração, considerando tal processo de reestruturação, iniciado com o aumento de capital, aceitou essa provisão no atual contexto. Vale destacar a alta liquidez da carteira de crédito expandida do Banco, uma vez que seu duration médio encerrou o ano em apenas 11,5 meses.

A carteira de crédito voltada ao agronegócio ao final de 2018 totalizou R\$332 milhões (47,1% do total da carteira), dos quais cerca de 95% de seus créditos estavam classificados entre os ratings AA e C.

O volume de captação encerrou o ano em R\$2,0 bilhões, apresentando redução de 4,2% em relação a dezembro de 2017. Os depósitos a prazo via emissão de CDB são os mais representativos, respondendo por 85,1% (68,8% em dezembro de 2017) do estoque de captação, seguidos pelas letras de crédito do agronegócio

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(LCA), responsáveis por 11,1% (22,2% em dezembro de 2017) do saldo de captação. A captação via letras de crédito imobiliário (LCI) alcançou 2,6% (2,8% em dezembro de 2017) do estoque de captação. Os empréstimos para repasse no país representam 0,4% (0,6% em dezembro de 2017) do saldo de recursos captados.

O caixa livre encerrou o ano em R\$928,2 milhões, acréscimo de 18,1% quando comparado a dezembro de 2017, representando 46,5% dos depósitos totais ante 37,8% ao final do período anterior. Mantivemos nossa posição confortável de caixa como resultado da estratégia de possuir alta liquidez e da pulverização de nossas captações construída ao longo dos últimos anos. No final do ano de 2018, distribuimos nossos produtos de captação diretamente e por intermédio da Guide e de parcerias com 64 distribuidores, dentre eles, corretoras, escritórios de agentes autônomos e private. Nesse período, contávamos com uma base de mais de 39.983 depositantes, ante 30.500 ao final de 2017, incremento de 31%.

EXERCÍCIO 2019

Em 2019, os eventos anunciados pelo Banco posicionaram-no em uma nova fase de crescimento, destacando-se:

- Em março de 2019, os acionistas deliberaram um aumento de capital no valor de R\$250,4 milhões mediante emissão de 71.546.110 novas ações ordinárias pelo preço de emissão de R\$3,50 por ação, sem alteração do grupo de controle da Companhia. Em decorrência da homologação do aumento de capital, ocorrida em junho de 2019, o capital social da Companhia passou a ser de R\$1.100.2 milhões, divididos em 83.049.425 ações ordinárias e 3.749.410 ações preferenciais, sem valor nominal. A capitalização fortaleceu o balanço patrimonial do Banco e das suas subsidiárias, reenquadrando-o aos requisitos de Basileia e permitindo-o retomar a capacidade de geração de novos negócios.
- Também em março de 2019, o Conselho de Administração deliberou a eleição de novos diretores como parte do processo de reposicionamento da Instituição e de retomada do seu crescimento.
- Em julho de 2019, o Conselho de Administração aprovou a emissão privada de letras financeiras, em duas tranches, subordinadas e conversíveis em ações ordinárias, visando a fortalecer o balanço patrimonial da Companhia e das suas subsidiárias. Em setembro de 2019, encerrou-se o prazo para exercício do direito de preferência para subscrição das Letras Financeiras Subordinadas (LFs), tendo sido emitidas 184 LFs, totalizando o montante de R\$55,2 milhões.
- Também em agosto de 2019, o Banco passou a ter uma nova sede, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 50 - 4º, 5º e 6º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A mudança faz parte do plano estratégico da nova Administração de integrar as áreas e otimizar os custos, além de estabelecer um conceito de gestão ágil e moderno em um ambiente informal e colaborativo.
- Em dezembro de 2019, o Banco realizou a venda da participação societária remanescente (20%) na Guide Investimentos S.A. - Corretora de Valores pelo valor de R\$120 milhões, o que gerou um resultado não operacional de R\$93,6 milhões.
- Em 3 de janeiro de 2020, foi homologado pelo Conselho de Administração o aumento de capital no Banco em razão da conversão das Letras Financeiras (LFs) em ações ordinárias, de forma que as 184 LFs emitidas em 2019 serão convertidas em 16.023.098 ações ordinárias, sob o ticker IDVL3, assim que tal aumento de capital for homologado pelo BACEN. Dessa forma, o número total de ações da Companhia passa a ser de 102.821.933.

A nova Administração, no escopo da revisão de negócios realizada ao longo do ano, continua priorizando o setor do agronegócio, já que acredita ser esse um dos poucos setores da economia brasileira com vantagem comparativa mundial e que haverá menor volume de recursos governamentais para subsídios ao setor rural.

Além disso, a compra da comercializadora de energia Cipton Comercializadora de Energia Ltda., concluída em 01 de julho de 2020, também é parte da estratégia do Banco na geração de ativos de qualidade e com boa rentabilidade nesse setor.

Atividades de Crédito, Depósitos e Caixa Livre

O conjunto das atividades consolidadas do Conglomerado Voiter, em 31 de dezembro de 2019, totalizou R\$3,1 bilhões de ativos, crescimento de 26% em relação a dezembro de 2018, gerados através dos negócios

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

realizados principalmente por meio das seis agências no Brasil, uma no exterior, do Banco SmartBank S.A. e da BI&P Comércio de Cereais Ltda.

A Carteira de Crédito Expandida totalizou R\$1,1 bilhão, ante R\$704,3 milhões em dezembro de 2018, com crescimento de 59,0% no ano. Esse crescimento expressivo ocorreu em especial no 4T19 e é resultado dos esforços do Banco na originação de ativos, com destaque para (i) a compra de cotas de um fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) de crédito consignado no valor de R\$221,6 milhões em dezembro de 2019, (ii) a forte originação de créditos da carteira de títulos agrícolas, e (iii) o crescimento da carteira de crédito do SmartBank, especialmente de aquisição. Ao longo de 2019 foram baixados para prejuízo R\$24,0 milhões em operações de crédito que já haviam sido provisionados nos anos anteriores, ante R\$194,5 milhões ao longo de 2018. As recuperações de crédito totalizaram R\$40,0 milhões, ante R\$29,6 milhões no ano de 2018. Além disso, o saldo de provisão para devedores duvidosos (PDD) alcançou R\$130,9 milhões ao final de 2019, ante R\$153,6 milhões ao final de 2018.

A carteira de captação encerrou 2019 em R\$2,2 bilhões, apresentando incremento de 8,0% em relação ao final de 2018. Os depósitos a prazo via emissão de CDB foram os mais representativos, respondendo por 83% do estoque de captação (85% em dezembro de 2018), seguidos pelas letras de crédito do agronegócio (LCA), responsáveis por 11% do saldo de captação (13% em dezembro de 2018) e pelas Letras Financeiras (LFs) emitidas em 2019, responsáveis por 2,6% do saldo de captação (0% em dezembro de 2018). A captação via letras de crédito imobiliário (LCI) alcançou 0,7% do estoque de captação (2,6% em dezembro de 2018). Os empréstimos para repasse no país representam 0,3% do saldo de recursos captados (0,4% em dezembro de 2018). Em 2019, assim como em 2018, não possuíamos empréstimos no exterior. Ao longo de 2019, nossos produtos de captação foram distribuídos diretamente ao cliente e por intermédio de parcerias com corretoras, distribuidoras e escritórios de agentes autônomos.

O caixa livre encerrou o ano de 2019 com R\$834,6 milhões, redução de 10,1% em relação a dezembro de 2018, equivalente a 39% dos depósitos totais e 1,6 vezes o patrimônio líquido. Para o cálculo consideram-se as disponibilidades, aplicações financeiras de liquidez e títulos e valores mobiliários (TVM), deduzindo-se os títulos de crédito classificados em TVM (CPR, CDA/WA, Debêntures, NP e FIDC) e as captações no mercado aberto. No cálculo de Caixa Livre estão incluídos os R\$55 milhões captados por meio de Letras Financeiras, homologadas pelo BACEN em 13 de dezembro de 2019.

INDICADORES

ÍNDICE DE BASILEIA

A seguir, a posição do Banco com relação às exigências de capital mínimo previstas pelas normas do BACEN, baseadas no Acordo de Basileia, que prevê que os bancos mantenham percentual mínimo de patrimônio ponderado pelo risco incorrido em suas operações, o que confere maior segurança ao sistema financeiro brasileiro frente às oscilações nas condições econômicas.

Informações Financeiras Consolidadas encerradas em 31 de dezembro de

Em R\$ mil	2017	% total	2018	% total	Δ17/18	2019	% total	Δ18/19
Patrimônio Referência	40.749	100,0%	-122.188	100,0%	399,9%	204.676	100,0%	267,5%
PR Nível I	40.749	100,0%	-122.188	100,0%	399,9%	148.349	72,5%	221,4%
<i>Capital Principal</i>	40.749	100,0%	-122.188	100,0%	399,9%	148.349	72,5%	221,4%
<i>Capital Complementar</i>	-	-	-	-	<i>n.m.</i>	-	-	<i>n.m.</i>
PR Nível II ¹	-	-	-	-	<i>n.m.</i>	56.327	27,5%	<i>n.m.</i>
RWA - Ativos ponderados pelo risco	1.738.627	100,0%	1.172.593	100,0%	-32,6%	1.710.742	100,0%	45,9%
RWA Risco de Crédito	1.530.805	88,0%	900.572	76,8%	-41,2%	1.203.579	70,4%	33,6%
RWA Risco de Mercado	47.461	2,7%	78.192	6,7%	64,7%	320.990	18,8%	310,5%
RWA Risco Operacional	160.360	9,2%	193.829	16,5%	20,9%	186.172	10,9%	-4,0%
Índice de Basileia	2,3%		-10,4%		-12,8 p.p.	12,0%		22,4 p.p.

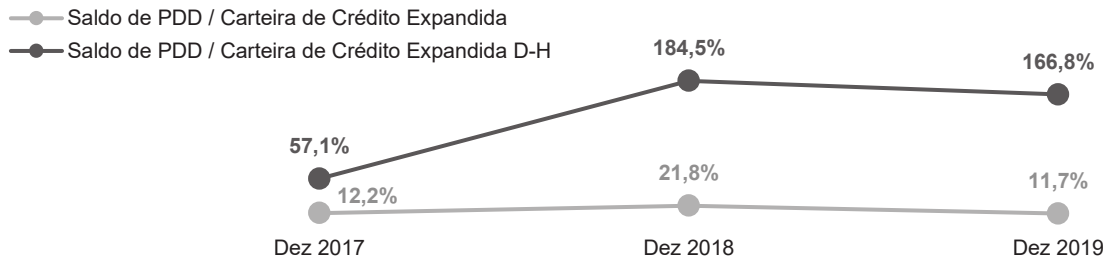
n.m. = não mensurável. | ¹ Refere-se às Letras Financeiras Subordinadas emitidas em 2019 e convertidas em ações ordinárias em 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ÍNDICE DE COBERTURA DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Ao longo dos últimos três anos, o Banco tem reforçado a cobertura da carteira de crédito expandida, em especial da carteira classificada entre os ratings de D-H, em função da postura conservadora da Administração do Banco e do cenário econômico. Em 2018, foi realizada uma provisão adicional extraordinária para devedores duvidosos de R\$100 milhões, fazendo com que o saldo de PDD ao final de 2018 somasse R\$153,6 milhões.

Com isso, o índice de cobertura dos créditos classificados entre os ratings D a H foi de 57,1% ao final de 2017, 184,5% ao final de 2018 e 166,8% ao final de 2019.



b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A seguir a composição da estrutura de capital:

Informações Financeiras Consolidadas encerradas em 31 de dezembro de

Em R\$ mil	2017	% total	2018	% total	Δ17/18	2019	% total	Δ18/19
TOTAL DO PASSIVO	2.655.217	100,0%	2.444.982	100,0%	-7,9%	3.080.989	100,0%	26,0%
Capital de Terceiros	2.383.233	89,8%	2.299.462	94,0%	-3,5%	2.572.937	83,5%	11,9%
Capital Próprio	271.984	10,2%	145.520	6,0%	-46,5%	508.052	16,5%	249,1%

Nos períodos de comparação, o capital de terceiros, composto pelo passivo circulante e exigível a longo prazo, representou mais de 80% da estrutura de capital. Ao final de 2017, 2018 e 2019, o percentual de capital de terceiros foi de 89,8%, 94,0% e 83,5%, respectivamente. Para bancos focados na concessão de crédito, é comum a alta alavancagem sobre o capital próprio, uma vez que as operações de crédito são financiadas, em sua maior parte, por capital de terceiros.

O capital próprio, composto pelo patrimônio líquido, representou 10,2%, 6,0% e 16,5% do total da estrutura de capital ao final dos anos de 2017, 2018 e 2019, respectivamente. Vale ressaltar que o expressivo aumento do patrimônio líquido em 2019 deveu-se (i) ao aumento do capital social do Banco no valor de R\$250,4 milhões, homologado pelo BACEN em junho de 2019, mediante a emissão de 71.546.110 novas ações ordinárias nominativas escriturais, pelo preço de emissão de R\$3,50, e (ii) à participação de não controladores do FIDC Angá Sabemi Consignados VII no valor de R\$121,8 milhões, uma vez que o Banco adquiriu 64,54% de participação no fundo em dezembro de 2019 e, por isso, o FIDC passou a ser consolidado no balanço patrimonial do Banco, de acordo com as normas vigentes.

A tabela a seguir demonstra a distribuição do capital próprio do Banco em quantidade de ações:

Posição em 31 de dezembro de

Total de Ações	2017	2018 ¹	2019
Ações Ordinárias (ON)	115.033.148	115.033.148	83.049.425
Ações Preferenciais (PN)	37.494.103	37.494.103	3.749.410
Qtde de Ações Emitidas	152.527.251	152.527.251	86.798.835
(-) Ações em Tesouraria (PN)	-543.396	-543.396	-54.340
Ações em Circulação	151.983.855	151.983.855	86.744.495

¹ O BACEN aprovou a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2018, que deliberou acerca do grupamento de ações que compõem o capital social do Banco Indusval S.A. na proporção de 10 ações para 1 ação. As ações grupadas passaram a ser negociadas no pregão do dia 07 de janeiro de 2019, com a posição acionária de 04 de janeiro de 2019. Esse grupamento teve como principais objetivos: (i) diminuir a volatilidade das ações e (ii) conferir melhor patamar para a cotação das ações de emissão da Companhia, a fim de evitar que oscilações irrisórias, em centavos, representem percentuais elevados, em linha com as orientações e regras de registro de emissores da B3, conforme Fato Relevante publicado em 30 de maio de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

i. Hipótese de resgate

Não há hipótese de resgate de ações do emissor, além das legalmente previstas.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

De acordo com a Resolução CMN 4.557/17, que dispõe sobre estrutura de gerência de risco, entende-se por risco de liquidez:

- A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estratégia de gestão do risco de liquidez é definida pelo Comitê de Caixa para Gerenciamento de Ativos e Passivos, que se reúne semanalmente. Tal Comitê analisa as projeções de fluxo de caixa frente à expectativa de mercado, meios de captação, operações e limites operacionais e define as ações para garantir a liquidez adequada frente ao cenário e de acordo com a Política de Gestão de Risco de Liquidez.

Para manter níveis de liquidez adequados, o Banco adota como prática, em um cenário normal de mercado, reter em caixa percentuais mínimos dos seus Certificados de Depósito a Prazo (CDB, LCA, LCI e LF), por faixas de liquidez contratada, como descrito na tabela abaixo.

Prazo (em dias corridos)	0 dias	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 720 dias	721 a 1.830 dias
% retido em caixa	30%	25%	20%	10%	5%

Ademais, o Banco mantém em caixa os valores representativos dos desembolsos financeiros imediatos de operações com derivativos (ajustes e margens).

Considerando o elevado grau de imprevisibilidade do cenário macroeconômico externo, o Banco tem mantido um volume de caixa livre de obrigações imediatas acima do mínimo estabelecido em sua Política de Gestão de Risco de Liquidez para garantir sua solvabilidade a qualquer tempo. A seguir, o cálculo de caixa livre para o encerramento dos últimos três anos.

Informações Financeiras Consolidadas encerradas em 31 de dezembro de

Em R\$ mil	2017	2018	$\Delta 17/18$	2019	$\Delta 18/19$
Disponibilidades	38.755	12.940	-66,6%	21.999	70,0%
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	293.722	770.529	162,3%	500.206	-35,1%
Títulos e valores mobiliários (TVM)	775.140	535.913	-30,9%	852.852	59,1%
(-) Títulos de crédito classificados em TVM ²	-275.127	-198.839	-27,7%	-352.757	77,4%
(-) Captações no Mercado Aberto	-46.373	-192.392	314,9%	-187.656	-2,5%
Caixa Livre	786.117	928.151	18,1%	834.644	-10,1%
Caixa Livre / Ativo Total	29,6%	38,0%	8,4 p.p.	27,1%	-10,9 p.p.
Caixa Livre / Depósitos Totais	37,8%	46,5%	8,7 p.p.	39,7%	-6,8 p.p.
Caixa Livre / Patrimônio Líquido	289,0%	637,8%	348,8 p.p.	164,3%	-473,5 p.p.

¹ Aplicações interfinanceiras de liquidez líquidas das vinculadas ao crédito rural.

² São títulos de crédito classificados em TVM: CPRs, CDAWAs, NPs, Debêntures e FIDCs.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Como instituição cujo objeto social é a intermediação financeira, com foco na concessão de crédito corporativo, os depósitos a prazo são a principal fonte de recursos. Abaixo, a distribuição das fontes de financiamento, em moeda local e estrangeira, nos últimos três exercícios sociais:

Informações Financeiras Consolidadas encerradas em 31 de dezembro de

Em R\$ mil	2017	% total	2018	% total	Δ17/18	2019	% total	Δ18/19
Depósitos, Recursos de Aceite e LF	2.080.298	99,4%	1.997.449	99,6%	-4,0%	2.160.834	99,7%	8,2%
Depósitos à Vista	16.677	0,8%	15.045	0,8%	-9,8%	12.028	0,6%	-20,1%
Depósitos Interfinanceiros	28.537	1,4%	-	0,0%	-100,0%	-	0,0%	n.m.
Depósitos a Prazo (CDBs)	1.440.082	68,8%	1.707.857	85,1%	18,6%	1.804.869	83,3%	5,7%
DPGE (Dep. a Prazo com Garantia Especial)	72.937	3,5%	-	0,0%	-100,0%	-	0,0%	n.m.
LCA (Letras de Crédito ao Agronegócio)	464.061	22,2%	222.064	11,1%	-52,1%	273.490	12,6%	23,2%
LCI (Letras de Crédito Imobiliário)	52.703	2,5%	52.483	2,6%	-0,4%	14.120	0,7%	-73,1%
LF (Letras Financeiras)	5.301	0,3%	-	0,0%	-100,0%	56.327	2,6%	n.m.
Repasses no País	13.532	0,6%	8.413	0,4%	-37,8%	5.425	0,3%	-35,5%
Empréstimos no Exterior	-	0,0%	-	0,0%	n.m.	-	0,0%	n.m.
Total	2.093.830	100,0%	2.005.862	100,0%	-4,2%	2.166.259	100,0%	8,0%

n.m. = não mensurável.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A governança e as diretrizes de atuação em um cenário de contingência de liquidez estão definidas no Plano de Contingência de Liquidez, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco.

A atuação no cenário de contingência de liquidez deverá ser coordenada pelo Comitê de Riscos e, devido a diversidade de situações que podem gerar a crise, fica a seu critério a deliberação sobre quais as melhores ações a serem tomadas durante o período. No entanto, uma série de possíveis ações foram elencadas previamente, sendo elas:

Ações para retenção do Caixa

- Aumento na rigidez dos resgates antecipados de operações sem liquidez com descontos em rentabilidade e restrição do resgate dependendo do instrumento e contraparte
- Proibição da liberação de novos desembolsos de novas operações comerciais

Ações para elevação do Caixa

- Emissão de DPGE
- Venda da carteira de TVMs
- Redução da carteira de crédito conforme possibilidade comercial
- Captações junto ao grupo de acionistas (melhores esforços)
- Zeragem de posição em derivativos para retomada de colaterais

f. Níveis de endividamento e as características das dívidas, descrevendo ainda:

Como instituição financeira cuja principal atividade é a intermediação de operações de empréstimo e financiamento, o endividamento e suas principais características estão diretamente relacionados à sua atividade principal e detalhadas no item 10.1.h, subitem: "Captações de Recursos para Intermediação de Empréstimos e Financiamentos - Funding".

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Em 2017, 2018 e 2019, inexistiam contratos de empréstimos e financiamentos relevantes.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Conforme deliberação do Conselho de Administração de 10 de julho de 2019, durante o terceiro trimestre de 2019, foram emitidas 184 Letras Financeiras Subordinadas conversíveis em ações (R\$3,50 por ação), que totalizaram R\$55,2 milhões. Em 9 de dezembro de 2019, as referidas emissões foram autorizadas pelo BACEN a integrar o Patrimônio de Referência Nível II da Companhia. Em 3 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital da Companhia, dentro do capital autorizado, em razão da conversão das Letras Financeiras em ações ordinárias.

Conforme aprovado, as Letras Financeiras seriam mandatoriamente convertidas em ações ordinárias da Companhia caso o Índice de Capital Nível I da Companhia, apurado na forma estabelecida pela Resolução BACEN nº 4.193, fosse inferior a 9% em qualquer mês. Esta hipótese de conversão foi verificada com a apuração do Índice de Capital Nível I da Companhia referente ao mês de novembro de 2019 e informada ao BACEN em 2 de janeiro de 2020, que comunicou, por meio de ofício, em 18 de junho de 2020, que a conversão não dependia de sua aprovação, devendo apenas ser informado.

Diante da conversão das Letras Financeiras em ações ordinárias, o capital social da Companhia passou a ser R\$1.156,3 milhões, divididos em 99.072.523 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, e 3.749.410 ações preferenciais nominativas escriturais, sem valor nominal.

Segundo determina as Leis nº 6.024/74 e 11.101/05, no caso de intervenção, liquidação extrajudicial, recuperação judicial e extrajudicial ou decretação de falência, o pagamento dos créditos declarados obedece à seguinte sequência:

- i. créditos derivados da legislação do trabalho
- ii. créditos com garantia real
- iii. créditos tributários, excetuadas as multas tributárias
- iv. créditos com privilégio especial
- v. créditos com privilégio geral
- vi. créditos quirografários
- vii. multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas tributárias
- viii. créditos subordinados

Mais informações acerca de créditos tributários e contingências estão disponíveis nas notas explicativas 11 e 12 às Demonstrações Financeiras.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, o, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não há.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não há.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A posição consolidada das contas patrimoniais do Voiter apresenta um equilíbrio compatível com a atividade de intermediação financeira de crédito à pessoa jurídica. Uma característica do setor é a predominância de ativos financeiros com uma participação pouco relevante do ativo permanente sobre o total de ativos. Tal característica deriva de ser esta uma atividade voltada à prestação de serviços e gestão de riscos, sem imobilizações relevantes. Por consequência, o passivo é constituído predominantemente de obrigações por captação de recursos de terceiros e do patrimônio líquido, destinados ao financiamento da liquidez disponível e da carteira de crédito.

Segue abaixo um comparativo das principais contas do balanço patrimonial consolidado do Banco nos últimos três anos:

BALANÇO PATRIMONIAL

Posição patrimonial consolidada do Banco Indusval S.A. ao final dos últimos 3 anos:

Em R\$ mil	Informações Financeiras Consolidadas encerradas em 31 de dezembro de							
	2017	% total	2018	% total	Δ17/18	2019	% total	Δ18/19
Ativo Circulante e Realizável	2.594.041	97,7%	2.412.811	98,7%	-7,0%	3.070.096	99,6%	27,2%
Disponibilidades e Aplicações Fin. de Liquidez	331.324	12,5%	777.296	31,8%	134,6%	522.205	16,9%	-32,8%
TVM e Derivativos	775.171	29,2%	535.913	21,9%	-30,9%	942.329	30,6%	75,8%
Operações Crédito e Outros créditos	1.237.613	46,6%	877.488	35,9%	-29,1%	1.275.999	41,4%	45,4%
Outros Créditos e Direitos	249.933	9,4%	222.114	9,1%	-11,1%	329.563	10,7%	48,4%
Ativo Permanente	61.176	2,3%	32.171	1,3%	-47,4%	10.893	0,4%	-66,1%
ATIVO TOTAL	2.655.217	100,0%	2.444.982	100,0%	-7,9%	3.080.989	100,0%	26,0%
Passivo Circulante e Exigível	2.383.233	89,8%	2.299.462	94,0%	-3,5%	2.572.937	83,5%	11,9%
Depósitos e Rec. Aceites e Emissão de Títulos	2.080.298	78,3%	1.997.449	81,7%	-4,0%	2.104.507	68,3%	5,4%
Captações no Mercado Aberto	46.373	1,7%	192.392	7,9%	314,9%	187.656	6,1%	-2,5%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13.532	0,5%	8.413	0,3%	-37,8%	5.425	0,2%	-35,5%
Outras Obrigações	243.030	9,2%	101.208	4,1%	-58,4%	275.349	8,9%	172,1%
Patrimônio Líquido	271.984	10,2%	145.520	6,0%	-46,5%	508.052	16,5%	249,1%
PASSIVO TOTAL E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.655.217	100,0%	2.444.982	100,0%	-7,9%	3.080.989	100,0%	26,0%

DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram R\$522,2 milhões ao final de 2019, correspondendo a 16,9% do total de ativos (12,5% em 2017 e 31,8% em 2018). As aplicações financeiras de liquidez são compostas por aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários é constituída predominantemente de títulos públicos federais para negociação. A seguir, os principais títulos nessa carteira:

- Títulos Públicos Federais (Tesouro Selic, Tesouro Prefixado e Tesouro IPCA), para negociação e para venda, representaram 54,6% da carteira de TVM ao final do exercício de 2019 (60,3% em 2017 e 53,9% em 2017), apresentando crescimento de 61,3% em relação ao final de 2018.
- Certificados de Produto Rural (CPR) e Warrants, para negociação, representaram 26,2% do total da carteira de TVM em dezembro de 2019 (19,9% em dezembro de 2017 e 15,0% em dezembro de 2018), apresentando crescimento de 178,7% em relação ao final de 2018.
- Títulos de Renda Variável e Cotas de Fundo de Investimento corresponderam a 15,4% da carteira de TVM ao final de 2019 (15,1% em 2017 e 24,9% em 2018).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O Banco opera com Instrumentos Financeiros Derivativos de acordo com sua política de gestão de riscos, com o objetivo de proteção ("hedge") contra riscos de mercado, mitigando exposições decorrentes principalmente de flutuações das taxas de juros e cambial. Os instrumentos derivativos utilizados destinam-se a administrar a sua exposição global e a atender às necessidades de seus clientes para a proteção de suas exposições. As operações de derivativos utilizadas são: swaps de taxas de juros, swaps de moeda, swaps de produtos e índices, swaps de fluxo de caixa, operações em mercados futuros, termos e opções. Os instrumentos financeiros derivativos são demonstrados pelo seu valor de mercado, geralmente, baseando-se em cotações de preços ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características similares. Não estando disponíveis, os valores de mercado baseiam-se em modelos de precificação, fluxo de caixa descontado e cotações de operadores de mercado.

Ao final de 2019, a posição ativa de derivativos do Banco somou R\$89,5 milhões (R\$0,3 milhões em 2017 e R\$0 em 2018), em especial devido ao crescimento da carteira de crédito expandida em títulos agrícolas.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Informações Financeiras Consolidadas encerradas em 31 de dezembro de								
Em R\$ mil	2017	% total	2018	% total	Δ17/18	2019	% total	Δ18/19
Carteira de Crédito Moeda Nacional	723.287	58,4%	348.396	49,5%	-51,8%	467.372	41,7%	34,1%
Empréstimos e Títulos Descontados	682.243	55,1%	328.160	46,6%	-51,9%	433.724	38,7%	32,2%
BNDES / FINAME	9.490	0,8%	3.991	0,6%	-57,9%	2.667	0,2%	-33,2%
Outros Créditos	31.554	2,5%	16.245	2,3%	-48,5%	30.981	2,8%	90,7%
Carteira Crédito Moeda Estrangeira	50.470	4,1%	53.797	7,6%	6,6%	8.664	0,8%	-83,9%
Financiamentos em ME	-	0,0%	-	0,0%	n.m.	-	0,0%	n.m.
Adiantamento de Contratos de Câmbio	50.470	4,1%	53.797	7,6%	6,6%	8.664	0,8%	-83,9%
Créditos Desembolsados	773.757	62,4%	402.193	57,1%	-48,0%	476.036	42,5%	18,4%
Garantias Prestadas	161.893	13,1%	70.716	10,0%	-56,3%	37.381	3,3%	-47,1%
Fianças Prestadas - Inst. Financeiras	4.988	0,4%	175	0,0%	-96,5%	-	0,0%	-100,0%
Fianças Prestadas - PF e PJ	156.905	12,7%	70.541	10,0%	-55,0%	37.381	3,3%	-47,0%
Créditos privados classif. em TVM	303.386	24,5%	231.392	32,9%	-23,7%	606.465	54,2%	162,1%
Títulos Agrícolas (CDA-WA e CPR)	153.909	12,4%	80.218	11,4%	-47,9%	223.603	20,0%	178,7%
Debêntures	36.675	3,0%	33.010	4,7%	-10,0%	32.130	2,9%	-2,7%
FIDCs	112.802	9,1%	118.164	16,8%	4,8%	350.732	31,3%	196,8%
CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA	1.239.036	100,0%	704.301	100,0%	-43,2%	1.119.882	100,0%	59,0%
Provisões para Créditos de Liq. Duvidosa	151.487	12,2%	153.550	21,8%	1,4%	130.859	11,7%	-14,8%

n.m. = não mensurável.

Durante 2017, atuamos em nichos específicos do mercado de crédito, com foco no agronegócio e também em operações que gerassem cross-selling junto às atividades de investment banking. Apesar de prosseguirmos com nossa política de crédito conservadora, com a redução da carteira no segmento de maior risco, com o objetivo de mitigar atrasos e inadimplência em nossa carteira, pretendemos voltar a crescer a carteira de crédito nos próximos trimestres diante da melhora macroeconômica que esperamos para o país e nossa confiança no setor do agronegócio, sempre priorizando créditos de boa qualidade e curta duration.

No início de 2018, tínhamos a expectativa de que o ambiente macroeconômico permaneceria desafiador e, por isso, mantivemos a nossa política conservadora do ano anterior. Nesse sentido, continuamos com uma política de concessão de crédito mais rigorosa (mantendo ao mesmo tempo os objetivos de NIM existentes) e aumentamos os níveis de provisionamento. Neste período, também aumentamos nosso coeficiente de liquidez, mantendo um excesso significativo de reservas de caixa.

A carteira de crédito expandida totalizou R\$704,3 milhões no encerramento de 2018, ante R\$1,2 bilhão em 2017, redução intencional de 43,1% em doze meses, prosseguindo com a nossa já citada estratégia. Ao longo do ano foram baixados para prejuízo R\$194,2 milhões em operações de crédito que já haviam sido provisionados nos anos anteriores. As recuperações de crédito totalizaram R\$29,6 milhões ante R\$15,6 milhões em 2017. Além disso, a provisão para devedores duvidosos (PDD) alcançou R\$ 209,2 milhões em função da postura

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

conservadora da administração do Banco, do impacto da recessão econômica em nossa carteira e da constituição de uma provisão adicional de R\$100,0 milhões registrada no último trimestre de 2018, seguindo a solicitação do novo acionista majoritário do bloco de controle. Vale destacar a alta liquidez da carteira de crédito expandida, uma vez que seu duration médio encerrou o ano em apenas 11,5 meses.

Em 2019, a carteira de crédito expandida totalizou R\$1.119,9 milhões, ante R\$704,3 milhões em dezembro de 2018, com crescimento de 59,0% no ano. Esse crescimento expressivo ocorreu, em especial, no 4T19 e é resultado dos esforços do Banco na originação de ativos, com destaque para (i) a compra de cotas de um fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) de crédito consignado no valor de R\$221,6 milhões em dezembro de 2019, (ii) a forte originação de créditos da carteira de títulos agrícolas, e (iii) o crescimento da carteira de crédito do SmartBank, especialmente de adquirência. Ao longo de 2019 foram baixados para prejuízo R\$24,0 milhões em operações de crédito que já haviam sido provisionados nos anos anteriores, ante R\$194,5 milhões ao longo de 2018. As recuperações de crédito totalizaram R\$40,0 milhões, ante R\$29,6 milhões no ano de 2018. Além disso, o saldo de provisão para devedores duvidosos (PDD) alcançou R\$130,9 milhões ao final de 2019, ante R\$153,6 milhões ao final de 2018.

Abaixo, mais informações sobre a qualidade e cobertura de nossa carteira de crédito expandida.

Informações Financeiras Consolidadas encerradas em 31 de dezembro de								
Em R\$ mil	2017	% total	2018	% total	Δ17/18	2019	% total	Δ18/19
Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	151.487	100,0%	153.550	100,0%	1,4%	130.859	100,0%	-14,8%
Provisões Resolução BACEN nº 2.682/99	151.487	100,0%	53.218	34,7%	-64,9%	30.075	23,0%	-43,5%
Provisão Complementar	-	0,0%	100.332	65,3%	n.m.	100.784	77,0%	0,5%
Total da Carteira de Crédito Expandida	1.239.036	100,0%	704.301	100,0%	-43,2%	1.119.882	100,0%	59,0%
Créditos Classificados entre os ratings D-H	265.112	21,4%	83.212	11,8%	-68,6%	78.461	7,0%	-5,7%
Créditos Vencidos +60 dias (NPL 60 dias)	176.996	14,3%	44.219	6,3%	-75,0%	48.998	4,4%	10,8%
Créditos Vencidos +90 dias (NPL 90 dias)	149.065	12,0%	25.421	3,6%	-82,9%	48.164	4,3%	89,5%
Parcelas de Oper. Crédito Vencidas +15 dias	121.960	9,8%	8.992	1,3%	-92,6%	40.865	3,6%	354,5%
Cobertura de Provisões/Exposição a Crédito								
Saldo de PDD / Carteira de Crédito Expandida	12,2%		21,8%		9,6 p.p.	11,7%		-10,1 p.p.
Saldo de PDD / NPL 60 dias	85,6%		347,2%		261,7 p.p.	267,1%		-80,2 p.p.
Saldo de PDD / NPL 90 dias	101,6%		604,0%		n.m.	271,7%		n.m.
Saldo de PDD / Carteira classificada entre D-H	57,1%		184,5%		127,4 p.p.	166,8%		-17,7 p.p.
Saldo de PDD / Parcelas Vencidas +15 dias	124,2%		1707,6%		n.m.	320,2%		n.m.

n.m. = não comparável.

OUTROS CRÉDITOS

Informações Financeiras Consolidadas encerradas em 31 de dezembro de								
Em R\$ mil	2017	% total	2018	% total	Δ17/18	2019	% total	Δ18/19
Créditos tributários ¹	420.978	52,2%	480.775	60,1%	14,2%	525.503	63,8%	9,3%
BNDU (líquido de provisões)	243.016	30,1%	217.806	27,2%	-10,4%	197.798	24,0%	-9,2%
Negociação e intermediação de valores	84.019	10,4%	7.225	0,9%	-91,4%	4.169	0,5%	-42,3%
Devedores por depósitos em garantia ²	58.497	7,3%	93.760	11,7%	60,3%	95.606	11,6%	2,0%
Outros Créditos	806.510	291,1%	799.566	291,1%	-0,9%	823.076	291,1%	2,9%

¹ Vide Nota 11b às Demonstrações Financeiras. | ² Vide Nota 12b às Demonstrações Financeiras.

PASSIVO

O Passivo do Banco Indusval S.A. é composto principalmente por Captações no Mercado Aberto e pelas contas de captação de recursos para intermediação de empréstimos e financiamentos concedidos aos clientes e manutenção de caixa e aplicação de liquidez, claramente Depósitos e Obrigações por Empréstimos e Repasses.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

As captações no mercado aberto são caracterizadas por títulos públicos federais que estão registrados por seus valores contratados, acrescidos dos encargos proporcionais ao período decorrido da contratação da operação.

Informações Financeiras Consolidadas encerradas em 31 de dezembro de

Em R\$ mil	2017	% total	2018	% total	Δ17/18	2019	% total	Δ18/19
Carteira própria	37.372	80,6%	102.592	53,3%	174,5%	44.705	23,8%	-56,4%
Tesouro Selic	11.586	25,0%	69.580	36,2%	500,6%	12.135	6,5%	-82,6%
Debêntures	25.786	55,6%	33.012	17,2%	28,0%	32.570	17,4%	-1,3%
Carteira de terceiros	9.001	19,4%	89.800	46,7%	897,7%	142.951	76,2%	59,2%
Tesouro Prefixado	2.501	5,4%	89.800	46,7%	3490,6%	142.951	76,2%	59,2%
Tesouro IPCA	6.500	14,0%	-	0,0%	-100,0%	-	0,0%	n.m.
CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO	46.373	100,0%	192.392	100,0%	314,9%	187.656	100,0%	-2,5%

n.m. = não mensurável.

CAPTAÇÕES DE RECURSOS PARA INTERMEDIÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – FUNDING

As captações em Reais representam a maior parte do total de recursos obtidos junto ao mercado (100,0% nos últimos três anos), e os recursos contratados originalmente em moeda estrangeira correspondem principalmente à utilização de linhas de crédito junto a bancos correspondentes e agências de fomento ao comércio internacional para financiamento de operações de exportação e importação, além do saldo de operações de empréstimo em moeda estrangeira.

Informações Financeiras Consolidadas encerradas em 31 de dezembro de

Em R\$ mil	2017	% total	2018	% total	Δ17/18	2019	% total	Δ18/19
Depósitos Totais	2.080.298	99,4%	1.997.449	99,6%	-4,0%	2.160.834	99,7%	8,2%
Depósitos à Vista	16.677	0,8%	15.045	0,8%	-9,8%	12.028	0,6%	-20,1%
Depósitos Interfinanceiros	28.537	1,4%	-	0,0%	-100,0%	-	0,0%	n.m.
CDB	1.440.082	68,8%	1.707.857	85,1%	18,6%	1.804.869	83,3%	5,7%
DPGE	72.937	3,5%	-	0,0%	-100,0%	-	0,0%	n.m.
LCA	464.061	22,2%	222.064	11,1%	-52,1%	273.490	12,6%	23,2%
LCI	52.703	2,5%	52.483	2,6%	-0,4%	14.120	0,7%	-73,1%
LF	5.301	0,3%	-	0,0%	-100,0%	56.327	2,6%	n.m.
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13.532	0,6%	8.413	0,4%	-37,8%	5.425	0,3%	-35,5%
Repasses no país	13.532	0,6%	8.413	0,4%	-37,8%	5.425	0,3%	-35,5%
Empréstimos no Exterior	-	0,0%	-	0,0%	n.m.	-	0,0%	n.m.
Captação Total (Funding)	2.093.830	100,0%	2.005.862	100,0%	-4,2%	2.166.259	100,0%	8,0%

n.m. = não mensurável.

DEPÓSITOS

Com a estratégia de manter uma alta liquidez e da pulverização de nossas captações, construída ao longo dos últimos anos, o volume de depósitos totais cresceu 8,2% em 2019 (99,4% em 2017 e -4,0% em 2018) em linha com nossa estratégia de crescimento de carteira de crédito, totalizando R\$2,2 bilhões.

Os depósitos a vista têm pouca relevância no volume de recursos captados, uma vez que o foco das operações do Banco são as operações de crédito a pessoas jurídicas, operando, portanto, no atacado, com pequena participação de serviços relacionados a trânsito em contas correntes. Os depósitos interbancários, caracterizados por relações entre instituições financeiras, são utilizados para cobertura de gaps de caixa e variam à medida da disponibilidade de recursos através de fontes de captação com custo mais atrativo.

Os depósitos a prazo via emissão de CDB são a principal fonte de captação de recursos do Banco, com disponibilidade e custos compatíveis com as operações de crédito, respondendo por 83,3% (68,8% em 2017 e 85,1% em 2018) do estoque de captação, seguidos pelas letras de crédito do agronegócio (LCA), responsáveis

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

por 12,6% (22,2% em 2017 e 11,1% em 2018) do saldo de captação. A captação via títulos via letras de crédito imobiliário (LCI) e letras financeiras (LF) alcançaram 3,3% (2,8% em 2017 e 2,6% em 2018) do estoque de captação. Os empréstimos para repasse no país representam 0,3% (0,6% em 2017 e 0,4% em 2018) do saldo de recursos captados. Atualmente não possuímos empréstimos no exterior.

OBRIGAÇÕES POR REPASSES

As obrigações por repasses são exclusivamente de repasses no país e representam recursos obtidos junto ao BNDES, destinados a repasses a clientes para financiamento de determinadas aquisições de máquinas e equipamentos e projetos de ampliação e modernização, além de fomentar exportações. Também compõem esta conta a captação de recursos destinados a repasses em operações cursadas sob o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGEREN), que tem o objetivo de promover a competitividade das empresas da indústria, comércio e serviços, exceto aquelas relacionadas à atividade de construção civil, por meio do financiamento a capital de giro.

Vale ressaltar que as obrigações por repasse estão totalmente vinculadas a demandas de operações desta natureza, uma vez que o repasse só existe porque é vinculado à operação de crédito.

OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

As obrigações por empréstimos, que em 2019 não apresentam qualquer participação do total de captações (0,0% em 2017 e 2018), são caracterizadas por empréstimos no exterior, principalmente, de recursos captados através de bancos estrangeiros que concedem linhas de crédito para o financiamento das operações de exportação e importação de seus clientes (Trade Finance). Essa conta sofre a influência da variação cambial.

OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os empréstimos/aluguel de ações são utilizados tanto para amparar as operações de arbitragem de ADR, iniciadas em 2010, quanto para estruturar operações de captação e financiamento de recursos com taxas pré-fixadas. Nesse último caso, as ações são tomadas em empréstimo e utilizadas para estruturação de operações de captação de recursos conforme comentado anteriormente quando descritos os itens do ativo: títulos e valores mobiliários (títulos de renda variável) e instrumentos financeiros derivativos (opções: ações). Essas ações tomadas em empréstimo são objeto de contrato de mútuo, são vendidas no mercado à vista, com a simultânea aquisição de opções de compra e lançamento de opções de venda, resultando em uma operação de captação a taxas prefixadas.

Informações Financeiras Consolidadas encerradas em 31 de dezembro de

Em R\$ mil	2017	% total	2018	% total	Δ17/18	2019	% total	Δ18/19
Cobrança e arrecadação de tributos	71	0,0%	84	0,1%	18,3%	140	0,1%	66,7%
Carteira de câmbio	397	0,2%	7.842	7,9%	1875,3%	2.914	1,1%	-62,8%
Fiscais e previdenciárias ¹	6.729	2,8%	6.741	6,8%	0,2%	22.665	8,3%	236,2%
Sociais e estatutárias	8.853	3,7%	770	0,8%	-91,3%	13.608	5,0%	1667,3%
Negociação e intermediação de valores ²	137.970	57,7%	356	0,4%	-99,7%	2.746	1,0%	671,3%
Instrumentos financeiros derivativos ³	2.721	1,1%	30	0,0%	-98,9%	79.444	29,1%	n.m.
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	0,0%	-	0,0%	n.m.	56.327	20,6%	n.m.
Relações Interdependências	6.095	2,6%	4.912	4,9%	-19,4%	911	0,3%	-81,5%
Diversas	76.082	31,8%	78.565	79,1%	3,3%	94.106	34,5%	19,8%
Outras obrigações	238.918	100,0%	99.300	100,0%	-58,4%	272.861	100,0%	174,8%

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras correspondentes: ¹ 12(b)ii; ² 12(a); ³ 5(c). | n.m. = não mensurável.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Assim como descrito na mesma rubrica no Ativo do Balanço Patrimonial, estes instrumentos derivativos estão relacionados principalmente a hedge das posições mantidas nas carteiras e nas operações de captação e financiamento, e suas variações estão detalhadas por posição de contratos:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**Informações Financeiras Consolidadas encerradas em 31 de dezembro de**

Em R\$ mil	2017	% total	2018	% total	$\Delta 17/18$	2019	% total	$\Delta 18/19$
Swap	74.873	18,7%	14.681	2,2%	-80,4%	4.224	0,2%	-71,2%
US\$ x DI	53.018	13,3%	14.681	2,2%	-72,3%	4.224	0,2%	-71,2%
Pré x DI	19.855	5,0%	-	0,0%	-100,0%	-	0,0%	n.m.
Pré X US\$	2.000	0,5%	-	0,0%	-100,0%	-	0,0%	n.m.
Termo	25.936	6,5%	-	0,0%	-100,0%	82.548	3,6%	n.m.
Moedas	25.936	6,5%	-	0,0%	-100,0%	407	0,0%	n.m.
Ativos financeiros e mercadorias	-	0,0%	-	0,0%	n.m.	82.141	3,6%	n.m.
Futuros	298.747	74,8%	643.724	97,8%	115,5%	2.212.577	96,2%	243,7%
Taxa de juros	159.306	39,9%	503.956	76,5%	216,3%	1.321.813	57,5%	162,3%
Moedas	98.081	24,5%	108.352	16,5%	10,5%	539.492	23,5%	397,9%
Ativos financeiros e mercadorias	41.360	10,4%	31.416	4,8%	-24,0%	351.272	15,3%	1018,1%
Instrumentos Financeiros Derivativos	399.556	100,0%	658.405	100,0%	64,8%	2.299.349	100,0%	249,2%

n.m. = não mensurável.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

Demonstração de Resultado Consolidado do exercício encerrado em 31 de dezembro de

Em R\$ mil	2017	% total*	2018	% total*	Δ17/18	2019	% total*	Δ18/19
Receitas da intermediação financeira	319.487	100,0%	208.309	100,0%	-34,8%	152.758	100,0%	-26,7%
Despesas da intermediação financeira	435.779	136,4%	394.269	189,3%	-9,5%	137.945	90,3%	-65,0%
Resultado bruto da interm. financeira	-116.292	-36,4%	-185.960	-89,3%	59,9%	14.813	9,7%	108,0%
Outras receitas (despesas) operacionais	-115.631	-36,2%	-124.499	-59,8%	7,7%	-138.094	-90,4%	10,9%
Resultado operacional	-231.923	-72,6%	-310.459	-149,0%	33,9%	-123.281	-80,7%	-60,3%
Resultado não operacional	-7.916	-2,5%	131.943	63,3%	1766,7%	85.425	55,9%	-35,3%
Resultado antes da tributação sobre o lucro	-239.839	-75,1%	-178.516	-85,7%	-25,6%	-37.856	-24,8%	-78,8%
Imposto de renda e contribuição social	32.314	10,1%	69.981	33,6%	116,6%	28.306	18,5%	-59,6%
Contribuições e Participações	-15.989	-5,0%	-16.537	-7,9%	3,4%	-1.662	-1,1%	-89,9%
Lucro líquido do período	-223.514	-70,0%	-125.072	-60,0%	-44,0%	-11.212	-7,3%	-91,0%

* % total em relação à receita de intermediação financeira.

INDICADOR DE RENTABILIDADE

MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA (NIM)

A Margem Financeira Líquida expressa na forma percentual é calculada pela proporção entre o Resultado Bruto de Intermediação Financeira deduzida a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e os Ativos Remuneráveis Médios. Essa margem refere-se à rentabilidade dos ativos do Banco, em especial, as operações de crédito, o caixa e o BNDU.

Demonstração de Resultado Consolidado exercício encerrado em 31 de dezembro de

Em R\$ mil	2017	2018	Δ17/18	2019	Δ18/19
Resultado Intermediação Finan. ajustado antes de PDD ¹	4.251	2.566	-39,6%	-18.104	-805,7%
Ativos Remuneráveis Médios ajustados	2.387.043	1.518.450	-36,4%	1.344.012	-11,5%
Margem Financeira Líquida (NIM)	0,2%	0,2%	-0,0 p.p.	-1,3%	-1,5 p.p.

¹ Desconsidera as recuperações e os descontos concedidos em operações liquidadas no período e a parcela de risco de crédito atribuída aos títulos e valores mobiliários.

n.m. = não mensurável (percentual acima de 300% ou abaixo de -300%, ou número dividido por zero).

O indicador de rentabilidade NIM caiu nos últimos anos em decorrência da queda no resultado de intermediação financeira antes de PDD, provocada pela redução intencional do volume da carteira de crédito e consequente diminuição das receitas dessas operações.

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O Banco desenvolve e opera produtos de crédito em moeda nacional e estrangeira, principalmente destinados ao financiamento das necessidades de capital de giro das empresas, além de financiamento ao comércio exterior (trade finance) e operações estruturadas.

Demonstração de Resultado Consolidado do exercício encerrado em 31 de dezembro de

Em R\$ mil	2017	% total*	2018	% total*	Δ17/18	2019	% total*	Δ18/19
Receitas da intermediação financeira	319.487	100,0%	208.309	100,0%	-34,8%	152.758	100,0%	-26,7%
Operações de crédito	116.824	36,6%	65.454	31,4%	-44,0%	41.040	26,9%	-37,3%
Resultado de títulos e valores mobiliários	161.199	50,5%	84.888	40,8%	-47,3%	94.994	62,2%	11,9%
Resultado instrumentos financeiros derivativos	23.296	7,3%	29.793	14,3%	27,9%	1.737	1,1%	-94,2%
Resultado de operações de câmbio	18.168	5,7%	28.174	13,5%	55,1%	14.987	9,8%	-46,8%

* % total em relação à receita de intermediação financeira.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

As receitas do Banco decorrem, principalmente, de empréstimos e financiamentos a empresas clientes. Nesse sentido, a receita de operações de crédito representou 36,6% das receitas de intermediação financeira geradas em 2017, 31,4% em 2018 e 26,9% em 2019. A redução da receita de operações de crédito nos últimos anos deveu-se em grande parte à contração da carteira de crédito e à queda da taxa básica de juros no período.

O resultado de operações com títulos e valores mobiliários, que compreende especialmente o resultado de títulos de renda fixa e variável, representou 50,5% das receitas de intermediação financeira em 2017, 40,8% em 2018 e 62,2% em 2019. Convém destacar que o crescimento de sua participação resulta da especialização do Banco no segmento agrícola.

O resultado com instrumentos financeiros e derivativos, que são utilizados para proteção de riscos de descasamento de moedas, taxas e indexadores advindos das operações realizadas junto aos nossos clientes, sejam operações de captação ou de crédito, além da carteira direcional, têm contrapartida tanto em receitas quanto em despesas de intermediação financeira derivadas de operações em moeda local e estrangeira, commodities e índices. Essa linha pode ter como resultado uma receita ou despesa nas demonstrações financeiras, dependendo do comportamento das variáveis envolvidas na operação durante o período de apuração.

O resultado com operações de câmbio, que representou 5,7% das receitas de intermediação financeira em 2017, 13,5% em 2018 e 9,8% em 2019, refere-se às operações de financiamentos a importação e exportação com clientes (trade finance).

Muito embora a receita com operações de crédito ainda represente grande parte das receitas do Banco, nos últimos anos observou-se um incremento significativo na rubrica Receitas de prestação de serviços, em Outras receitas (despesas) operacionais. As receitas de prestação de serviços são compostas pelas comissões recebidas sobre cobrança, garantias prestadas e estruturação de operações. Em anos anteriores, continha também as receitas das atividades de banco de investimento e as receitas da corretagem originadas pela corretora Guide Investimentos.

As receitas de prestação de serviços somaram 28,7% das receitas de intermediação financeira em 2017, 51,0% em 2018 e 6,5% em 2019. A contração dessas receitas no último ano deve-se, basicamente, à conclusão da venda do controle da Guide, em novembro de 2018. Desde então, as receitas de corretagem da Guide não compõem mais as receitas de prestação de serviço do Banco.

Demonstração de Resultado Consolidado do exercício encerrado em 31 de dezembro de

Em R\$ mil	2017	% total*	2018	% total*	Δ17/18	2019	% total*	Δ18/19
Outras receitas (despesas) operacionais	-115.631	-36,2%	-124.499	-59,8%	7,7%	-138.094	-90,4%	10,9%
Receitas de prestação de serviços	91.793	28,7%	106.239	51,0%	15,7%	9.964	6,5%	-90,6%
Rendas de tarifas bancárias	392	0,1%	414	0,2%	5,6%	405	0,3%	-2,2%
Despesas de pessoal	-85.447	-26,7%	-83.940	-40,3%	-1,8%	-101.156	-66,2%	20,5%
Resultado de coligadas	-98.650	-30,9%	-116.123	-55,7%	17,7%	-59.325	-38,8%	-48,9%
Outras despesas administrativas	-11.799	-3,7%	-13.438	-6,5%	13,9%	-5.085	-3,3%	-62,2%
Despesas tributárias	951	0,3%	1.728	0,8%	81,7%	-30	0,0%	-101,7%
Outras receitas operacionais	196.706	61,6%	67.011	32,2%	-65,9%	167.595	109,7%	150,1%
Outras despesas operacionais	-209.577	-65,6%	-86.390	-41,5%	-58,8%	-150.462	-98,5%	74,2%

* % total em relação à receita de intermediação financeira.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2017, o resultado do Banco foi impactado (i) pela redução intencional do volume da carteira de crédito e consequente diminuição das receitas dessas operações; (ii) pela elevada despesa com PDD em função da postura conservadora da administração do Banco e do impacto da recessão econômica na carteira; (iii) pelas menores receitas de investment banking em função do cenário macroeconômico; e (iv) pelo custo de carregamento do caixa e ativos sem remuneração financeira.

Em 2018, alguns eventos extraordinários impactaram os resultados do Banco. A baixa estrutura de capital, com o consequente impacto no índice de Basileia, impôs a redução intencional do volume da carteira de crédito e consequente diminuição das receitas dessas operações. Além disso, a posição conservadora da manutenção de um elevado nível de caixa livre, o custo de carregamento de ativos que não apresentam rendimentos

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

financeiros, bem como a provisão adicional de R\$100 milhões, também impactaram negativamente os resultados. Do lado positivo, a concretização da venda de participação majoritária da Guide para o grupo Fosun em 05 de novembro de 2018 e as relevantes recuperações de créditos provisionados no montante de R\$20 milhões, registradas nos últimos 3 meses do período, contribuíram positivamente no resultado, mas, no entanto, não foram suficientes para encerrar o ano de 2018 com saldo favorável.

No ano de 2019, houve dois importantes eventos que fortaleceram o balanço patrimonial do Banco e das suas subsidiárias, reenquadrando-o aos requisitos de Basileia e permitindo-o retomar a capacidade de geração de novos negócios: (i) o aumento de capital no Banco no valor de R\$250,4 milhões, mediante emissão de novas ações ordinárias nominativas escriturais, homologado pelo Banco Central em junho de 2019, e (ii) a emissão privada de letras financeiras (LFs), em duas tranches, subordinadas e conversíveis em ações ordinárias, que, em setembro de 2019, com o encerramento do prazo para exercício do direito de preferência para subscrição das LFs, foram emitidas, totalizando o montante de R\$55,2 milhões. Ademais, em dezembro de 2019, o Banco realizou a venda da participação societária remanescente (20%) na Guide Investimentos pelo valor de R\$120 milhões, o que gerou um resultado não operacional de R\$93,6 milhões. Apesar disso, o resultado do ano de 2019 foi impactado, especialmente, (i) pelo decréscimo da carteira de crédito expandida até o 3T19, não tendo apresentado incremento de rentabilidade ao longo desse período, sendo que somente no 4T19, notadamente em dezembro, que a carteira de crédito expandida cresceu de forma expressiva, (ii) pelo custo de carregamento do caixa e de ativos sem remuneração financeira, e (iii) pelo ajuste técnico do crédito tributário em dezembro de 2019 no valor de R\$115,6 milhões em decorrência da reavaliação do estudo do crédito tributário, conforme Resoluções nº 3.059 e 3.355 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Instrução nº 371 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nos últimos três exercícios, não houve políticas públicas, em especial aquelas relacionadas às políticas de crédito, que regulam a atividade bancária, com impacto significativo sobre os negócios.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Por sermos uma instituição financeira que faz intermediação de crédito, os principais fatores que podem influenciar as receitas são: (i) o nível e a variação da taxa básica de juros, (ii) a alteração na demanda por crédito, envolvendo condições de mercado, como baixa liquidez e indisponibilidade de crédito no mercado, além da inadimplência, e (iii) a taxa de câmbio para financiamentos a importação e exportação, cujas receitas são em moeda estrangeira.

Dada à redução de nossa carteira de crédito ao longo do período, observa-se uma redução das receitas pela diminuição do volume de operações de crédito concedidas, bem como redução nas despesas de intermediação financeira.

Nos últimos três exercícios, não foram observadas variações significativas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação e introdução de novos produtos e serviços.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O resultado operacional é influenciado pelo aumento ou redução da taxa básica de juros e pela variação do câmbio, uma vez que, apesar das operações de crédito em moeda local estarem atreladas, em sua grande maioria, à variação do CDI+spread, um aumento de taxas de juros pode ter impacto adverso sobre a demanda de crédito e sobre a capacidade de pagamento dos clientes. A variação cambial tem efeito sobre as operações de financiamento à importação e exportação, uma vez que sua demanda é diretamente ligada à competitividade de importadores e exportadores, e sobre o resultado de instrumentos financeiros derivativos, uma vez que mitigam inclusive os riscos de flutuação de taxas de juros e moedas de recursos captados em moeda estrangeira.

Vale destacar que a variação do dólar causa impacto, em especial, no resultado dos derivativos utilizados para hedge do patrimônio da agência de Cayman, que, em sendo hedge, tem efeito líquido neutro, mas que pode tornar o Resultado de Intermediação Financeira mais volátil.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Composição do Resultado de Intermediação Financeira

Demonstração de Resultado Consolidado do exercício encerrado em 31 de dezembro de

Em R\$ mil	2017	% total*	2018	% total*	Δ17/18	2019	% total*	Δ18/19
Receitas da intermediação financeira	319.487	100,0%	208.309	100,0%	-34,8%	152.758	100,0%	-26,7%
Operações de crédito	116.824	36,6%	65.454	31,4%	-44,0%	41.040	26,9%	-37,3%
Resultado de títulos e valores mobiliários	161.199	50,5%	84.888	40,8%	-47,3%	94.994	62,2%	11,9%
Resultado instrumentos financ. derivativos	23.296	7,3%	29.793	14,3%	27,9%	1.737	1,1%	-94,2%
Resultado de operações de câmbio	18.168	5,7%	28.174	13,5%	55,1%	14.987	9,8%	-46,8%
Despesas da intermediação financeira	435.779	136,4%	394.269	189,3%	-9,5%	137.945	90,3%	-65,0%
Captação no mercado	295.167	92,4%	171.880	82,5%	-41,8%	147.843	96,8%	-14,0%
Empréstimos, Cessões e Repasses	10.210	3,2%	13.159	6,3%	28,9%	7.895	5,2%	-40,0%
Operações de Venda/Transf. Ativos Finan.	8.106	2,5%	-	0,0%	-100,0%	-	0,0%	n.m.
Provisão créditos de liquidação duvidosa	122.296	38,3%	209.230	100,4%	71,1%	-17.793	-11,6%	-108,5%
Resultado Bruto da Interm. Financeira	-116.292	-36,4%	-185.960	-89,3%	59,9%	14.813	9,7%	108,0%

* % total em relação à receita de intermediação financeira. | n.m. = não mensurável.

No ano de 2017, as Receitas de Intermediação Financeira recuaram 39,6% em relação a 2016, queda explicada, basicamente, (i) pela redução intencional da carteira de crédito e (ii) pelo custo de carregamento do caixa e de ativos sem remuneração financeira. Quanto às Despesas de Intermediação Financeira, em 2017, apresentaram recuo de 18,6% em relação a 2016, devido, em especial, às despesas de captação no mercado aberto, que decresceram no ano basicamente pela redução (i) do volume das captações em moeda nacional, como explicitado no item 10.1.h na seção de Passivos, e (ii) da taxa básica de juros, que encerrou 2017 a 7% a.a.

No ano de 2018, apesar dos resultados positivos registrados nas linhas de receita de operações de câmbio e de instrumentos financeiros e derivativos, as Receitas de Intermediação Financeira recuaram 34,8% em relação a 2017, queda explicada, basicamente, (i) pela redução intencional da carteira de crédito e (ii) pelo custo de carregamento do caixa e de ativos sem remuneração financeira. Já às Despesas de Intermediação Financeira, apresentaram recuo de 9,5%, devido, em especial, às despesas de captação no mercado aberto. No que tange à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, houve um aumento de 71,1% em relação a 2017, devido principalmente à constituição de uma provisão adicional extraordinária no valor de R\$100 milhões.

No ano de 2019, as Receitas de Intermediação Financeira recuaram 26,7% em relação a 2018, queda explicada, basicamente, (i) pela redução intencional da carteira de crédito até o 3T19 e (ii) pelo custo de carregamento do caixa e de ativos sem remuneração financeira. Já às Despesas de Intermediação Financeira apresentaram recuo de 65,0%, devido, em especial, à menores despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, que em 2018 foi positiva em R\$17,8 milhões devido a reversões de PDD e recuperações de crédito.

RESULTADO BRUTO DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

Como reflexo das variações entre as receitas e despesas de intermediação financeiras detalhadas anteriormente, o Resultado Bruto de Intermediação Financeira foi de -R\$116,3 milhões em 2017, -R\$185,9 milhões em 2018 e R\$14,8 milhões em 2019.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Demonstração de Resultado Consolidado do exercício encerrado em 31 de dezembro de

Em R\$ mil	2017	% total*	2018	% total*	Δ17/18	2019	% total*	Δ18/19
Outras receitas (despesas) operacionais	-115.631	-36,2%	-124.499	-59,8%	7,7%	-138.094	-90,4%	10,9%
Receitas de prestação de serviços	91.793	28,7%	106.239	51,0%	15,7%	9.964	6,5%	-90,6%
Rendas de tarifas bancárias	392	0,1%	414	0,2%	5,6%	405	0,3%	-2,2%
Despesas de pessoal	-85.447	-26,7%	-83.940	-40,3%	-1,8%	-101.156	-66,2%	20,5%
Resultado de coligadas	-98.650	-30,9%	-116.123	-55,7%	17,7%	-59.325	-38,8%	-48,9%
Outras despesas administrativas	-11.799	-3,7%	-13.438	-6,5%	13,9%	-5.085	-3,3%	-62,2%
Despesas tributárias	951	0,3%	1.728	0,8%	81,7%	-30	0,0%	-101,7%
Outras receitas operacionais	196.706	61,6%	67.011	32,2%	-65,9%	167.595	109,7%	150,1%
Outras despesas operacionais	-209.577	-65,6%	-86.390	-41,5%	-58,8%	-150.462	-98,5%	74,2%

* % total em relação à receita de intermediação financeira.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

As Despesas Operacionais (as rubricas Despesas de pessoal, Outras despesas administrativas, Despesas tributárias e Outras receitas/despesas operacionais líquidas) totalizaram R\$208,8 milhões em 2017, incremento de 4,1% em relação a 2016, devido basicamente aos custos legais relacionados à Oferta Pública de Ações (OPA) para fechamento de capital da Companhia (que não ocorreu), despesas judiciais relacionadas à cobrança dos créditos relacionados ao evento Ceagro e estocagem de sacas de operações de café (despesa relacionada às operações de cash&carry de café que apresenta uma receita incremental como contrapartida).

Em 2018, as Despesas Operacionais totalizaram R\$232,9 milhões, queda de 11,6% em relação a 2017, redução atribuída, principalmente, aos efeitos registrados em 2017 da Oferta Pública de Ações (OPA) para fechamento de capital da Companhia (que não se concretizou) e despesas judiciais relacionadas à cobrança dos créditos relacionados ao evento Ceagro e que não se repetiram em 2018.

Em 2019, as Despesas Operacionais totalizaram R\$148,4 milhões, queda de 36,3% em relação a 2018, em grande parte devida à conclusão da venda de participação majoritária da Guide para o grupo Fosun em 05 de novembro de 2018, fazendo com que as receitas e despesas da Guide não fossem mais consolidadas no balanço do Banco em 2019.

RESULTADO OPERACIONAL

Dentre todos os fatores que impactaram o resultado operacional do Banco, destacamos aqueles relacionados às mudanças estratégicas dos últimos anos: (i) redução intencional do volume da carteira de crédito e consequente diminuição das receitas dessas operações; (ii) elevada despesa com PDD em função da postura conservadora da administração do Banco, com impacto da recessão econômica em nossa carteira; (iii) custo de carregamento do caixa e ativos sem remuneração financeira, e (iv) a conclusão da venda de participação majoritária da Guide, em novembro de 2018.

Ao longo de 2019, o Banco passou a ajustar sua estratégia, reforçando seu capital para possibilitar a retomada do crescimento da carteira, que começou a ocorrer no último trimestre do ano.

Demonstração de Resultado Consolidado do exercício encerrado em 31 de dezembro de

Em R\$ mil	2017	% total*	2018	% total*	Δ17/18	2019	% total*	Δ18/19
Receitas da intermediação financeira	319.487	100,0%	208.309	100,0%	-34,8%	152.758	100,0%	-26,7%
Despesas da intermediação financeira	435.779	136,4%	394.269	189,3%	-9,5%	137.945	90,3%	-65,0%
Resultado bruto da interm. financeira	-116.292	-36,4%	-185.960	-89,3%	59,9%	14.813	9,7%	108,0%
Outras receitas (despesas) operacionais	-115.631	-36,2%	-124.499	-59,8%	7,7%	-138.094	-90,4%	10,9%
Resultado operacional	-231.923	-72,6%	-310.459	-149,0%	33,9%	-123.281	-80,7%	-60,3%
Resultado não operacional	-7.916	-2,5%	131.943	63,3%	1766,7%	85.425	55,9%	-35,3%
Resultado antes da tributação sobre lucro	-239.839	-75,1%	-178.516	-85,7%	-25,6%	-37.856	-24,8%	-78,8%
Imposto de renda e contribuição social	32.314	10,1%	69.981	33,6%	116,6%	28.306	18,5%	-59,6%
Contribuições e Participações	-15.989	-5,0%	-16.537	-7,9%	3,4%	-1.662	-1,1%	-89,9%
Lucro líquido do período	-223.514	-70,0%	-125.072	-60,0%	-44,0%	-11.212	-7,3%	-91,0%

* % total em relação à receita de intermediação financeira.

RESULTADO NÃO OPERACIONAL

O resultado não operacional em 2017 foi negativo em R\$7,9 milhões devido a despesas de provisão para desvalorização e a prejuízo na alienação de bens não de uso (BNDU). Em 2018, o resultado operacional foi de R\$131,9 milhões e referiu-se basicamente ao resultado com a venda da Guide ao Grupo Fosun, concretizada em novembro de 2018. Em 2019, o resultado não operacional foi de R\$85,4 milhões graças à venda da participação remanescente da Guide, concluída em dezembro de 2019.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 2017, a maior despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$122,2 milhões ante R\$102,7 milhões em 2016) resultou em incremento na conta de ativos fiscais diferidos e o prejuízo fiscal acumulado gerou despesa com imposto de renda e contribuição social positivo na ordem R\$32,3 milhões.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Em 2018, a rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social ficou positiva em R\$70,0 milhões devido, principalmente, à constituição de crédito tributário oriundo da provisão para devedores duvidosos reconhecida no exercício.

Em 2019, a rubrica de Imposto de Renda e Contribuição Social foi positiva no valor de R\$28,3 milhões devido, em especial, (i) à ativação de créditos tributários no Banco oriundos de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social relativos aos exercícios 2017, 2018 e 2019, no montante de R\$128,8 milhões e (ii) à baixa parcial de crédito tributário de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL em decorrência de revisão das premissas do estudo de realização do crédito tributário no valor de R\$115,6 milhões.

CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES

Esta rubrica aglutina a remuneração variável a todos os funcionários e diretores executivos elegíveis. Tal remuneração é calculada de acordo com o desempenho do Banco ajustada ao desempenho individual, e faz parte do acordo coletivo de trabalho homologado junto ao Sindicato dos Bancários. Em 2017, foram distribuídos R\$16,0 milhões; em 2018, foram distribuídos R\$16,5 milhões; em 2019, foram distribuídos R\$1,7 milhão. Nestes três anos, 100% destes valores foram destinados aos funcionários.

LUCRO LÍQUIDO

Por todo o exposto acima, o Resultado em 2017 foi de -R\$223,5 milhões, em 2018 foi de -R\$125,1 milhões e, em 2019 foi de R\$11,2 milhões.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos últimos 3 anos.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

(1) Guide Investimentos (anteriormente denominada Indusval S.A. C.T.V.M.)

Em 02 de maio de 2017, foram emitidos 2.466 bônus de subscrição de ações preferenciais (preço unitário de R\$11,10). Os Bônus conferirão ao seu adquirente o direito de subscrever 1 (uma) Ação PN ao preço de emissão equivalente a R\$90,53.

Em 27 de junho de 2017, a Guide Investimentos efetuou um aumento de capital de R\$8,3 milhões mediante a emissão de 25.113 ações preferenciais e 29.746 ações ordinárias. Esse aumento foi aprovado pelo BACEN em 21 de julho de 2017.

Em 12 de setembro de 2017, o Banco firmou com Fosun Property Holdings Limited ("Fosun"), a Conditional Binding Offer, documento vinculante que estabelece os termos e condições pelos quais o Banco Indusval S.A. alienará, sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes, à Fosun 141.953 ações ordinárias e 53.970 ações preferenciais, que representarão, na data de fechamento da transação, 70% do capital social da Guide Investimentos, pelo valor total de até R\$290,0 milhões.

Em 28 de agosto de 2018, a Guide Investimentos efetuou um aumento de capital de R\$2,0 milhões mediante a emissão de 18.347 ações preferenciais. O referido aumento foi aprovado pelo BACEN em 20 de setembro de 2018.

Em 20 de setembro de 2018, a Guide Investimentos efetuou um aumento de capital de R\$9,7 milhões mediante a emissão de 53.162 ações ordinárias e 5.908 ações preferenciais.

O Banco executou, em 26 de fevereiro de 2018, com a Fosun Investimentos (Brasil) Ltda., uma subsidiária integral da Fosun Group, o Contrato de Compra e Venda de Ações, que estabeleceu os termos vinculativos para a venda à Fosun de ações ordinárias e ações preferenciais, detidas pelo Banco Indusval S.A.

No fechamento da transação, ocorrido em novembro de 2018, 69,14% do capital da Guide Investimentos, composto por 195.115 ações ordinárias e 39.404 preferenciais, foi alienado pelo valor de R\$167,9 milhões à Fosun. Também foi recebido o montante de R\$2,1 milhões pela alienação de 2.933 ações preferenciais à determinados executivos da Guide. Além disso, no contexto dessa transação, foi pago pelo Banco aos acionistas da Guide o valor de R\$23,4 milhões, referente à aquisição de bônus de subscrição e outros acertos no preço. Dessa forma, foi registrado lucro na alienação de investimentos de R\$135,9 milhões, contabilizados na rubrica Resultado Não Operacional da Demonstração do Resultado. A referida venda foi aprovada pelo BACEN em 8 de agosto de 2018. Assim sendo, a Guide Investimentos S.A. passou a ser coligada do Banco, já que este passou a deter, na ocasião, 20% do seu capital.

Em 06 de dezembro de 2019, o capital da Guide Investimentos foi aumentado em R\$99,5 milhões, mediante a emissão de 77.975 ações ordinárias e 57.589 ações preferenciais. Desse montante, o Banco Indusval S.A. subscreveu 28.045 ações preferenciais, no valor de R\$20,6 milhões, e passou a deter participação de 20,196% na Guide Investimentos.

Em 12 de dezembro de 2019, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre o Banco Indusval S.A., na qualidade de vendedor, e o Sr. Roberto de Rezende Barbosa, na qualidade de comprador, por meio do qual o Banco alienou 95.886 ações preferenciais, equivalentes a 20,196% de participação residual que detinha no capital social da Guide Investimentos S.A. pelo preço total de R\$120,0 milhões. No fechamento da transação, ocorrido em 18 de dezembro de 2019, foi apurado um resultado líquido positivo no montante de R\$93,4 milhões.

Ao final de 2019, o Banco não possuía participação na Guide Investimentos S.A.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

(2) BI&P Cereais Ltda

Em 29 de novembro de 2017, a BI&P Cereais Ltda efetuou um aumento de capital através da emissão de 5.000 de novas cotas que totalizam R\$5 milhões. O Banco subscreveu as 5.000 quotas por R\$1,00 cada. Por ora, o capital da BI&P Cereais Ltda é composto por 22.788 cotas.

Em 09 de dezembro de 2018, a BI&P Cereais Ltda efetuou um aumento de capital através da emissão de 5.000 de novas cotas que totalizam R\$5 milhões. O Banco subscreveu as 5.000 quotas por R\$1,00 cada. Por ora, o capital da BI&P Cereais Ltda é composto por 27.788 cotas.

Em 11 de dezembro de 2019, a BI&P Cereais Ltda efetuou um aumento de capital através da emissão de 4.000 de novas cotas que totalizam R\$4 milhões. O Banco subscreveu as 4.000 quotas por R\$1,00 cada. Por ora, o capital da BI&P Cereais Ltda é composto por 31.788 cotas.

(3) Sertrading S.A.

Em agosto de 2017, foram alienadas 114.284 ações da Sertrading S.A., representando 4,00% do capital, pelo montante de R\$4,8 milhões. Conseqüentemente, o ágio decorrente das aquisições das ações da entidade foi diminuído em R\$1,6 milhão. Ao final de 2017, o Banco ainda detinha 392.291 ações ordinárias, o que correspondia a 13,73% de participação.

Em outubro de 2019, foram alienadas 392.291 ações da Sertrading S.A (13,73% do capital) por R\$15,8 milhões, que estavam registradas por R\$15,2 milhões. Por conseguinte, foi baixado o saldo residual do ágio no montante de R\$2,0 milhões, que vinha sendo amortizado com fundamento em estudo técnico. Dessa forma, foi registrado resultado positivo de R\$634 mil pela alienação da participação e resultado negativo de R\$2,0 milhões em função da baixa do ágio.

Ao final de 2019, o Banco não possuía participação na Sertrading S.A.

(4) BI&P Assessoria e Participações Ltda.

Após aprovação, em 17 de abril de 2013, pelo BACEN, o Banco concluiu o processo de aquisição da BI&P Assessoria e Participações Ltda. (anteriormente denominada como Voga Empreendimentos e Participações Ltda.), com o objetivo de expandir a atuação da Instituição em negócios de fusões e aquisições, emissões de dívida corporativa e de outros produtos de renda fixa, processos de abertura de capital, governança corporativa e avaliações financeiras, trazendo soluções inovadoras que contribuam para viabilizar o desenvolvimento de seus clientes.

No exercício de 2017, a BI&P Assessoria efetuou dois aumentos de capital totalizando R\$2,2 milhões, mediante a emissão de 2.200.000 novas quotas idênticas às já existentes, pelo valor unitário de R\$1,00. Todas as quotas foram subscritas pelo Banco.

Durante o exercício de 2017, foi baixado amortizado o total de R\$2,2 milhões a título de ágio. No exercício de 2018, foi baixado o saldo remanescente do ágio, no montante de R\$17,0 milhões, decorrente de ajuste na expectativa de geração de fluxos de caixa na operação.

(5) Intercap

O Banco anunciou, em 04 de dezembro de 2017, que firmou Acordo de Investimento e Outras Avenças com a The Hive BR Holding, LLC ("The Hive"). O documento vinculante estabeleceu os termos e condições pelos quais as partes desenvolveram, na subsidiária do Banco, o Banco Intercap S.A., uma nova e inovadora plataforma de banco digital voltada a pequenas e médias empresas. A transação implicou ainda (i) na eleição dos novos membros da diretoria, (ii) o aumento de capital (que variará de R\$2 a 10 milhões de reais), bem como outros atos definidos no Acordo de Investimento. Essas ações estão sujeitas à aprovação do Banco Central do Brasil, além do cumprimento de certas condições precedentes estabelecidas no Acordo de Investimento, bem como aprovações corporativas, societárias e regulatórias usuais a esse tipo de transação.

O objetivo é justamente posicionar o banco nessa nova megatendência disruptiva do setor bancário em todo o mundo, sendo que nosso foco, neste caso, é no setor de pequenas e médias empresas que, a nosso ver, não estão sendo adequadamente atendidas em suas necessidades pelos grandes bancos de varejo.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

O Banco Central homologou em 30 de abril de 2019 a alteração da razão social do Banco InterCap para Banco Smartbank S.A. Adicionalmente, homologou a diretoria estatutária do banco digital. O corpo diretivo será composto pelos srs. Everson Lopes e Rodrigo Silva Guarino.

Em 10 de julho de 2019, através do decreto nº 9.911, divulgado no Diário Oficial da União, o Governo brasileiro autorizou a participação estrangeira de até cinquenta por cento no capital social do Banco Smartbank S.A.

Em 26 de dezembro de 2019, o Banco e a The Hive BR Holding, LLC (“The Hive”), através de sua subsidiária Digital Finance Participações Ltda (“Digital”), fecharam a operação pactuada no Acordo de Investimentos e Outras Avenças assinado no dia 04 de dezembro 2017. Com o aporte de capital no montante de R\$2,3 milhões, a Digital passa a deter 1,81% do capital social do Banco Smartbank S.A.

(6) Gran Partners

Em 15 de outubro de 2014, após a aprovação das autoridades brasileiras de defesa da concorrência (Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE), o Banco e a Gran Viver Urbanismo S.A. concluíram uma associação em que transformaram a sociedade limitada LH1017 Participações Ltda em uma sociedade por ações, denominada Gran Partners Negócios Mobiliários S.A..

A parceria visava à prestação de serviços em operações de financiamento imobiliário em geral, inclusive com o possível financiamento das atividades da Gran Viver Urbanismo S.A. A Gran Viver Urbanismo S.A. detinha 50% da participação e o Banco os demais 50%. As decisões operacionais e financeiras deviam ser tomadas de maneira unânime entre os investidores, tratando-se, portanto, de uma entidade controlada em conjunto.

Em 2018, a Gran Partners Negócios Imobiliários S.A. foi encerrada.

(7) Simplific

Com a venda da corretora Guide Investimentos ao Grupo Fosun, as empresas Guide Life e Simplific, bem como as demais as empresas adquiridas e por ela controladas, ficaram sob sua responsabilidade, sendo que, a partir da data da transferência do controle societário, o Banco não mais é responsável pelas alterações que realizarem.

(8) Guide Life

Em 14 de novembro de 2016, o Banco Central do Brasil aprovou a aquisição da DXS Corretora de Seguros e Previdência Ltda., empresa de planejamento financeiro, pela Guide Investimentos. O nome empresarial da sociedade foi alterado para Guide Life Consultoria e Corretora de Seguros Ltda. Tal aquisição faz parte do plano de expansão da Guide Investimentos e cria um novo negócio baseado em um conceito inovador, voltado para um perfil específico de cliente que busca planejamento financeiro personalizado de longo prazo. A Guide Investimentos adquiriu 494.900 cotas, que representam uma participação equivalente a 98% do capital da Guide Life.

O valor do patrimônio líquido na data da aquisição era de R\$71 mil, sendo apurado ágio por rentabilidade futura no valor de R\$129 mil. O ágio pago está sendo amortizado linearmente pelo prazo de 120 meses e lançado na rubrica “Outras despesas operacionais” na demonstração de resultado, totalizando R\$12 mil no exercício de 2017.

Com a venda da corretora Guide Investimentos ao Grupo Fosun, as empresas Guide Life e Simplific, bem como as demais as empresas adquiridas e por ela controladas ficaram sob sua responsabilidade, sendo que, a partir da data da transferência do controle societário, o Banco não mais é responsável pelas alterações que realizarem.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

No período compreendido entre os exercícios sociais de 2017, 2018 e 2019, não foram efetuadas mudanças nas práticas contábeis na Companhia e de suas empresas do grupo.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01(R1));
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03(R2));
- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05(R1));
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 – Eventos Subsequentes (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10(R1));
- Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Pronunciamento Conceitual Básico (R1)), exceto nas matérias não conflitantes com os dispositivos do BACEN;
- Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33(R1)). Requerido para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2016;
- Resolução nº 4.524/16 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02(R2));
- Resolução nº 4.534/16 – Ativo Intangível (CPC 04(R1)); e
- Resolução nº 4.535/16 – Ativo Imobilizado (CPC 27).

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para a demonstração financeira.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nos exercícios 2017, 2018 e 2019, não houve efeitos significativos decorrentes de alterações em práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor independente

Nas demonstrações financeiras de 2017, 2018 e 2019 não houve ressalvas nos pareceres dos auditores independentes.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

a. Contabilização de Stock Options

O Banco Indusval S.A. adota, como forma de remuneração e retenção de talentos, a concessão de opções de compra de ações a funcionários-chave após o vesting period.

A entidade adota o método indireto na mensuração do fair value na data de concessão do benefício, isto é, utiliza o valor justo da opção na data da concessão do benefício, obtido por técnica de precificação da opção, já que não há dados de mercado disponíveis. A despesa é apropriada ao longo do tempo contra conta destacada do patrimônio líquido.

b. Impairment de ativos imobilizados e BNDU

Ativos imobilizados e bens não de uso são revisados anualmente ou quando há indícios de impairment. São utilizados valores de mercado para a determinação do valor recuperável. A diferença entre o valor contábil e o valor recuperável corresponde a perdas por impairment, sendo lançado diretamente no resultado, a não ser que o ativo em questão seja reavaliado, em que a perda é lançada contra conta destacada do patrimônio líquido; o excesso deve ser reconhecido no resultado.

c. Provisões para contingências

O Banco Indusval S.A., no curso normal de suas atividades, está envolvido em diversos processos. As contingências podem ser ativas ou passivas. As contingências ativas não devem ser reconhecidas nem evidenciadas. As contingências passivas podem ser (i) prováveis, nas quais os valores são reconhecidos nas demonstrações financeiras, (ii) possíveis, cujos valores não são reconhecidos, mas são evidenciados em notas explicativas, e (iii) remotas, cujos valores não são reconhecidos nem evidenciados.

d. Provisão para devedores duvidosos

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise das operações, efetuada pela Administração, caso a caso, para concluir quanto ao valor necessário para créditos de liquidação duvidosa, e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

e. Imposto de renda e contribuição social – créditos fiscais

Créditos tributários são reconhecidos em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, na medida em que se considera provável que a Instituição irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da Instituição é baseada na projeção de receitas futuras e outras premissas contidas no estudo técnico. Além disso, o Banco Indusval S.A. somente constitui créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas que sejam realizáveis no horizonte de 10 anos.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

b. natureza e o propósito da operação

Não há itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Ao longo dos últimos 3 anos, o Banco realizou investimentos em tecnologia da informação, na otimização de processos e fluxos de trabalho para permitir a expansão dos negócios mantendo a agilidade, a qualidade do controle de riscos, a melhor utilização dos recursos e maior segurança da informação. Entretanto, como instituição financeira atuando na intermediação de crédito corporativo, não há investimentos em montantes relevantes no período, como evidenciado pela variação do imobilizado de uso.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

O financiamento dos investimentos do Banco é feito através de seu capital próprio. Maiores detalhes sobre o capital próprio são apresentados no item 10.1.b.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

O Banco concluiu a operação de venda de 69,14% do capital da Guide Investimentos S.A. para o Grupo Fosun Internacional Holdings Limited, pelo valor de R\$167,9 milhões, em 05 de novembro de 2018, com a assinatura dos documentos aplicáveis, conforme Fato Relevante divulgado na data do desfecho.

Em 12 de dezembro de 2019, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre o Banco Indusval S.A., na qualidade de vendedor, e o Sr. Roberto de Rezende Barbosa, na qualidade de comprador, por meio do qual o Voiter alienou os 20,196% de participação residual que detinha no capital social da Guide Investimentos S.A pelo preço total de R\$120,0 milhões.

Além disso, em 05 de dezembro de 2019, o Banco comunicou ao mercado que alienou sua participação minoritária na Sertrading S.A. que correspondia a 13,73% do capital social da referida empresa. Os efeitos da alienação desta participação minoritária não foram relevantes sobre os negócios do Banco.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2019, foram desembolsados R\$617 mil em função do desenvolvimento da plataforma digital do SmartBank.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional do Banco Indusval S.A. e que não tenham sido comentados nos demais itens.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1. Projeções

a. objeto da projeção

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

O Banco Indusval S.A. não adota a prática de divulgar projeções operacionais e financeiras.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**
- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**
- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que eles foram abandonadas ou substituídas**

O Banco Indusval S.A. não adota a prática de divulgar projeções operacionais e financeiras.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1. Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados.

Conforme disposto no Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, o Banco Indusval S.A. será administrado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social: I. fixar a orientação geral dos negócios do Banco; II. Eleger e destituir os Diretores, bem como determinar as suas atribuições; III. Estabelecer a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral; IV. Fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis do Banco; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos; V. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria; VI. Apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras do Banco e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; VII. Aprovar e rever o orçamento de capital e o plano de negócios, bem como formular proposta de orçamento de capital a ser submetida à Assembleia Geral para fins de retenção de lucros; VIII. Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; IX. Submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como examinar e deliberar sobre os balanços semestrais, ou sobre balanços levantados em períodos menores, e o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral; X. apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social; XI. Apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação do Banco e de incorporação, pelo Banco, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias, no País ou no Exterior; XII. Manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; XIII. Autorizar a emissão de ações do Banco, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei; XIV. Deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, como previsto no § 2º do artigo 6º deste Estatuto Social; XV. Outorgar, após aprovação pela Assembleia Geral, opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços ao Banco ou a sociedades controladas pelo Banco, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral; XVI. Deliberar sobre a negociação com ações de emissão do Banco para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes; XVII. Autorizar a emissão ou contratação de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos que não ocorram no curso regular dos negócios ou que afetem a estrutura de capital do Banco; XVIII. Estabelecer o valor da participação nos lucros dos diretores e empregados do Banco e de sociedades controladas pelo Banco, podendo decidir por não atribuir-lhes participação; XIX. Decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável; XX. Autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros; XXI. Estabelecer o valor de alçada para aquisição ou alienação de bens dos ativos permanente e circulante do Banco; XXII. Autorizar a constituição de ônus reais que acarrete oneração de 20% (vinte por cento) ou mais do patrimônio do Banco; XXIII. Conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um Diretor, do que se lavrará ata no livro próprio; XXIV. Aprovar a contratação da instituição prestadora

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

dos serviços de escrituração de ações; XXV. Aprovar as políticas de divulgação de informações ao mercado e negociação com valores mobiliários do Banco; XXVI. Definir a lista triplíce de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações do Banco, em caso de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 2, na forma definida no artigo 42 deste Estatuto Social; XXVII. Deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente; XXVIII. Instituir Comitês e estabelecer os respectivos regimentos e competências; XXIX. Dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento; XXX. Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão do Banco, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses do Banco; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação ao Banco; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; XXXI – nomear e destituir os membros do Comitê de Remuneração; XXXII. Aprovar as regras operacionais que o Comitê de Remuneração vier a estabelecer para o seu próprio funcionamento e tomar ciência das atividades do Comitê de Remuneração; e XXXIII. Fixar a remuneração dos membros do Comitê de Remuneração.

O Conselho de Administração não possui regimento interno.

CONSELHO FISCAL

Em conformidade com o Artigo 31 do Estatuto Social, o Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidas por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei, devendo analisar, segundo previsão do artigo 33 do Estatuto Social, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

O Conselho Fiscal não possui regimento interno.

DIRETORIA

Conforme disposto no Artigo 20, a Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular do Banco e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, competindo-lhe ainda administrar e gerir os negócios do Banco, especialmente: I. cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; II. elaborar, semestralmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras do Banco acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no semestre ou exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; III. propor, ao Conselho de Administração o orçamento de capital e o plano de negócios; e IV. deliberar sobre a abertura e o fechamento de agências, postos, unidades administrativas e escritórios de representação, em qualquer ponto do País ou do exterior.

A Diretoria não possui regimento interno.

COMITÊS

Comitê de Remuneração

O Banco Indusval S.A., em alteração estatutária aprovada em AGE de 24.04.2012, em seu Artigo 35, instituiu o Comitê de Remuneração cujas atribuições estão definidas no Artigo 36: Além das previstas em lei ou regulamento, serão também atribuições do Comitê de Remuneração: I. Elaborar a política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; II. Supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado; III. Revisar anualmente a política de remuneração de

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

administradores das Instituições do Conglomerado, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; IV. Propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404, de 1976; V. Avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; VI. Analisar a política de remuneração de administradores das Instituições do Conglomerado em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; VII. Zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto na regulamentação vigente.

Os demais comitês, não estatutários, são delegados da diretoria executiva, para áreas específicas de atuação. Estes órgãos colegiados têm em seu papel atuar como fórum norteador e decisório para assuntos relevantes com a função de subsidiar decisões da diretoria e estabelecer uma gestão integrada. O Banco Indusval mantém os seguintes comitês, que não possuem regimento interno, organizados na forma da regulamentação emanada pelo Conselho Monetário Nacional.

Comitê de Caixa para Gerenciamento de Ativos e Passivos

O objetivo é realizar e estabelecer o controle de liquidez do Banco, analisar projeções de fluxo de caixa para a atuação da Tesouraria, tratar novos meios de captação de recursos, discutir operações e limites operacionais e aprovar limites de crédito interbancários. Cabe a este comitê: acompanhar a evolução do caixa da instituição, monitorando as movimentações da carteira de crédito e depósitos; analisar o cenário econômico nacional e internacional; acompanhar o descasamento de ativos e passivos; avaliar os limites de investimentos; estabelecer limites de créditos para instituições financeiras; e, estabelecer limites operacionais.

Comitê de Crédito

Com o objetivo de tomar decisões colegiadas sobre consultas de limites ou operações de crédito, este comitê é composto por, no mínimo, quatro membros. As decisões devem ser consensuais e se qualquer um dos quatro membros discordar da decisão, o caso é decidido pelo Comitê de Crédito Pleno. No Comitê de Crédito Eletrônico, casos de operações pontuais, variações ou exceções menores com relação a um limite de crédito, detalhes de formalização ou cobertura de garantias podem ser submetidos de forma eletrônica a todos os membros do comitê pleno, e consideram-se aprovados com resposta positiva de três membros, sendo que uma única posição de dúvida ou negativa remete o caso ao Comitê de Crédito Pleno.

Comitê de Casos Especiais

Constituído para melhor gerenciar as operações de crédito vencidas e/ou clientes com alertas de crédito relevantes, esse Comitê discute e estabelece os planos de ação a serem implementados pela Área Comercial, quando em tratativas na esfera amigável; pela Área de Recuperação de Créditos, quando em discussões para renegociação de dívida; ou, pela Área Jurídica, quando em processo judicial, bem como acompanha o andamento das decisões anteriores.

Comitê de Produtos

O principal objetivo deste Comitê é avaliar e deliberar sobre políticas, normas e processos relacionados aos produtos do Banco e deliberar sobre a implantação de novos produtos ou alteração dos produtos já existentes, possuindo como atribuições: a deliberação sobre a implantação de novos produtos; a avaliação e definição das políticas operacionais de cada produto; a avaliação e aprovação dos procedimentos operacionais de cada produto; e a avaliação dos riscos e definição dos controles mitigatórios para os riscos identificados.

Comitê de Compliance

Com o objetivo de estabelecer políticas e regras operacionais, assim como definir e avaliar a efetividade das estratégias para difusão da cultura de controles internos, mitigação de riscos e adequação às normas legais, este comitê se reúne mensalmente. O Comitê de Compliance possui como atribuições: a avaliação da efetividade e conformidade dos sistemas de controles internos do BI&P, bem como acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com o sistema de controles internos; o encaminhamento a novas

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

implementações regulamentares, visando à aderência e melhores práticas de mercado; o esclarecimento de eventuais dúvidas pertinentes à prevenção a lavagem de dinheiro; a recomendação à Diretoria da Instituição, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; a apreciação dos relatórios emitidos pelos órgãos reguladores e auditorias interna e externa no tocante às deficiências dos controles internos e respectivas providências das áreas envolvidas; o acompanhamento das políticas, procedimentos, responsabilidades e definições pertinentes à estrutura de gestão do risco operacional; a avaliação quanto à implementação das recomendações de melhorias nos controles internos pelos gestores; a certificação da conformidade de procedimentos com as normas, regulamentos e leis aplicáveis; a aprovação semestral do relatório de Controles Internos; e a aprovação anual do relatório de Risco Operacional. Deriva deste comitê o Subcomitê de Ética, um fórum norteador para assuntos pertinentes ao código de ética, entre eles a manutenção do código, treinamentos, infrações, ações e comunicações.

Comitê de Auditoria Interna

Assessorar o Conselho de Administração nas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas, na elaboração das demonstrações financeiras da Instituição, bem como avaliação e efetividade dos Controles Internos. Suas principais atribuições são: recomendar ações de melhoria nos processos auditados, com foco na mitigação do risco; aprovar o planejamento dos trabalhos de auditoria e apoiar os trabalhos dos auditores internos, externos e reguladores.

Comitê de Informática e Segurança da Informação

O objetivo é deliberar com relação à execução da programação dos investimentos em tecnologia, fixando metas e estabelecendo estratégias de implementação, bem como ser o fórum norteador e decisório para o estabelecimento de políticas e procedimentos relacionados aos assuntos Segurança da Informação e Tecnologia da Informação. Esse comitê possui como atribuições: o estabelecimento de políticas, procedimentos e critérios de utilização dos recursos tecnológicos do BI&P a serem adotadas por todos os diretores, funcionários, prestadores de serviços, colaboradores, fornecedores e/ou parceiros quanto à segurança das informações de tecnologia da Instituição, tendo como objetivo proteger os ativos de informação e formar a base para o estabelecimento de todas as normas e procedimentos de segurança da informação; a aprovação das políticas e procedimentos de informática e segurança da informação da Instituição; a definição da prioridade para o desenvolvimento/manutenção de sistemas e projetos; e a aprovação ou não de novas aquisições para parque tecnológico.

Comitê Jurídico

Cabe a este Comitê a análise de estratégias contenciosas, normas e procedimentos relacionados a questões de natureza jurídica, avaliando e definindo alternativas de mitigação dos riscos específicos, possuindo como atribuições: o estabelecimento de ações mitigatórias de risco, para novos contratos, apoiado por experiência passada e casos de jurisdição; a avaliação do desempenho dos escritórios externos em relação aos processos de iniciativa do Banco e dos clientes contra o Banco; a discussão dos assuntos de natureza jurídica relacionados aos aspectos institucionais; e a discussão e análise de novas normas legais e regulamentares de interesse da instituição.

Comitê de Recursos Humanos

Destinado às discussões de estratégia da área de recursos humanos, bem como questões salariais, de desenvolvimento humano e clima organizacional do quadro de funcionários, esse comitê tem como atribuições: a avaliação e definição das políticas salariais; a deliberação sobre as ações da área de Recursos Humanos; a deliberação sobre ações de desenvolvimento humano; e a definição das ações para condução do clima organizacional.

Comitê de Tesouraria/Posição Proprietária

Tem como objetivo a discussão sobre o cenário econômico e seu impacto nas estratégias adotadas pela tesouraria, o acompanhamento de indicadores e variáveis de mercado, e a decisão sobre as estratégias e operações a serem adotadas para a posição proprietária do banco, e seus respectivos riscos. Suas atribuições consistem na análise dos cenários econômico e político, nacional e internacional; no acompanhamento de

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

indicadores de mercado; na tomada de decisões relativas às posições proprietárias do banco; e na avaliação e acompanhamento dos riscos das posições.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto.

A Companhia não possui um comitê de auditoria estatutário.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Além do Comitê de Auditoria Interna, a Companhia possui a área de Auditoria Interna.

Suas atribuições são: Auditar o Sistema de Controle Interno da Instituição abrangendo as operações com produtos e serviços prestados, os sistemas administrativos, financeiros, contábeis e de suporte operacional e a estrutura organizacional, bem como atender a auditoria independente, as auditorias da Bolsa de Valores, do Banco Central do Brasil e outras entidades externas, visando atingir os objetivos do planejamento estratégico, a proteção e o crescimento do patrimônio da Instituição.

Cabe à Auditoria Interna acompanhar os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Externa e pelos Órgãos Reguladores. A Auditoria Interna é avaliada pelos clientes internos (auditados) e pelo Comitê Executivo, que considera as atividades planejadas versus atividades executadas.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As atribuições e poderes individuais da Diretoria Estatutária, estão previstos no Artigo 19 § 4º do Estatuto Social da Companhia, conforme segue:

Diretor Geral: (i) convocar e presidir as reuniões do Banco; (ii) representar ou designar representante do Banco perante autoridades do sistema financeiro e com associações de classe; (iii) estruturar os serviços da sociedade; (iii) administrar as operações bancárias; (iv) estabelecer as normas internas e operacionais; (v) supervisionar a atuação da Diretoria, assim como todas as operações do Banco; e (vi) receber citação inicial.

Diretor de Relações com Investidores: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar o Banco perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a Comissão de Valores Mobiliários, as Bolsas de Valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no Exterior; e (ii) outras atribuições que lhes forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Diretores Executivos: (i) estruturar os serviços da sociedade; (ii) administrar as operações bancárias; (iii) estabelecer as normas internas e operacionais; (iv) supervisionar a atuação da Diretoria, assim como todas as operações Banco; e (v) receber citação inicial; (vi) administrar e supervisionar as áreas que lhes forem conferidas pelo Diretor Geral.

O Artigo 20 do Estatuto Social da Companhia estabelece que a Diretoria tem poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular do Banco e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

pertinentes, competindo-lhe ainda administrar e gerir os negócios do Banco. O Banco somente obriga-se mediante (i) as assinaturas, em conjunto, de dois Diretores; (ii) as assinaturas de um Diretor e um procurador (iii) as assinaturas de dois procuradores.

Todas as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações *ad judícia*, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular. Qualquer dos Diretores ou procurador, isoladamente, poderá representar, ativa ou passivamente, o Banco em juízo.

É vedado aos Diretores obrigar o Banco em negócios estranhos ao objeto social ou ao interesse do Banco; obrigar o Banco em financiamentos, fianças, avais ou garantias de favor ou não relacionadas com os negócios do Banco; bem como receber de terceiros qualquer vantagem pessoal, direta ou indireta, em razão do exercício do cargo.

A Diretoria Estatutária não possui regimento interno próprio e todos as disposições referentes às suas atribuições e poderes individuais estão previsto no Estatuto Social da Companhia.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Conselho Fiscal: Na AGO realizada em 29.04.2011, os membros do Conselho Fiscal foram reconduzidos a seus cargos, cuja eleição foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 14.09.2011 e posse em 15.09.2011. Em AGO de 24.04.2012, foi eleito novo membro em substituição ao membro indicado pelos minoritários e reconduzidos os membros indicados pelo grupo de controle. Esta eleição foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 15.06.2012, tendo os conselheiros tomado posse de seus cargos em 21.06.2012. Na AGO realizada em 25.04.2013 os membros do Conselho Fiscal foram reconduzidos a seus cargos, cuja eleição foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 12.01.2014 e posse em 17.01.2014. Na AGO realizada em 24.04.2014 os membros do Conselho Fiscal foram reconduzidos a seus cargos, com exceção de um membro suplente eleito pelos minoritários. Tal eleição foi homologada pelo Banco Central do Brasil no dia 12.08.2014 e a posse dos membros eleitos deu-se em 19.08.2014. Na AGO realizada em 23.04.2015, 27.04.2016, 27.04.2017, 27.04.2018 e 20.05.2019, não houve instalação do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal não possui regimento interno próprio e todos as disposições referentes às suas atribuições e responsabilidades, estão previstas a partir do Artigo 31 do Estatuto Social da Companhia.

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Membros do Conselho de Administração: A avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração está baseada na assiduidade, participação e contribuição estratégica para o negócio. Entretanto, não há processo formalizado.

Diretores: A avaliação de desempenho é feita pelo Comitê de Remuneração a cada semestre, baseada no desempenho individual através de análise quantitativa (especialmente diretores ligados ao fechamento de negócios) e qualitativa além da participação em comitês, não estatutários e de suporte a diretoria, relativos à suas áreas de atuação.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Membros de Comitês: Não há avaliação formal de desempenho dos membros dos comitês, uma vez que os membros dos comitês são Conselheiros, Diretores, Superintendentes e empregados do Banco e sua participação nos Comitês faz parte da avaliação individual de desempenho em suas funções cotidianas.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. Prazos de convocação

Primeira convocação com 15 (quinze) dias de antecedência mínima e segunda convocação com 8 (oito) dias de antecedência mínima, nos termos da Lei nº 6.404/76.

Além disso, de acordo com o estabelecido pelo §2º do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral que deliberar sobre o cancelamento de registro de companhia aberta ou a saída do Banco do Nível 2 de Governança Corporativa, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

b. Competências

Além das atribuições previstas em Lei, compete à Assembleia Geral: (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado; (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (iii) reformar o Estatuto Social; (iv) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação do Banco, ou de qualquer sociedade no Banco; (v) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; (vi) aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços ao Banco ou a sociedades controladas pelo Banco; (vii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (viii) eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (ix) deliberar a saída do Nível 2, nas hipóteses previstas no artigo 41 deste Estatuto Social; (x) deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM; (xi) escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações do Banco, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 2, conforme previsto no Capítulo IX deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e (xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Físico

Na sede social da Companhia, localizada na:

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 50 – 4º, 5º e 6º andares - Vila Nova Conceição
CEP 04543-000 - São Paulo/SP - Brasil

Endereço Eletrônico

No sítio eletrônico de Relações com Investidores da Companhia (www.bip.b.br/ri) e também no sítio eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários, no Sistema de Informações Periódicas – IPE (www.cvm.gov.br).

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Não há previsão estatutária para identificação e administração de conflitos de interesse relativos a assembleias gerais, prevalecendo o quanto estabelecido na Lei nº 6.404/76. Entretanto, o Artigo 55 do Estatuto Social do Banco Indusval S.A. estabelece: “O Banco, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social do Banco, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.”

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não houve solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nos últimos três exercícios sociais.

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Formalidades necessárias para aceitação de procurações

De acordo com o previsto no §4º do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição financeira escrituradora (art. 7º), no máximo, 5 dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante e/ou autenticidade da mesa em consonância com o documento de identidade; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

Assim, para participação por procurador, faz-se necessária a apresentação de instrumento de procuração, com firma reconhecida do acionista outorgante - via original. Se o acionista não for pessoa física, devem ser apresentados documentos societários que comprovem a sua representação legal (estatuto, contrato social ou regulamento, conforme o caso, e eleição da administração ou contrato que comprove a existência de poderes para representação legal em assembleias de investidas) - via original ou cópia autenticada; e documento de identidade do procurador - via original ou cópia autenticada.

Os documentos comprobatórios da titularidade de ações com direito a voto podem ser o extrato ou o comprovante de titularidade de ações expedido pela B3 S.A. ou pela Itaú Corretora de Valores S.A., instituição pertencente ao Grupo Itaú Unibanco, prestadora dos serviços de escrituração de ações da Companhia.

Acionistas domiciliados no exterior

Em relação aos acionistas domiciliados no exterior são exigidas procurações com a respectiva consularização, notariação e tradução juramentada.

Procurações outorgadas por meio eletrônico

O emissor, até a presente data, não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Ressaltamos que, muito embora o Estatuto Social da Companhia estabeleça prazos para a entrega dos documentos necessários para a participação nas assembleias gerais, o Banco Indusval S.A., com vistas a atender as melhores práticas de governança corporativa, permite a entrega de originais e cópias autenticadas até o momento da realização da assembleia geral em questão.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

Serão solicitados, na hipótese de aceitação de boletim de voto a distância o reconhecimento de firma, notariação e consularização, quando aplicável.

h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância através de seu escriturador.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

O Emissor não possui um sistema para transmissão ao vivo do vídeo e/ou áudio das assembleias gerais.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O Emissor não adota prática diferenciada em relação ao previsto na legislação societária.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

O Emissor não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há informações adicionais.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3. Descrição das regras, políticas e práticas do emissor relativas ao conselho de administração

a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Os membros do Conselho reúnem-se trimestralmente, em caráter ordinário ou extraordinariamente, sempre que necessário.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O Banco Indusval S.A. pratica o quanto estabelecido na Lei nº 6.404/76, conforme alterada, com relação às questões relativas a conflito de interesses. Ademais, o § 6º do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia define: "O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses do Banco."

Cabe a cada membro informar ao Conselho de Administração seu conflito de interesse tão logo o assunto seja incluído na ordem do dia ou proposto pelo presidente do Conselho e, de qualquer forma, antes do início de qualquer discussão sobre cada tema.

d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Não há política para indicação de membros do conselho de administração.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

O Estatuto Social do Banco Indusval S.A., em seu artigo 55, contém previsão de cláusula compromissória, segundo a qual “O Banco, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social do Banco, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.”

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
ALEXANDRE TEIXEIRA	12/07/1973	Pertence apenas à Diretoria	28/05/2019	Até a primeira RCA que suceder a AGO de 2021	0
127.611.738-80	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	11/09/2019	Sim	0.00%
Diretor do Banco Smartbank S.A. Diretor Vice-presidente do BI&P Comércio de Cereais Ltda.		Diretor Executivo de Produtos e Tecnologia			
CARLOS ANDRÉ HERMESINDO DA SILVA	15/07/1976	Pertence apenas à Diretoria	02/04/2020	Até a primeira RCA de suceder a AGO de 2021	0
178.217.718-30	Contador	19 - Outros Diretores	06/05/2020	Sim	0.00%
		Diretor Executivo de Finanças e Riscos e Diretor de Relações com Investidores			
FELIPE MORENO GUIMARÃES	20/07/1978	Pertence apenas à Diretoria	28/05/2019	Até a primeira RCA que suceder a AGO de 2021	0
274.795.068-99	Economista	19 - Outros Diretores	11/09/2019	Sim	0.00%
Membro do Conselho de Administração e Diretor do Banco SmartBank S.A.		Diretor Executivo Comercial			
WALTER IÓRIO	02/12/1944	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/05/2019	Até a posse dos membros a serem eleitos na AGO a ser realizada em 2021	7
051.364.908-53	Contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	17/09/2019	Não	100.00%
AFONSO ANTONIO HENNEL	26/02/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/05/2019	Até a posse dos membros a serem eleitos na AGO a ser realizada em 2021	4
027.813.102-63	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	17/09/2019	Sim	90.91%
ROBERTO DE REZENDE BARBOSA	26/06/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/05/2019	Até a posse dos membros a serem eleitos na AGO a ser realizada em 2021	4
368.376.798-72	Administrador de Empresas	20 - Presidente do Conselho de Administração	17/09/2019	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Membro do Comitê de Remuneração					
Acionista controlador do Banco Indusval S.A.					
DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA	25/05/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/09/2020	Até a posse dos membros a serem eleitos na AGO a ser realizada em 2021	0
768.643.671-34	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/11/2020	Sim	0.00%
RICARDO FAJNZYLBER	07/08/1959	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/09/2020	Até a posse dos membros a serem eleitos na AGO a ser realizada em 2021	0
022.770.928-43	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/11/2020	Sim	0.00%
FERNANDO FEGYVERES	11/01/1974	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/05/2019	Até a primeira RCA que suceder a AGO de 2021	0
148.106.108-96	Engenheiro	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	11/09/2019	Sim	0.00%
Presidente do Conselho de Administração do Banco SmartBank S.A. Diretor Presidente do BI&P Comércio de Cereais Ltda.					
Experiência profissional / Critérios de Independência					
ALEXANDRE TEIXEIRA - 127.611.738-80					

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Banco Itaú BBA S.A.: Foi Vice-Presidente da área de Operações Estruturadas de Renda Fixa, de janeiro de 2009 a julho de 2013, e Diretor na divisão de Renda Fixa do Banco de Investimentos, de julho de 2013 a dezembro de 2017, responsável pelas áreas de Operações Estruturadas, Debt Capital Markets e Project Finance. Participou do Programa de Sócios do Banco Itaú Unibanco de 2013 a 2016 e foi Membro do Conselho de Administração de algumas empresas investidas do Banco Itaú Unibanco (Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) de 2015 a 2017 e Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP) de 2015 a 2017).

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Em relação aos cargos ocupados nos últimos 5 anos, à exceção do Banco Indusval S.A., nenhuma dessas empresas integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Executive Program - Entrepreneurship Development Program pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), em 2018

Executive Program – Leading Product Innovation pelo Harvard Business School, em 2018

Executive Program – Customer Analytics Program pelo The Wharton School, em 2018

Fintech Executive Program pelo StartSe, em 2019

Programa Master de Liderança e Coaching – PMLC pela Marcondes Consultoria, de 2019 a 2020

Formado em Administração de Empresas pela Universidade São Judas Tadeu - São Paulo/SP, em 1997

INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE EM OUTRAS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Banco Indusval S.A. - Diretor Executivo

Banco Smartbank S.A. - Diretor

BI&P Comércio de Cereais Ltda. - Diretor Vice-presidente

DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS

i. Qualquer condenação criminal: não

ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não

iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não

DECLARAÇÃO QUANTO A SER OU NÃO CONSIDERADO PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE

Não é Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da legislação vigente.

CARLOS ANDRÉ HERMESINDO DA SILVA - 178.217.718-30

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Banco Itaú S.A Foi Analista Contábil (1996-2001), Supervisor Contábil (2001-2005), Gerente de Estudos Contábeis (2005-2007), Superintendente de Estudos Contábeis (2007-2010) e Superintendente de Finanças (2010-2013).

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Banco Original S.A.: Foi Diretor de Finanças de 2013 a 2017 e Diretor Executivo de Finanças e Riscos de junho de 2017 a janeiro de 2020, tendo participado ativamente da construção do primeiro banco digital do país.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Instituto de Apoio à Criança e Adolescente com Doenças Renais (ICRIM): É Membro do Conselho Fiscal desde 2013.

Atividade principal: Associação civil de natureza filantrópica, sem fins econômicos, de caráter assistencial e educacional.

PicPay Serviços S.A.: Foi Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Governança de 2018 a 2019.

Atividade principal: Fintech de pagamentos.

Em relação aos cargos ocupados nos últimos 5 anos, à exceção do Banco Indusval S.A., nenhuma dessas empresas integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Formado em Ciências Contábeis pela Fundação Escola do Comércio Álvares Penteado (FECAP) – São Paulo/SP, em 1998
- Especialização em Contabilidade e Finanças pela Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo/SP, em 2001
- MBA Executivo em Finanças pelo INSPER – São Paulo/SP, em 2007
- Executive Program Warton Business School, The CFO: Becoming a Strategic Partner, 2011
- Certificação em IFRS pelo Institute of Chartered Accountants in England and Wales (ICAEW), em 2012

INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE EM OUTRAS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Banco Indusval S.A. - Diretor Executivo

Instituto de Apoio à Criança e Adolescente com Doenças Renais (ICRIM) - Membro do Conselho Fiscal

DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS

i. Qualquer condenação criminal: não

ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: TERMO DE COMPROMISSO PROCESSO CVM SEI 19957.003262/2015-40

iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não

DECLARAÇÃO QUANTO A SER OU NÃO CONSIDERADO PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE

Não é Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da legislação vigente.

FELIPE MORENO GUIMARÃES - 274.795.068-99

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Banco Citibank S.A.: Experiência em diversas áreas em Operações e Tecnologia, Produtos e Comercial. Atuou como Gerente da área de atendimento a clientes Corporate & Investment Bank entre 2000 e 2004. Participou da construção de modelo de cobertura de clientes "regionais" América Latina, entre 2004 e 2006, no escritório regional Miami/EUA. Em 2006, voltou à operação local do Brasil, na reabertura do Citibank CIB em Campinas/SP, responsável pelo atendimento de Middle Market.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.: Foi Gerente Comercial do segmento Large Corporate de 2008 a 2009, responsável por cobertura de clientes no interior de SP, com atuação em operações de crédito, serviços transacionais, Renda Fixa e Project Finance.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Banco Itaú BBA S.A.: Foi Officer Sênior no segmento Large Corporate de 2009 a 2012. Foi Superintendente Team Leader da Filial Campinas, responsável pela coordenação da equipe de gerentes no interior de São Paulo entre 2012 e 2014. Em 2014, foi membro do projeto de construção do Middle Market no Itaú BBA, participando do processo de re-segmentação dos clientes Itaú Empresas para novo modelo de atendimento. Entre 2014 e 2019, foi Superintendente Comercial nesse mesmo segmento, responsável pela equipe comercial regional São Paulo.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Em relação aos cargos ocupados nos últimos 5 anos, à exceção do Banco Indusval S.A., nenhuma dessas empresas integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) – São Paulo/SP, em 2003
Certificado em Inovação Estratégica pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) - Cambridge/EUA, em 2018

INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE EM OUTRAS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Banco Indusval S.A. - Diretor Executivo
Banco SmartBank S.A. - Membro do Conselho de Administração e Diretor

DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS

- i. Qualquer condenação criminal: não
- ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não
- iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não

DECLARAÇÃO QUANTO A SER OU NÃO CONSIDERADO PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE

Não é Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da legislação vigente.

WALTER IÓRIO - 051.364.908-53

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

KPMG Brasil: Foi Sócio no período de 1966 a 2005, onde foi coordenador da prática de Financial Services e, nos doze últimos anos, membro do Comitê Executivo.
Atividade principal da empresa: Empresa de auditoria e de consultoria de negócios e tributária.

KPMG PREV – Sociedade de Previdência Privada: Foi Diretor Superintendente de 2000 a 2009.
Atividade principal da empresa: Plano de previdência privada.

Tokio Marine Brasil Seguradora S.A. e Tokio Marine Seguradora S.A.: Foi Presidente do Comitê de Auditoria de 2006 a 2011.
Atividade principal da empresa: Empresa de seguros gerais.

Sul América S.A.: Foi membro do Comitê de Auditoria de 2007 a 2014.
Atividade principal da empresa: Companhia aberta, holding do Grupo Sul América de Seguros, com atuação principalmente nos ramos de automóvel, saúde, pessoas e previdência privada.

HDI Seguros S.A.: Foi Presidente do Comitê de Auditoria de março de 2010 a março de 2015.
Atividade principal da empresa: Atuação predominante no seguro de veículos, é subsidiária da Talanx International AG, Hannover/Alemanha.

Tarpon Investimentos S.A.: Foi membro do Comitê de Auditoria de 2010 a 2019.

Atividade principal da empresa: Companhia aberta, tendo como principal atividade a gestão de investimentos em bolsa de valores e private equity.

Somos Educação S.A.: Foi membro do Comitê de Auditoria de maio de 2015 a outubro de 2018.

Atividade principal da empresa: Companhia aberta, com negócios relacionados à edição e comercialização de livros didáticos, sistemas de ensinos técnicos e tradicionais, escolas preparatórias e de idiomas.

Banco Indusval S.A.: Foi membro do Conselho de Administração de 2007 a 2008 e de 2011 até a presente data.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Ômega Energia S.A.: É Membro do Comitê de Auditoria desde 2017.

Atividade principal da empresa: Companhia aberta que atua na produção e comercialização de energia elétrica, com foco em energia limpa e renovável.

Cia. Hering S.A.: É Coordenador do Comitê de Auditoria desde 2018.

Atividade principal da empresa: Companhia aberta que atua na fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral.

Em relação aos cargos ocupados nos últimos 5 anos, à exceção do Banco Indusval S.A., nenhuma dessas empresas integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por outro acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Formado em Contabilidade pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo da Fundação Álvares Penteado (FAAP), em 1969

INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE EM OUTRAS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Banco Indusval S.A. - Membro Independente do Conselho de Administração

Ômega Energia S.A. - Membro do Comitê de Auditoria

Cia. Hering S.A. - Coordenador do Comitê de Auditoria

DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS

i. Qualquer condenação criminal: não

ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não

iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não

DECLARAÇÃO QUANTO A SER OU NÃO CONSIDERADO PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE

Não é Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da legislação vigente.

É MEMBRO INDEPENDENTE? QUAL CRITÉRIO?

Sim, pois não tem outras funções no Emissor.

AFONSO ANTONIO HENNEL - 027.813.102-63

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Semp Rádio e Televisão S.A.: Iniciou sua carreira em junho de 1973 e lá permaneceu até agosto de 1973.
Atividade principal da empresa: Indústria eletrônica.

Semp Amazonas S.A.: Foi gerente na unidade de Manaus de 1973 até junho de 1976. A partir de então, passou a exercer o cargo de Diretor até junho de 1977.
Atividade principal da empresa: Indústria eletrônica.

Semp Toshiba Amazonas S.A.: Em junho de 1977, foi nomeado Vice-Presidente e Membro do Conselho de Administração por conta do acordo firmado entre a Semp Amazonas S.A. e a Toshiba Corporation, do Japão, para estabelecimento de joint venture e início de operações conjuntas, tendo permanecido neste cargo até julho de 1983.
Atividade principal da empresa: Indústria eletrônica.

Grupo Semp Toshiba: Em julho de 1983, foi redesignado para a sede do Grupo Semp Toshiba, em São Paulo, onde foi eleito Vice-Presidente Corporativo e Membro do Conselho de Administração, ficando responsável, até 1998, sucessivamente pelas áreas de Suprimentos e Logística, Relações Governamentais e Administração Geral e Finanças, Planejamento de Produtos e Desenvolvimento de Novos Negócios, Vendas e Marketing. Em março de 1998, foi nomeado Presidente do Grupo Semp Toshiba e manteve sua posição como membro do Conselho de Administração.
Atividade principal da empresa: Indústria eletrônica.

Grupo Semp Toshiba: Exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Administração, em conjunto com as responsabilidades executivas de Presidente, de março de 2003 a maio de 2013, quando deixou de exercer a função executiva de Presidente, deixando também a Presidência do Conselho de Administração, tendo mantido, todavia, a posição de membro do Conselho de Administração.
Atividade principal da empresa: Indústria eletrônica.

Banco Intercep S.A.: Foi Membro do Conselho de Administração de 2010 a 2013.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Banco Indusval S.A.: É Membro do Conselho de Administração desde novembro de 2013.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Em relação aos cargos ocupados nos últimos 5 anos, à exceção do Banco Indusval S.A., nenhuma dessas empresas integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por outro acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Administrador de Empresas, graduado pela Fundação Getúlio Vargas, em 1973

INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE EM OUTRAS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Banco Indusval S.A. - Membro do Conselho de Administração

DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS

- i. Qualquer condenação criminal: não
- ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não
- iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não

DECLARAÇÃO QUANTO A SER OU NÃO CONSIDERADO PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE

Não é Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da legislação vigente.

É MEMBRO INDEPENDENTE? QUAL CRITÉRIO?

Não, pois participou do grupo de controle do Emissor até setembro de 2020

. O distrato ao Acordo de Acionistas está em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil.

ROBERTO DE REZENDE BARBOSA - 368.376.798-72

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA): Foi Diretor do Conselho Deliberativo e Coordenador do Conselho Sindical, de abril de 1997 até 2019.
Atividade principal: Organização representativa do setor de açúcar e bioetanol.

Sociedade Corretora de Álcool (SCA): Foi Conselheiro de maio de 2000 até 2010.
Atividade principal da empresa: Corretora de etanol.

Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial (IEDI): Foi Conselheiro de outubro de 2001 a 2010.
Atividade principal: Instituto privado de estudos sobre a indústria e o desenvolvimento nacional.

Centro de Tecnologia Canavieira (CTC): Foi Presidente do Conselho de Administração de 2004 a 2010.
Atividade principal: Empresa de biotecnologia da indústria sucroenergética.

Grupo NovAmérica e RRB Holding: É Diretor Presidente desde 2009 e Presidente do Conselho de Administração desde 2011.
Atividade principal da empresa: Produção agrícola.

SEMP Toshiba S.A.: Foi Conselheiro Consultivo da Assembleia Geral Ordinária de 2006 até 2010.
Atividade principal da empresa: Indústria Eletrônica.

Cosan S.A. Indústria e Comércio: Foi Membro do Conselho de Administração de 2009 a 2019.
Atividade principal da empresa: Infraestrutura e energia.

Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS): Foi Conselheiro Administrativo de dezembro de 2009 até 2010.
Atividade principal: Organização social qualificada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para pesquisa científica.

Banco InterCap S.A.: Foi Presidente do Conselho de Administração de 2010 a 2013.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Ceres Sementes do Brasil Ltda: Membro do Conselho Consultivo desde novembro de 2013. Atividade principal da empresa: Produção de Sementes.

Sociedade Rural Brasileira (SRB): membro suplente desde 2014.
Atividade principal: associação de produtores rurais que trabalha na representação política em defesa do setor agropecuário para o desenvolvimento do Brasil.

Banco Indusval S.A.: membro do Conselho de Administração desde novembro de 2013.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Em relação aos cargos ocupados nos últimos 5 anos, à exceção do Banco Indusval S.A., nenhuma dessas empresas integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por outro acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduação incompleta na Escola de Administração de Empresas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo
- Especialização em Project Japanese Model of Business Administration pela Ohio University, nos USA
- Especialização em Administração Avançada para Executivos pela University of Southern California, nos USA

INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE EM OUTRAS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Banco Indusval S.A. - Membro do Conselho de Administração
Grupo NovAmérica e RRB Holding - Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração
Ceres Sementes do Brasil Ltda - Membro do Conselho Consultivo
Sociedade Rural Brasileira (SRB) - Membro Suplente

DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS

- Qualquer condenação criminal: não
- Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não

iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não

DECLARAÇÃO QUANTO A SER OU NÃO CONSIDERADO PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE

Não é Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da legislação vigente.

É MEMBRO INDEPENDENTE? QUAL CRITÉRIO?

Não, pois é acionista controlador da Companhia

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - 768.643.671-34

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: de 1998 a 2001, foi Assessor na Secretaria de Tecnologia Industrial.

União Educacional de Brasília (UNEB): de 2001 a 2002, foi Professor de Economia Internacional e Introdução à Economia no Departamento de Economia.

Atividade principal da empresa: Instituição de ensino.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior: de 2001 a 2006, foi Supervisor de Programas na Secretaria de Tecnologia Industrial (DAS 101.2).

Ministério da Economia (atual denominação do Ministério da Fazenda); de jan/2006 até 2007, foi Assessor da Secretaria de Política Econômica (DAS 102.4) do Ministério.

Ministério da Economia (atual denominação do Ministério da Fazenda); de jan/2007 até 2008, foi Coordenador Geral de Análise Setorial (DAS 101.4) do Ministério.

Ministério da Economia (atual denominação do Ministério da Fazenda); de jan/2008 até 2010, foi Secretário Adjunto da Secretaria de Política Econômica (DAS 101.5) do Ministério.

Ministério da Economia (atual denominação do Ministério da Fazenda); de jan/2013 até 2014, foi Secretário-Executivo Interino (NE) do Ministério.

Ministério da Economia (atual denominação do Ministério da Fazenda); de jan/2011 até dez/2014, foi Secretário-Executivo Adjunto (DAS 1016) do Ministério.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; de jan/2015 até dez/2015, foi Secretário-Executivo do Ministério.

Ministério da Economia (atual denominação do Ministério da Fazenda); de dez/2012 até mai/2015, foi Secretário-Executivo do Ministério.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; de mai/2016 até mar/2017, foi Ministro de Estado Interino e Secretário-Executivo do Ministério.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; de mar/2017 até abr/2018, foi Ministro de Estado.

Banco Nacional de Desenvolvimento, Econômico e Social (BNDES); de abr/2018 até jan/2019, foi Presidente do BNDES.

Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos (ANEA): desde julho de 2018, é o Presidente.

Atividade principal: Instituição sem fins lucrativos que trabalha em prol do desenvolvimento do setor aeroportuário brasileiro.

Em relação aos cargos ocupados nos últimos 5 anos, nenhuma dessas empresas integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Formado em Ciência Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB), em 1996

- Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em 1998

- Mestre em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB), em 2003

- Especialista em Comércio Exterior, Negociações Internacionais e Câmbio pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Brasília, em 2006

INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE EM OUTRAS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Banco Indusval S.A. – Membro do Conselho de Administração
Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos (ANEA) - Presidente

DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS

- i. Qualquer condenação criminal: não
- ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não
- iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não

DECLARAÇÃO QUANTO A SER OU NÃO CONSIDERADO PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE

É Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da legislação vigente.

É MEMBRO INDEPENDENTE? QUAL CRITÉRIO?

Sim, pois não ocupa outro cargo na Companhia.

RICARDO FAJNZYLBER - 022.770.928-43

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil: de 1985 até 1987, foi Executivo de Leasing.
Atividade principal da empresa: Sociedade de arrendamento mercantil.

Tokyo Leasing do Brasil S.A.: de 1987 até 1988, foi Executivo Sênior de Leasing Local e Internacional.
Atividade principal da empresa: Sociedade de arrendamento mercantil.

Citibank N.A.: durante o período de 1988 até 1994, ocupou o cargo de Resident Vice President.
Atividade principal da empresa: Instituição financeira.

Banco BBA Creditanstalt S.A.: de 1995 até 1996, foi Senior Relationship Manager - Corporate Banking e, durante o período de 1997 até 2001, foi Sócio Executivo, tendo sido responsável pela Diretoria de Produtos.
Atividade principal da empresa: Instituição financeira.

Banco Santander Brasil S.A.: de 2001 até 2007, foi Diretor Estatutário do Santander Banespa S.A., Santander Capitalização S.A. e Santander Seguros S.A., e Diretor da ANAPP – Associação Nacional da Previdência Privada.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Fram Capital Participações S.A.: de 2007 até 2011, foi Sócio Diretor; Diretor Estatutário da Fram Capital DTVM S.A.; e Membro do Sub-Comitê de Produtos Previdenciários da ANBIMA.
Atividade principal da empresa: Gestora de recursos.

Banco Indusval S.A.: No segundo semestre de 2011, foi Superintendente Executivo, responsável pela área de grandes empresas.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Banco Votorantim S.A.: de 2012 até 2020, foi Diretor Estatutário. De 2012 até 2013, foi Diretor do segmento de Middle Market; de 2013 até 2016, foi Diretor de Concessão de Crédito Atacado e Varejo; e de 2016 até 2020, foi Diretor Executivo, responsável pela Diretoria de Corporate & Investment Banking.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

S4Payments Instituição de Pagamentos Ltda.: desde 2020, é Presidente.
Atividade principal da empresa: Empresa do grupo Superbid Marketplace, pioneiro no setor de leilões online na América Latina.

SBPar Participações S.A.: desde 2020, ocupa o cargo de COO.

Atividade principal da empresa: Holding de instituições não-financeiras.

Em relação aos cargos ocupados nos últimos 5 anos, nenhuma dessas empresas integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Formado em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 1982
- MBA em Finanças pela Ibmecc, em 1994 (incompleto)

INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE EM OUTRAS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Banco Indusval S.A. - Membro do Conselho de Administração
S4Payments Instituição de Pagamentos Ltda. - CEO
SBPar Participações S.A. - COO

DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS

- i. Qualquer condenação criminal: não
- ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não
- iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não

DECLARAÇÃO QUANTO A SER OU NÃO CONSIDERADO PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE

Não é Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da legislação vigente.

É MEMBRO INDEPENDENTE? QUAL CRITÉRIO?

Sim, pois não ocupa outro cargo na Companhia.

FERNANDO FEGYVERES - 148.106.108-96

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Banco BBA Creditanstalt S.A.: Na área de Fusões e Aquisições e Mercado de Capitais, foi Analista de 1995 a 1997 e Associate de 1997 a 1999. Foi Gerente Comercial do segmento de empresas de 1999 a 2002. Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Banco Itaú BBA S.A.: Foi Assessor da Presidência e Vice-Presidência de junho a agosto de 2003 e Gerente Sênior de Relacionamento de maio de 2004 a março de 2005. Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.: Foi Diretor na área comercial para clientes Corporate de abril de 2005 a setembro de 2006. Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Banco Santander S.A.: Foi Diretor Comercial da área de Global Transaction Banking de outubro de 2006 a fevereiro de 2008. Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Banco Itaú BBA S.A.: Foi Gerente de Relacionamento da área de Corporate and Investment Banking, de março de 2008 a fevereiro de 2010, e Superintendente Comercial da área de Corporate and Investment Banking de março de 2010 a abril de 2019. Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Em relação aos cargos ocupados nos últimos 5 anos, à exceção do Banco Indusval S.A., nenhuma dessas empresas integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Formado em Engenharia Mecânica com habilitação em automação e sistemas pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo/SP, em 1995
- MBA com especialização em Finanças pela The Wharton School, University of Pennsylvania - Philadelphia, USA, em 2004
- Programa Master de Liderança e Coaching pela Marcondes Consultoria, concluído em 2019

INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE EM OUTRAS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Banco Indusval S.A. - Membro efetivo do Conselho de Administração e Diretor Geral

Banco Smartbank S.A. - Presidente do Conselho de Administração

BI&P Comércio de Cereais Ltda. - Diretor Presidente

DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS

- i. Qualquer condenação criminal: não
- ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não
- iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não

DECLARAÇÃO QUANTO A SER OU NÃO CONSIDERADO PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE

Não é Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da legislação vigente.

É MEMBRO INDEPENDENTE? QUAL CRITÉRIO?

Não, pois é Diretor Geral do Emissor.

- O Sr. Fernando Fegyveres é Diretor Geral do Banco Indusval S.A. e foi eleito Membro do Conselho de Administração da Companhia na AGE de 23.07.2020.

Sua posse como membro do Conselho de Administração ocorreu em 27.07.2020. Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 12.11.2020, foi conduzido para ocupar o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

ALEXANDRE TEIXEIRA - 127.611.738-80

N/A

CARLOS ANDRÉ HERMESINDO DA SILVA - 178.217.718-30

Processos Administrativos

TERMO DE COMPROMISSO PROCESSO CVM SEI 19957.003262/2015-40

FELIPE MORENO GUIMARÃES - 274.795.068-99

N/A

WALTER IÓRIO - 051.364.908-53

N/A

AFONSO ANTONIO HENNEL - 027.813.102-63

N/A

ROBERTO DE REZENDE BARBOSA - 368.376.798-72

N/A

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA - 768.643.671-34

N/A

RICARDO FAJNZYLBER - 022.770.928-43

N/A

FERNANDO FEGYVERES - 148.106.108-96

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
LUIZ MASAGAO RIBEIRO 525.253.688-00	Comitê de Remuneração	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	18/07/1952 28/05/2019	28/05/2019 5	2 anos 100.00%
PÉRCIO FREIRE RODRIGUES DE SOUZA 574.447.309-20	Comitê de Remuneração	Engenheiro Civil	Membro do Comitê (Efetivo)	16/07/1963 28/05/2019	28/05/2019 0	2 anos 100.00%
ROBERTO DE REZENDE BARBOSA 368.376.798-72	Comitê de Remuneração	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	26/06/1950 28/05/2019	28/05/2019 0	2 anos 100.00%
Presidente do Conselho de Administração (Efetivo) Acionista Controlador do Banco Indusval S.A.						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
LUIZ MASAGAO RIBEIRO - 525.253.688-00						

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Indusval S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores): Iniciou sua carreira em 1971, tendo sido Diretor a partir de 1973 e Presidente a partir de 1988, cargo que ocupou até 2003.

Atividade principal da empresa: Corretora de valores.

Bovespa: Foi Membro do Conselho de Administração nos períodos de 1980 a 1981 e de 1987 a 1992.

Atividade principal da empresa: Bolsa de Valores.

Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F): Atuou como Presidente do Conselho de Administração de 1987 a 1991 e como Membro do Conselho de Administração no período de 1998 a 2003.

Atividade principal da empresa: Bolsa de mercadorias e futuros.

Banco Indusval S.A.: Foi Presidente no período de 1988 a 2003, quando passou a exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Superintendente de 2003 a 2011. Em maio de 2011, assumiu o cargo de Diretor Co-Presidente, ocupando-o até 2019. Foi Membro do Conselho de Administração de 2003 até setembro de 2020.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

BI&P Comércio de Cereais Ltda.: Foi Diretor de 2011 a 2019.

Atividade principal da empresa: Comércio de Cereais (empresa do grupo econômico do Emissor)

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA): Foi Diretor no período de 2009 a 2010 e exerceu o cargo de Presidente do Comitê de Ética desta associação de 2008 até 2012, tendo sido seu Membro até 2018.

Atividade principal da empresa: Entidade representante das instituições do mercado de capitais brasileiro.

Em relação aos cargos ocupados nos últimos 5 anos, à exceção do Banco Indusval S.A. e BI&P Comércio de Cereais Ltda., nenhuma dessas empresas integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por outro acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Formado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1974, onde lecionou de 1975 a 1979, no Departamento de Finanças.

INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE EM OUTRAS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Não há

DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS

i. Qualquer condenação criminal: não

ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não

iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não

DECLARAÇÃO QUANTO A SER OU NÃO CONSIDERADO PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE

Não é Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da legislação vigente.

É MEMBRO INDEPENDENTE? QUAL CRITÉRIO?

Não, pois participou do grupo de controle do Emissor até setembro de 2020.

O distrato ao Acordo de Acionistas está em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil.

PÉRCIO FREIRE RODRIGUES DE SOUZA - 574.447.309-20

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Banco Citibank S.A.: Iniciou sua carreira em 1984 na área corporativa, onde permaneceu até 1992.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Banco BBA Creditanstalt S.A.: Juntou-se ao time em 1992, tornando-se sócio, diretor estatutário e responsável pelas áreas de mercado de capitais, fusões e aquisições e pela corretora da instituição. Permaneceu no banco até 2002.

Atividade principal da empresa: Banco comercial.

Estáter Assessoria Financeira Ltda.: Fundou a empresa em 2002, sendo, desde então, Sócio Fundador e Diretor Presidente.

Atividade principal da empresa: Empresa de consultoria, dedicada a desenvolver, estruturar e negociar transações de compra e venda ou fusões entre grandes grupos empresariais.

GI Investimentos Ltda.: Fundou a empresa em 2008, sendo, desde então, Sócio Fundador e Diretor Presidente.

Atividade principal da empresa: Holding de investimentos com o objetivo de participar e gerir empresas, especialmente em processos de turn around.

Instituto Estáter Sustentabilidade: Eleito Diretor Presidente desde a fundação, em 2010.

Atividade principal: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento de programas e projetos voltados para as áreas assistencial, cultural, educacional, ambiental e esportiva.

Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A.: Foi Presidente do Conselho de Administração de 2011 até 2016.

Atividade principal da empresa: Desenvolve projeto e fabricação de produtos compósitos de alta tecnologia.

Unipar Carbocloro S.A.: Foi Presidente do Conselho de Administração de agosto de 2016 a novembro de 2017.

Atividade principal da empresa: Empresa do segmento químico e petroquímico.

Banco Indusval S.A.: É membro do Comitê Estatutário de Remuneração desde maio de 2019.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Em relação aos cargos ocupados nos últimos 5 anos, à exceção do Banco Indusval S.A., nenhuma dessas empresas integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por outro acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Engenheiro civil, graduado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1985.

INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE EM OUTRAS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Banco Indusval S.A. – Membro do Comitê Estatutário de Remuneração

Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A. – Presidente do Conselho de Administração

Estáter Assessoria Financeira Ltda e GI Investimentos Ltda – Sócio Fundador e Diretor Presidente

Instituto Estáter Sustentabilidade – Diretor Presidente

DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS

i. Qualquer condenação criminal: não

ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não

iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não

DECLARAÇÃO QUANTO A SER OU NÃO CONSIDERADO PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE

Não é Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da legislação vigente.

É MEMBRO INDEPENDENTE? QUAL CRITÉRIO?

Sim, pois não possui qualquer vínculo com a Companhia.

ROBERTO DE REZENDE BARBOSA - 368.376.798-72

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA): Foi Diretor do Conselho Deliberativo e Coordenador do Conselho Sindical, de abril de 1997 até 2019.

Atividade principal: Organização representativa do setor de açúcar e bioetanol.

Sociedade Corretora de Álcool (SCA): Foi Conselheiro de maio de 2000 até 2010.
Atividade principal da empresa: Corretora de etanol.

Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial (IEDI): Foi Conselheiro de outubro de 2001 a 2010.
Atividade principal: Instituto privado de estudos sobre a indústria e o desenvolvimento nacional.

Centro de Tecnologia Canavieira (CTC): Foi Presidente do Conselho de Administração de 2004 a 2010.
Atividade principal: Empresa de biotecnologia da indústria sucroenergética.

Grupo NovAmérica e RRB Holding: É Diretor Presidente desde 2009 e Presidente do Conselho de Administração desde 2011.
Atividade principal da empresa: Produção agrícola.

SEMP Toshiba S.A.: Foi Conselheiro Consultivo da Assembleia Geral Ordinária de 2006 até 2010.
Atividade principal da empresa: Indústria Eletrônica.

Cosan S.A. Indústria e Comércio: Foi Membro do Conselho de Administração de 2009 a 2019.
Atividade principal da empresa: Infraestrutura e energia.

Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS): Foi Conselheiro Administrativo de dezembro de 2009 até 2010.
Atividade principal: Organização social qualificada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para pesquisa científica.

Banco Intercap S.A.: Foi Presidente do Conselho de Administração de 2010 a 2013.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Ceres Sementes do Brasil Ltda: Membro do Conselho Consultivo desde novembro de 2013. Atividade principal da empresa: Produção de Sementes.

Sociedade Rural Brasileira (SRB): membro suplente desde 2014.
Atividade principal: associação de produtores rurais que trabalha na representação política em defesa do setor agropecuário para o desenvolvimento do Brasil.

Banco Indusval S.A.: membro do Conselho de Administração desde novembro de 2013.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Em relação aos cargos ocupados nos últimos 5 anos, à exceção do Banco Indusval S.A., nenhuma dessas empresas integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por outro acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduação incompleta na Escola de Administração de Empresas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo
- Especialização em Project Japanese Model of Business Administration pela Ohio University, nos USA
- Especialização em Administração Avançada para Executivos pela University of Southern California, nos USA

INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE EM OUTRAS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Banco Indusval S.A. - Membro do Conselho de Administração
Grupo NovAmérica e RRB Holding - Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração
Ceres Sementes do Brasil Ltda - Membro do Conselho Consultivo
Sociedade Rural Brasileira (SRB) - Membro Suplente

DESCRIÇÃO DE QUALQUER DOS SEGUINTE EVENTOS QUE TENHAM OCORRIDO DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS

- Qualquer condenação criminal: não
- Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não
- Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: não

DECLARAÇÃO QUANTO A SER OU NÃO CONSIDERADO PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE

Não é Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da legislação vigente.

É MEMBRO INDEPENDENTE? QUAL CRITÉRIO?

Não, pois é acionista controlador da Companhia

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
LUIZ MASAGAO RIBEIRO - 525.253.688-00	
N/A	
PÉRCIO FREIRE RODRIGUES DE SOUZA - 574.447.309-20	
N/A	
ROBERTO DE REZENDE BARBOSA - 368.376.798-72	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações familiares entre controladores e administradores do emissor e de controladas.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JAIR RIBEIRO DA SILVA NETO	022.718.058-56	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração e Diretor Co-Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BI&P Comércio de Cereais Ltda	07.469.081/0001-12		
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
LUIZ MASAGAO RIBEIRO	525.253.688-00	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração e Diretor Co-Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BI&P Comércio de Cereais Ltda	07.469.081/0001-12		
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ANDRE JACINTO MESQUISTA	071.767.968-31	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Vice Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BI&P Comércio de Cereais Ltda	07.469.081/0001-12		
Diretor			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2017			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JAIR RIBEIRO DA SILVA NETO Membro do Conselho de Administração e Diretor Co-Presidente	022.718.058-56	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BI&P Comércio de Cereais Ltda Diretor	07.469.081/0001-12		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
LUIZ MASAGAO RIBEIRO Membro do Conselho de Administração e Diretor Co-Presidente	525.253.688-00	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BI&P Comércio de Cereais Ltda Diretor	07.469.081/0001-12		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ANDRE JACINTO MESQUISTA Diretor Vice-Presidente	071.767.968-31	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BI&P Comércio de Cereais Ltda Diretor	07.469.081/0001-12		
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Em novembro de 2019, o Emissor contratou Seguro de Responsabilidade Civil Geral de Administradores que vigorará até novembro de 2020, tendo como limite máximo de garantia para cobertura de responsabilidade civil de administradores no valor de até R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). A cobertura securitária garante o pagamento decorrente de perdas e danos impostos aos administradores por conta de reclamações provenientes única e exclusivamente de sua condição de administrador do Emissor.

Para fins de cobertura, serão consideradas “reclamação ou reclamações” quaisquer processos administrativos, arbitrais ou judiciais de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível, criminal, consumerista, concorrencial, ambiental ou de qualquer outra natureza, inclusive aqueles processos que visam responsabilizar o administrador por ato ou omissão inerente ao seu cargo.

12.12 - Outras informações relevantes**12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Com relação às Assembleias Gerais de Acionistas do Emissor realizadas nos últimos três anos:

Assembleias Realizadas em 2017	
Assembleia Geral	Ordinária
Data de realização	27/04/2017
Quórum de instalação	85,96% ON
Primeira Convocação?	Sim

Assembleias Realizadas em 2018		
Assembleia Geral	Ordinária	Extraordinária
Data de realização	27/04/2018	17/09/2018
Quórum de instalação	86,09% ON	82,58% ON
Primeira Convocação?	Sim	Sim

Assembleias Realizadas em 2019				
Assembleia Geral	Extraordinária	Ordinária	Extraordinária	Extraordinária
Data de realização	27/03/2019	20/05/2019	30/05/2019	24/09/2019
Quórum de instalação	80,00% ON	85,47% ON	82,89% ON	80,00% ON
Primeira Convocação?	Sim	Sim	Sim	Sim

Assembleias Realizadas em 2020			
Assembleia Geral	Extraordinária	Extraordinária	Ordinária
Data de realização	13/07/2020	23/07/2020	30/07/2020
Quórum de instalação	85,80% ON e 23,35% das ações em circulação	74,66% ON	74,66% ON
Primeira Convocação?	Sim	Sim	Sim

Assembleia Geral	Extraordinária	Extraordinária	Extraordinária
Data de realização	14/08/2020	23/09/2020	15/12/2020
Quórum de instalação	74,9% ON e 4,3% PN	74,4% ON	73,3% ON
Primeira Convocação?	Sim	Sim	Sim

Assembleias Realizadas em 2021 até a elaboração deste documento	
Assembleia Geral	Extraordinária
Data de realização	14/01/2021
Quórum de instalação	100%
Primeira Convocação?	Sim

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As práticas de remuneração adotadas pelo Banco Indusval S.A. para seus Administradores têm por objetivo reconhecer os serviços prestados por esses profissionais, visando à satisfação dos clientes, expansão dos negócios e desenvolvimento de valor de longo prazo para os acionistas.

De acordo com a Lei 6.404/76 e com o Estatuto Social do Banco Indusval S.A., é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas fixar anualmente o montante global de remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, bem como fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado. Cabe ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos seus membros e dos membros da Diretoria Executiva, respeitado o montante global aprovado em Assembleia Geral.

Exceto quando disposto diversamente, os membros dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração são remunerados por suas funções em órgãos ou áreas executivas nas quais atuam, sendo que não recebem remuneração específica por conta da participação nos respectivos comitês.

Nos termos da Resolução nº 3.921/2010 do Conselho Monetário Nacional, foi constituído o Comitê de Remuneração que tem a finalidade de orientar o Conselho de Administração com relação à remuneração executiva. O Comitê de Remuneração periodicamente revisa a remuneração total a ser paga ou providenciada a Executivos. Ao estabelecer essa remuneração, o Comitê utilizará, quando apropriado, dados comparativos relativos às práticas de remuneração dos executivos no mercado e seu desempenho e resultados no Banco. O Comitê utiliza estruturas de remuneração flexíveis para atrair, reter, motivar e compensar de modo apropriado os executivos, utilizando métodos coerentes com a filosofia de remuneração executiva da empresa.

De acordo com a Resolução nº 3.921/2010, a remuneração variável deverá ser compatível com as políticas de gestão de risco e resultados da Companhia, sendo certo que no mínimo 50% da remuneração variável deverá ser paga em ações ou instrumentos baseados em ações e, no mínimo, 40% deverá ser diferida para pagamento em, no mínimo, 3 (três) anos, sendo que esta parcela diferida estará sujeita à reversão proporcional à redução do resultado da Companhia.

O emissor não possui prática ou política de remuneração para os seguintes elementos previstos no item 13.2 do anexo 24 da ICVM 480/09: (i) remuneração variável por participação em reuniões, (ii) comissões, (iii) benefícios pós-emprego, e (iv) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

A Política de Remuneração vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2018.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta por honorário mensal (pró-labore) e a remuneração dos membros da Diretoria Executiva é composta por honorário mensal (pró-labore), honorários por participação em comitês, remuneração variável e benefícios. A composição desta remuneração tem por objetivo retribuir a contribuição pela atuação de cada membro no desenvolvimento dos negócios organizacionais sob sua responsabilidade.

O Conselho de Administração avalia as recomendações do Comitê de Remuneração e define o valor do honorário mensal de cada componente, bem como o valor a ser pago a título de honorário especial por participação em comitês estratégicos do Banco Indusval S.A. e a participação de cada Diretor Executivo no programa de opção de compra de ações.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Os honorários mensais e honorários por participação em comitês são baseados na assiduidade, contribuição estratégica, foco no negócio, gestão da equipe e desempenho do administrador, considerando também os efeitos inflacionários sobre os honorários e a situação mercadológica.

Os benefícios são compatíveis com as práticas de mercado e são compostos por assistência médica e odontológica, seguro de vida, vale refeição, vale alimentação e plano de previdência privada.

Os honorários por participação em comitês são compostos pela participação dos Diretores Executivos nos seguintes Comitês:

Apoio ao Conselho de Administração	Periodicidade	Objetivo
Comitê de Remuneração	Mínima Semestral	Examinar periodicamente a remuneração executiva. O Comitê de Remuneração é composto pelos Srs. Roberto de Rezende Barbosa, Percio de Souza e Luiz Masagão Ribeiro
Apoio à Diretoria Executiva	Periodicidade	Objetivo
Comitê de Crédito e reestruturação	Semanal	Deliberar as propostas formuladas pela área comercial: novos limites para clientes prospectivos, revisão de limites ou apreciação de operações específicas dos clientes atuais.
Comitê de Caixa para Gerenciamento de Ativos e Passivos	Semanal	Controlar a liquidez, analisar projeções de fluxo de caixa, meios de captação, operações e limites operacionais e aprovar limites de crédito interbancários.
Comitê de Tecnologia e Projetos	Mensal	Deliberar acerca da execução da programação dos investimentos em tecnologia, fixando metas, prioridades e estabelecendo estratégias de implementação; ser o fórum norteador e decisório para o estabelecimento de políticas e procedimentos relacionados aos assuntos de Desenvolvimento Tecnológico, Investimentos em Infraestrutura e Segurança da Informação e Acompanhamento de Projetos
Comitê de Produtos	Mensal	Avaliar e deliberar sobre questões relacionadas aos produtos ofertados pelo Banco (políticas, normas, processos e outras) e deliberar sobre a implantação de novos produtos ou alteração dos produtos já existentes.
Comitê de Auditoria Interna	Mensal	Acompanhar as práticas contábeis adotadas e avaliar a efetividade dos controles internos
Comitê de <i>Compliance</i>	Mensal	Estabelecer políticas e regras operacionais estratégicas para difusão da cultura de controles internos com objetivo de mitigação de riscos e adequação às normas legais. Subordinado a este comitê, o subcomitê de Ética reúne-se ordinariamente a cada semestre, ou em convocação extraordinária sempre que necessário.
Comitê de Recursos Humanos	Mensal	Destinado às discussões de estratégia da área, bem como questões salariais, de desenvolvimento humano e clima organizacional.
Comitê de Estratégia	Mensal	Novas frentes, planejamento de ações, definição do foco da liderança e times. Decisão sobre Novos Negócios e Projetos a serem propostos aos acionistas. Estratégias de execução do Plano de Negócios.

ii. com relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Em 2017, a Remuneração Fixa correspondeu a 100% do valor total destinado aos Conselheiros do Conselho de Administração do Emissor e a 100% do valor total destinado aos membros da Diretoria Executiva do Emissor, conforme abaixo distribuídos.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Percentual na remuneração total	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Nº de membros	7	5	n.a
Remuneração Fixa	100,0%	100,0%	n/a
Pró-Labore ou Salário	74,8%	75,8%	n/a
Benefícios diretos e indiretos	8,4%	7,1%	n/a
Participação em Comitês	0,0%	0,0%	n/a
Outros (Honorários Especiais)	16,8%	17,1%	n/a
Remuneração Variável	0,0%	0,0%	n/a
Outros Benefícios/Remunerações	0,0%	0,0%	n/a

Em 2018, a Remuneração Fixa correspondeu a 100% do valor total destinado aos Conselheiros do Conselho de Administração do Emissor e a 100% do valor total destinado aos membros da Diretoria Executiva do Emissor, conforme abaixo distribuídos.

Percentual na remuneração total	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Nº de membros	7	5	n.a
Remuneração Fixa	100,0%	100,0%	n/a
Pró-Labore ou Salário	74,7%	74,0%	n/a
Benefícios diretos e indiretos	8,5%	8,8%	n/a
Participação em Comitês	0,0%	0,0%	n/a
Outros (Honorários Especiais)	16,8%	16,7%	n/a
Remuneração Variável	0,0%	0,0%	n/a
Outros Benefícios/Remunerações	0,0%	0,0%	n/a

Em 2019, a Remuneração Fixa correspondeu a 100% do valor total destinado aos Conselheiros do Conselho de Administração do Emissor e a 100% do valor total destinado aos membros da Diretoria Executiva do Emissor, conforme abaixo distribuídos.

Percentual na remuneração total	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Nº de membros	6,4	4,4	n.a
Remuneração Fixa	100,0%	100,0%	n/a
Pró-Labore ou Salário	60,5%	85,7%	n/a
Benefícios diretos e indiretos	25,1%	6,5%	n/a
Participação em Comitês	0,0%	0,0%	n/a
Outros (Honorários Especiais)	14,4%	7,8%	n/a
Remuneração Variável	0,0%	0,0%	n/a
Outros Benefícios/Remunerações	0,0%	0,0%	n/a

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Remuneração Fixa

A remuneração fixa é composta por Pro Labore, Honorários por participação em Comitês e Benefícios, sendo acordada com os administradores quando do seu ingresso no Emissor e revista anualmente, para ajuste de acordo com indicadores econômico-financeiros e com as práticas de mercado.

Os valores de Pro Labore da diretoria estatutária sofrem o reajuste da categoria dos bancários como o de todos os colaboradores do Banco, assim como eventuais benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, quando aplicáveis.

O Emissor participa anualmente de pesquisas mercadológicas junto a consultorias renomadas e considera o

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

resultado como fator comparativo e passível de definição para as práticas adotadas pela Companhia.

Remuneração Variável

A remuneração variável é a parcela da remuneração que decorre dos resultados da Companhia e leva em consideração a política de gestão de riscos da instituição, o resultado global da instituição, o fluxo de caixa da instituição, padrões de mercado e tendências, a adequação de seu capital e sua liquidez, a avaliação anual do administrador, bem como as estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo Emissor.

O pagamento da remuneração variável é efetuado 50% em espécie e 50% em instrumentos baseados em ações ou outros ativos.

A remuneração variável leva em conta fatores essenciais para sua percepção, tais como:

- resultado da Companhia;
- desempenho da unidade de negócios;
- desempenho individual do administrador.

Plano de Benefícios

É compatível às práticas de mercado. O Emissor participa periodicamente de pesquisas mercadológicas junto a consultorias renomadas e considera o resultado como fator comparativo e passível de definição para as práticas adotadas pela Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

O Emissor mantém em seu quadro profissionais qualificados para a função, com relevante experiência no mercado local. Nesse sentido, a remuneração dos membros destes órgãos visa acompanhar o que é praticado no mercado a fim de garantir o melhor andamento desta Instituição.

A parcela de Remuneração Fixa, que engloba em determinados casos benefícios, refere-se ao grau de responsabilidade da função e da experiência do ocupante da posição.

A parcela de Remuneração Variável refere-se ao grau de desempenho das atividades a cada período, e o reconhecimento pela contribuição para os objetivos do Emissor no curto e médio prazo.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Durante todo o exercício de 2019, tivemos apenas 2 membros do conselho de Administração remunerados. Demais membros renunciaram ao recebimento.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Em relação a remuneração fixa é levada em conta a competência de cada administrador nos seus papéis dentro da organização, como contribuição com os valores e cultura da organização, na liderança e gestão de pessoas, contribuições e participações nos Comitês.

Os indicadores de desempenho para o pagamento de remuneração variável estão baseados, de modo geral, no resultado apresentado pelo emissor ao longo de cada semestre e, de modo específico, de acordo com o desempenho individual e desempenho da área de atuação de cada membro da administração, tomando-se como base o resultado da venda de produtos e serviços por cada área de atuação, bem como o lucro contábil, rentabilidade sobre o patrimônio e índices de eficiência.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é estruturada de modo simplificado, sendo o Comitê de Remuneração responsável pela avaliação dos indicadores de desempenho, revisando periodicamente o desempenho de cada membro da Diretoria Executiva concomitantemente com o resultado geral do Banco Indusval S.A, o desempenho da área de atuação e o desempenho individual.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O alinhamento aos interesses de curto e médio prazo se dá pela adoção de remuneração baseada em práticas de mercado, propiciando a atração e retenção de profissionais qualificados para a implementação e a operacionalização das estratégias de negócios para estes períodos.

Considerando que a remuneração variável dos administradores acaba sendo impactada pelo resultado do Emissor, inclusive pelos riscos assumidos por este, a prática de remuneração variável faz com que os interesses dos administradores fiquem alinhados aos interesses do emissor a longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração de todos os Administradores é suportada diretamente pelo Banco Indusval S.A, não havendo a existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

ii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Nos termos da Resolução CMN nº 3.921/2010, foi constituído o Comitê de Remuneração, que tem a finalidade de orientar o Conselho de Administração com relação à remuneração executiva.

O Comitê de Remuneração periodicamente revisa a remuneração total a ser paga ou providenciada a Executivos. Ao estabelecer essa remuneração, o Comitê utilizará, quando apropriado, dados comparativos relativos às práticas de remuneração dos executivos no mercado e seu desempenho e resultados no Banco. O Comitê utiliza estruturas de remuneração flexíveis para atrair, reter, motivar e compensar de modo apropriado os executivos, utilizando métodos coerentes com a filosofia de remuneração executiva da empresa.

A Política de Remuneração é revisada anualmente e sua última revisão ocorreu em agosto de 2018.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00		11,00
Nº de membros remunerados	1,00	5,00		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	160.000,00	12.340.000,00		12.500.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	160.000,00	12.340.000,00		12.500.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,40	4,40		10,80
Nº de membros remunerados	1,40	4,40		5,80
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	641.355,41	9.620.136,70		10.261.492,11
Benefícios direto e indireto	266.360,66	729.519,01		995.879,67
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	152.214,53	870.335,94		1.022.550,47

Descrição de outras remunerações fixas	O valor descrito em Outros para o Conselho de Administração e a Diretoria refere-se à contribuição para o INSS paga pelo empregador.	O valor descrito em Outros para o Conselho de Administração e a Diretoria refere-se à contribuição para o INSS paga pelo empregador.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O Emissor não obteve resultado positivo nos últimos anos. Por este motivo, não distribuiu remuneração variável.	O Emissor não obteve resultado positivo nos últimos anos. Por este motivo, não distribuiu remuneração variável.		
Total da remuneração	1.059.930,60	11.219.991,65		12.279.922,25

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	2,00	5,00	0,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.086.000,00	3.966.000,00	0,00	5.052.000,00
Benefícios direto e indireto	124.000,00	471.000,00	0,00	595.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	244.286,45	892.330,70	0,00	1.136.617,15
Descrição de outras remunerações fixas	O valor descrito em Outros refere-se à contribuição para o INSS paga pelo empregador.	O valor descrito em Outros refere-se à contribuição para o INSS paga pelo empregador.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O Emissor não obteve resultado positivo nos últimos anos. Por este motivo, não distribuiu remuneração variável.	O Emissor não obteve resultado positivo nos últimos anos. Por este motivo, não distribuiu remuneração variável.		
Total da remuneração	1.454.286,45	5.329.330,70	0,00	6.783.617,15

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	2,00	5,00	0,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.244.000,00	4.483.000,00	0,00	5.727.000,00
Benefícios direto e indireto	139.000,00	425.000,00	0,00	564.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	280.000,00	1.009.000,00	0,00	1.289.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor descrito em Outros refere-se à contribuição para o INSS paga pelo empregador.	O valor descrito em Outros refere-se à contribuição para o INSS paga pelo empregador.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	O Emissor não obteve resultado positivo nos últimos anos. Por este motivo, não distribuiu remuneração variável.	O Emissor não obteve resultado positivo nos últimos anos. Por este motivo, não distribuiu remuneração variável.		
Total da remuneração	1.663.000,00	5.917.000,00	0,00	7.580.000,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3. Em relação à remuneração variável dos últimos 3 exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, informamos:

EXERCÍCIO 2017

Não houve pagamento de remuneração variável no exercício de 2017.

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	5	n.a	12
Nº de membros remunerados	2	5	n.a	7
Em relação ao bônus				
valor mínimo previsto	-	-	n/a	-
valor máximo previsto	-	-	n/a	-
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atendidas	-	-	n/a	-
valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	-	-	n/a	-
Em relação à participação no resultado				
valor mínimo previsto	-	-	n/a	-
valor máximo previsto	-	-	n/a	-
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atendidas	-	-	n/a	-
valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	-	-	n/a	-

EXERCÍCIO 2018

Não houve pagamento de remuneração variável no exercício de 2018.

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	5	n.a	12
Nº de membros remunerados	2	5	n.a	7
Em relação ao bônus				
valor mínimo previsto	-	-	n/a	-
valor máximo previsto	-	-	n/a	-
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atendidas	-	-	n/a	-
valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	-	-	n/a	-
Em relação à participação no resultado				
valor mínimo previsto	-	-	n/a	-
valor máximo previsto	-	-	n/a	-
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atendidas	-	-	n/a	-
valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	-	-	n/a	-

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

EXERCÍCIO 2019

Não houve pagamento de remuneração variável no exercício de 2019.

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,4	4,4	n.a	10,8
Nº de membros remunerados	1,4	4,4	n.a	5,8
Em relação ao bônus				
valor mínimo previsto	-	-	n/a	-
valor máximo previsto	-	-	n/a	-
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atendidas	-	-	n/a	-
valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	-	-	n/a	-
Em relação à participação no resultado				
valor mínimo previsto	-	-	n/a	-
valor máximo previsto	-	-	n/a	-
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atendidas	-	-	n/a	-
valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	-	-	n/a	-

PREVISÃO PARA 2020

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	5	n.a	11
Nº de membros remunerados	1	5	n.a	6
Em relação ao bônus				
valor mínimo previsto	-	-	n/a	-
valor máximo previsto	-	-	n/a	-
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atendidas	-	-	n/a	-
valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	-	-	n/a	-
Em relação à participação no resultado				
valor mínimo previsto	-	-	n/a	-
valor máximo previsto	-	-	n/a	-
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atendidas	-	-	n/a	-
valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	-	-	n/a	-

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais**
- b. principais objetivos do plano**
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos**
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor**
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**
- f. número máximo de ações abrangidas**
- g. número máximo de opções a serem outorgadas**
- h. condições de aquisição de ações**
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**
- j. critérios para fixação do prazo de exercício**
- k. forma de liquidação**
- l. restrições à transferência das ações**
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Não há plano de remuneração baseado em ações vigente, tampouco, outorga de remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações: i. data de outorga, ii. quantidade de opções outorgadas, iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis, iv. prazo máximo para exercício das opções, v. prazo de restrição à transferência das ações, vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: em aberto no início do exercício social, perdidas durante o exercício social, exercidas durante o exercício social e expiradas durante o exercício social

e. valor justo das opções na data de cada outorga

f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não há plano de remuneração baseado em ações vigente, tampouco, outorga de remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.6 - Opções em Aberto

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. em relação às opções ainda não exercíveis: i. quantidade, ii. data em que se tornarão exercíveis, iii. prazo máximo para exercício das opções, iv. prazo de restrição à transferência das ações, v. preço médio ponderado de exercício, vi. valor justo das opções no último dia do exercício social

e. em relação às opções exercíveis: i. quantidade, ii. prazo máximo para exercício das opções, iii. prazo de restrição à transferência das ações, iv. preço médio ponderado de exercício, v. valor justo das opções no último dia do exercício social, vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não há plano de remuneração baseado em ações vigente, tampouco, outorga de remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

EXERCÍCIO 2017

Não houve exercício de opções no exercício social de 2017.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7	5
Nº de membros remunerados	2	5
Opções exercidas	-	-
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Diferença entre valor de exercício e valor de mercado das ações relativas à opções exercidas	-	-
Ações entregues		
Número de ações entregues	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Diferença entre valor de aquisição e valor de mercado das ações relativas à opções adquiridas	-	-

EXERCÍCIO 2018

Não houve exercício de opções no exercício social de 2018.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7	5
Nº de membros remunerados	2	5
Opções exercidas	-	-
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Diferença entre valor de exercício e valor de mercado das ações relativas à opções exercidas	-	-
Ações entregues		
Número de ações entregues	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Diferença entre valor de aquisição e valor de mercado das ações relativas à opções adquiridas	-	-

EXERCÍCIO 2019

Não houve exercício de opções no exercício social de 2019.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	6,4	4,4
Nº de membros remunerados	1,4	4,4
Opções exercidas	-	-
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Diferença entre valor de exercício e valor de mercado das ações relativas à opções exercidas	-	-
Ações entregues		
Número de ações entregues	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Diferença entre valor de aquisição e valor de mercado das ações relativas à opções adquiridas	-	-

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

d. forma de determinação da volatilidade esperada

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há plano de remuneração baseado em ações vigente.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Participação Acionária em 31.12.2019

Órgão	Ações						Total de Opções de Compra Outorgadas
	ON	%	PN	%	TOTAL	%	
Acionistas Controladores	74.300.840	89,5%	1.607.586	42,9%	75.908.426	87,5%	-
Conselho de Administração	-	0,0%	10	0,0%	10	0,0%	-
Diretoria	3.064	0,0%	541	0,0%	3.605	0,0%	-
Total de ações emitidas	83.049.425	100,0%	3.749.410	100,0%	86.798.835	100,0%	-

Vale destacar que há membros do Conselho de Administração que participam do Grupo de Controle. Suas participações acionárias estão apresentadas junto com o Grupo de Controle, na linha Acionistas Controladores.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Em 2008, o Banco Indusval S.A. contratou um Plano de Previdência Complementar para seus dirigentes e empregados junto a MAPFRE Seguros, migrando posteriormente para Bradesco Vida e Previdência.

As informações encontram-se na tabela a seguir:

Órgão	Número de Membros	Nome do Plano	Qtde de Adm. em Condições de Aposentadoria	Valor atualizado das Contribuições acumuladas até 31.12.2018	Valor atualizado das Contribuições no Exercício de 2019
Conselho de Administração	6	N/A	n/a	-	-
Diretoria	4,66	Plano Gerador de Benefício Livre e Vida Gerador de Benefício Livre	0	R\$ 834 mil	R\$ 97 mil

Durante o período de diferimento e após o cumprimento do prazo de carência de 60 (sessenta) dias a contar da data de adesão, ou de acordo com a legislação vigente, o que for maior, o Administrador poderá solicitar o resgate da provisão matemática de benefícios a conceder constituída pelas contas básica e adicional participante. Os resgates deverão cumprir o intervalo mínimo de 60 dias entre uma solicitação e outra. Para efeitos desse Plano de Previdência o período de diferimento refere-se ao período entre a data de início de vigência da cobertura por sobrevivência, e a data contratada para o início de pagamento do benefício.

Quanto às contribuições efetuadas pelo beneficiário, é possível que se faça resgates antecipados parciais ou totais, desde que respeitada a carência de 60 dias mencionada acima, o que permite a administração dos recursos pelo beneficiário. Contudo, com relação aos recursos correspondentes a cada uma das contribuições feitas pelo Banco Indusval S.A., que constituem a provisão matemática de benefícios a conceder das contas básica e extraordinária, somente poderão ser resgatados após 1 ano civil completo, contado a partir do 1º dia útil do mês de janeiro do ano subsequente ao da contribuição, de acordo com a legislação vigente.

Para usufruir do benefício de aposentadoria concedido por meio do plano de previdência privada do Banco Indusval S.A., é necessário o preenchimento das seguintes condições:

- possuir idade mínima de 65 anos completos;
- possuir, no mínimo, 5 anos de tempo de plano; e
- deve haver o encerramento do vínculo empregatício com o Banco Indusval S.A.

Não há possibilidade de aposentadoria antecipada, ou seja, que não cumpra com os requisitos acima elencados.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	4,40	5,00	5,00	6,40	7,00	7,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	4,40	5,00	5,00	1,40	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	6.434.643,41	1.195.452,00	1.390.700,00	470.420,59	1.296.759,45	1.505.500,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	56.187,62	579.000,00	519.000,00	129.000,00	157.527,00	157.527,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	2.540.375,47	1.065.866,14	1.183.400,00	748.186,31	727.143,23	831.500,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	Para o cálculo da maior e menor remuneração, não houve membros com 12 meses de mandato no exercício. Para a maior remuneração, foi considerado membro com 6 meses de mandato. Para a menor remuneração, foi considerado membro com 1 mês de mandato no exercício social. Para o cálculo da remuneração média, foram considerados todos os membros, independentemente dos meses de mandato no exercício.

Conselho de Administração	
31/12/2019	Para o cálculo da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros remunerados com 12 meses de mandato. Para o cálculo da remuneração média, foram considerados todos os membros, independentemente dos meses de mandato no exercício.
31/12/2018	Apenas dois membros são remunerados; os demais membros renunciaram à remuneração referente ao exercício de suas atividades no Conselho de Administração.
31/12/2017	Apenas dois membros são remunerados; os demais membros renunciaram à remuneração referente ao exercício de suas atividades no Conselho de Administração.

Conselho Fiscal	
31/12/2019	Conselho fiscal não instalado na AGO de 2019.
31/12/2018	Conselho fiscal não instalado na AGO de 2018.
31/12/2017	Conselho fiscal não instalado na AGO de 2017.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos, nos termos da Deliberação CVM nº 642/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1).

A esse respeito, vale esclarecer os membros do Conselho de Administração e da Diretoria que não são independentes são os próprios controladores da Companhia.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos últimos três exercícios sociais não houve prestação de serviços não relacionados à função de Administrador.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal do Banco que tenha sido reconhecido no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do Banco Indusval S.A.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Com relação ao item 13.2, os valores demonstrados na nota explicativa relativos à remuneração constantes das Demonstrações Financeiras do Emissor englobam valores pagos não somente aos membros dos órgãos estatutários, como também a pessoas chaves da administração não integrantes de órgãos estatutários. Esclarecemos que os valores da remuneração total do exercício de 2018, constantes nas Demonstrações Financeiras (DFs) de 2018, consideraram apenas o que foi efetivamente pago aos administradores, não incluindo os valores referentes às contribuições de INSS empregador, que foram devidamente contabilizados à época. Nesse sentido, no item 13.2 acrescentamos ao valor descrito nas DFs de 2018 o montante de R\$1.136.617,15 referente às contribuições de INSS empregador. O mesmo procedimento ocorreu para o ano de 2019.

Com relação ao item 13.3, a Companhia optou por não inserir qualquer valor neste campo, seja por mera estimativa ou valores comprovados, tendo em vista os atuais resultados apresentados e que qualquer valor pago nesse sentido será decidido pela alta administração após o encerramento do exercício.

A Companhia revisou, em conformidade com as orientações da CVM, todo o item 13, realizando, nesse sentido, ajustes pontuais em relação aos valores totais da remuneração total dos administradores nos anos de 2017 e 2018, passando a vigorar o que consta neste documento, conforme informado no último formulário de referência 2019 reapresentado.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

ANO 2017	Banco	Corretora	BI&P Comércio de Cereais	Total
Matriz- São Paulo	173	141	-	314
Belo Horizonte	3	12	-	15
Campinas	3	-	-	3
Cuiabá	4	-	-	4
Curitiba	1	14	-	15
Franca	-	-	1	1
Rio de Janeiro	3	23	-	26
Varginha	-	-	1	1
TOTAL	187	190	2	379

ANO 2018	Banco	Corretora	BI&P Comércio de Cereais	Banco Intercep	SB Pagamentos	Total
Matriz- São Paulo	147	181	1	2	45	328
Belo Horizonte	1	10	-	-	-	11
Campinas	3	-	-	-	-	3
Cuiabá	4	-	-	-	-	4
Curitiba	-	12	-	-	-	12
Franca	-	-	1	-	-	-
Rio de Janeiro	1	22	-	-	-	23
Varginha	-	-	1	-	-	-
TOTAL	156	225	3	2	45	431

ANO 2019	Banco	BI&P Comércio de Cereais	SB Pagamentos	Banco SmartBank	Total
Matriz- São Paulo	145	1	67	38	251
Belo Horizonte	3	-	-	-	3
Campinas	3	-	-	-	3
Cuiabá	1	-	-	-	1
Franca	-	1	-	-	1
Varginha	-	1	-	-	1
TOTAL	152	3	67	38	260

Quantidade de Funcionários	2017	2018	2019
Negócios	203	247	124
Suporte e Controle	176	184	136
Total	379	431	260

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Quantidade de Terceirizados	2017	2018	2019
Manutenção / Limpeza / Portarias/ Recepção	13	13	8
Expedição	4	4	1
Suporte TI	7	5	2
Segurança Armada	-	-	-
Impressoras	-	-	-
Motoboys	3	2	1
Digitalização e Arquivo	-	-	-
TOTAL	27	24	12

c. Índice de rotatividade

Ano	Qtde de Funcionários	Admitidos	Demitidos	Turnover
2017	379	119	91	25%
2018	431	193	137	34%
2019	260	162	76	22%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1

Em 2019, foi concluída a alienação total da participação do Emissor na Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores, que, por sua vez, contemplou a transferência integral dos funcionários que atuavam nesta operação.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. Política de salários e remuneração variável

Política de remuneração variável - Programa de Participação nos Lucros e Resultados

Os funcionários do Banco Indusval S.A. recebem remuneração fixa e variável. A política de remuneração é estabelecida de acordo com as práticas de mercado, sendo que a remuneração variável está atrelada ao alcance de metas pré-estabelecidas e aprovadas no início de cada exercício, integrante do Programa de Participação nos Lucros e Resultados.

Tal política de remuneração estimula a busca de resultados pelos funcionários e reconhece o alcance e superação das metas pré-definidas, gerando direcionadores e atenção nos indicadores críticos para a estratégia e resultados da Companhia, e que, finalmente, também corresponde aos interesses dos acionistas.

O Programa de Participação nos Lucros e Resultados é regido por um acordo negociado entre o Banco e seus Empregados, observado o disposto do artigo 7º, incisos VI e XI da Constituição Federal do Brasil, bem como §2º do art. 2º da Lei nº 10.101/00 e seu complemento na Lei nº 12.832/13, protocolado junto ao Sindicato dos Bancários.

b. Política de benefícios

Além dos benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Bancários, tais como: Auxílio Refeição, Auxílio Alimentação, Auxílio Creche ou Auxílio Babá, Auxílio Filhos Excepcionais ou Deficientes Físicos, Auxílio Funeral, Vale-transporte, Complementação de Auxílio Doença Previdenciário ou Auxílio Doença Acidentário, entre outros; o Banco Indusval S.A. concede os seguintes benefícios a seus funcionários:

1. Auxílio Farmácia
2. Plano Odontológico
3. Plano de Saúde
4. Previdência Privada - Previdência Complementar
5. Empréstimos subsidiados
6. Educação
7. Seguro de Vida e Auxílio Funeral

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: grupo de beneficiários; condições para exercício; preços de exercício; prazos de exercício; e, quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não há remuneração baseada em ações para funcionários ou administradores. Há, entretanto, Planos de Opção de Compra de Ações, descritos nos itens 13.4 deste Formulário de Referência, que funcionam como instrumento de incentivo e retenção talentos. Tais planos, originalmente implementados para a Diretoria Executiva, foram estendidos aos Superintendentes a partir de fevereiro de 2010, tendo a última outorga ocorrida em fevereiro de 2013.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

O Banco Indusval S.A. reconhece o importante papel desempenhado pelas entidades legalmente constituídas, estabelecendo processos de diálogo e composição, com a observância da legislação em vigor, dos princípios éticos e das boas práticas de mercado. São vedadas quaisquer atitudes discriminatórias por ideologia sindical.

Temos 100% dos funcionários abrangidos por acordos e representados pelo sindicato dos trabalhadores. A Companhia acredita ter relações satisfatórias com seus funcionários.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações relevantes relacionadas a este item.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
NK 031 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.						
30.613.290/0001-00	SP	Não	Sim	13/01/2021		
Não						
	141.743.356	100,000%	5.309.952	98,987%	147.053.308	99,963%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
OUTROS						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000%	54.340	1,013%	54.340	0,037%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
TOTAL						
	141.743.356	100,000%	5.364.292	100,000%	147.107.648	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
NK 031 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.				30.613.290/0001-00		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
JAIR RIBEIRO DA SILVA NETO						
227.180.585-60	Brasileiro-SP	Não	Não	30/12/2020		
Não						
5.133.268	5,181	522.565	14,142	5.655.833	5,504	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
LUIZ MASAGAO RIBEIRO						
525.253.688-00	Brasileiro-SP	Não	Não	30/12/2020		
Não						
2.951.829	2,979	461.004	12,476	3.412.833	3,321	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
MANOEL FELIX CINTRA NETO						
297.435.758-04	Brasileiro-SP	Não	Não	30/12/2020		
Não						
6.903.469	6,968	462.921	12,528	7.366.390	7,168	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
NK 031 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.				30.613.290/0001-00		
OUTROS						
6.015.760	6,073	838.430	22,691	6.854.190	6,669	
ROBERTO DE REZENDE BARBOSA						
368.376.798-72	Brasileiro-SP	Não	Sim	30/12/2020		
Não						
78.068.297	78,799	1.410.150	38,163	79.478.447	77,338	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
TOTAL						
99.072.623	100,000	3.695.070	100,000	102.767.693	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	14/01/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando: a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, b. principais controladas e coligadas do emissor, c. participações do emissor em sociedades do grupo, d. participações de sociedades do grupo no emissor, e e. principais sociedades sob controle comum

Opção por não inclusão.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar: a. partes; b. data de celebração; c. prazo de vigência; d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle; e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores; f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las; g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.

Considerando que:

- (i) Em 7 de novembro de 2011, os Srs. **MANOEL FELIX CINTRA**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade RG n.º 3.979.718 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob n.º 297.435.758-04, residente e domiciliado na capital do estado de São Paulo, na Praça Pereira Coutinho, 19, apto 141 – Moema, 04510-010 (“Manoel”); **LUIZ MASAGÃO RIBEIRO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade RG n.º 4.994.287 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob n.º 525.253.688-00, residente e domiciliado na capital do estado de São Paulo, na Rua Sabuji, 14, apto 81 - Jardim Europa, 01455-030 (“Luiz”); **JAIR RIBEIRO DA SILVA NETO**, brasileiro, divorciado, empresário, portador do documento de identidade RG n.º 6.988.460 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob n.º 022.718.058-56, residente e domiciliado na capital do estado de São Paulo, na Rua Alasca, 144 - Jardim América, 01437-020 (“Jair”); **AFONSO ANTÔNIO HENNEL**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do documento de identidade RG n.º 297.275 SSP/AM, inscrito no CPF/ME sob n.º 027.813.102-63, residente e domiciliado na capital do estado de São Paulo, na Avenida João Dias, 2.476, 04724-003 (“Afonso”); e **ROBERTO DE REZENDE BARBOSA**, brasileiro, casado, empresário, portador do documento de identidade RG n.º 3.431.622 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob n.º 368.376.798-72, residente e domiciliado na capital do estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes, n.º 251, cj. 71, CEP 05419-000 (“Roberto”), celebraram o Acordo entre Acionistas da Companhia, o qual foi aditado em 14 de maio de 2012, em 4 de novembro de 2013, em 18 de janeiro de 2016, em 1º de agosto de 2016 e em 23 de março de 2018 (“Acordo de Acionistas Original”);
- (ii) Em 26 de agosto de 2019, os Srs. Manoel, Jair, Luiz e Roberto celebraram um novo Acordo entre Acionistas do Banco Indusval S.A. por meio do qual estabeleceram os termos e condições que regem seu relacionamento como acionistas da Companhia (“Novo Acordo de Acionistas”); e
- (iii) Os Acionistas distrataram e resiliaram o Acordo de Acionistas Original e o Novo Acordo de Acionistas, em 14 de setembro de 2020;

Informamos que não há nenhum Acordo de Acionistas vigente no Banco Indusval S.A. e que o Termo de Distrato ao Acordo de Acionistas de 14 de setembro de 2020, mencionado no item (iii) acima, foi homologado pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) em 24 de dezembro de 2020.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em decorrência do processo de reorganização societária e da incorporação de ações da Companhia pela NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. ("Holding"), destacado nos itens 6.3 e 15.7 do presente Formulário de Referência, a Holding é a Acionista Controladora da Companhia.

Histórico de Alterações Relevantes:

(i) Foi firmado acordo de acionistas em 01.02.2006 e aditamentos posteriores, no qual o Grupo de Controle era composto por: Manoel Felix Cintra Neto, Luiz Masagão Ribeiro, Carlos Ciampolini, Antônio Geraldo da Rocha e aditado pela primeira vez em 14.05.2012, com a admissão do Sr. Jair Ribeiro da Silva Neto ao Grupo de controle, e aditado posteriormente em 04.11.2013, com a admissão dos Srs. Afonso Antônio Hennel, Roberto de Rezende Barbosa e Maria Cecília Cavalcante Ciampolini ao grupo de controle, com terceiro aditamento em 18.01.2016, no qual após processo de inventário e Partilha, em virtude do falecimento do Sr. Carlos Ciampolini, as ações ON emitidas pelo Indusval foram transferidas aos Srs. Carlos Eduardo e Caio que não integrarão o Grupo de Controle, e com quarto aditamento em 01.08.2016, no qual retirou-se do Grupo de Controle o acionista Antonio Geraldo da Rocha, conforme aprovação do Banco Central em 03.02.2017.

(ii) Em 23.03.2018, foi enviado para aprovação do Banco Central o 5º aditamento do Acordo de Acionistas, em que Maria Cecília, com a anuência dos demais Acionistas Controladores, manifestou interesse em não continuar como Acionista Controladora do Banco Indusval S.A.

(iii) Em 25.06.2019, o Banco Central do Brasil homologou, nos termos da legislação em vigor, o aumento do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 30.05.2019, no valor de R\$250.411.385,00 (duzentos e cinquenta milhões, quatrocentos e onze mil, trezentos e oitenta e cinco reais) mediante emissão de 71.546.110 (setenta e um milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, cento e dez) novas ações ordinárias nominativas escriturais.

(iv) Em 26.08.2019, foi celebrado um novo acordo de controle entre os acionistas Manoel Felix Cintra Neto, Luiz Masagão Ribeiro, Jair Ribeiro da Silva Neto e Roberto de Rezende Barbosa ("Novo Acordo de Acionistas") que substitui o acordo até então em vigor. O Novo Acordo de Acionistas foi celebrado para refletir a nova distribuição de poder no bloco de controle, onde Roberto de Rezende Barbosa assume a posição de acionista majoritário do bloco de controle, como decorrência do aumento de capital homologado pelo Banco Central em 25.06.2019.

Nesta data, os Acionistas são titulares de ações de emissão da Companhia conforme a seguinte proporção:

Acionista	Ações ON	% do Bloco	% do Total	Ações PN	% do Bloco	% do Total
Roberto de Rezende Barbosa	57.945.728	75,8%	69,8%	160.836	10,0%	4,3%
Jair Ribeiro da Silva Neto	6.200.884	8,1%	7,5%	522.565	32,5%	13,9%
Luiz Masagão Ribeiro	5.379.810	7,0%	6,5%	461.004	28,7%	12,3%
Manoel Felix Cintra Neto	6.903.469	9,0%	8,3%	462.921	28,8%	12,3%
Total Bloco	76.429.891	100,0%	92,0%	1.607.326	100,0%	42,9%

(v) Em 14.09.2020, foi firmado o Termo de Distrato ao Acordo de Acionistas, no qual o Sr. Roberto de Rezende Barbosa passou a ser o Acionista Controlador e único membro do bloco do Grupo de Controle da Companhia.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Nesta data, o Sr. Roberto de Rezende Barbosa é titular de ações de emissão da Companhia conforme a seguinte proporção:

Acionista	Ações ON	% do Bloco	% do Total	Ações PN	% do Bloco	% do Total
Roberto de Rezende Barbosa	74.968.826	74,7%	74,7%	160.836	4,3%	4,3%

O referido Termo de Distrato ao Acordo de Acionistas, mencionado acima, foi homologado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 24.12.2020.

(vi) Em 09.06.2020, dentro da nova estratégia de reposicionamento do Banco, a Companhia anunciou ao mercado a reorganização societária pretendida pela Administração para os próximos meses. A proposta de reorganização foi avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração em 27.07.2020 e pela assembleia geral em 14.08.2020.

Essa reorganização também se insere no compromisso assumido pela Companhia de regularizar o desenquadramento do mínimo de ações em circulação exigido pelo Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa da B3. Nesse sentido, em 13.07.2020, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a saída da Companhia do Nível 2.

Em 10.12.2020, a Companhia realizou o leilão de OPA de saída do segmento de listagem da B3 denominado Nível 2 e, nessa mesma data, encerrou-se o período para adesão dos acionistas elegíveis, de acordo com condições previamente divulgadas, ao direito de recesso, ensejado pela incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela holding NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., empresa de capital fechado recém constituída para abrigar a nova estrutura societária da Companhia.

Após todas as aprovações necessárias, no dia 30.12.2020 ocorreu o último pregão das ações da Companhia na B3 e a incorporação das ações da Companhia pela holding NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., com a migração da base acionária da Companhia para a holding NK 031, que passou a ser a única acionista da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas:

a. evento

b. principais condições do negócio

c. sociedades envolvidas

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

e. quadro societário antes e depois da operação

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Nos últimos três anos, as principais operações societárias ocorridas no grupo estão descritas a seguir:

SMARTBANK, NOSSO BANCO DIGITAL

Em 04.12.2017, o Banco Indusval S.A. firmou Acordo de Investimento e Outras Avenças (“Acordo de Investimento”), com The Hive BR Holding, LLC (“The Hive”), empresa baseada em Palo Alto, Índia e Brasil e especializada em implementação de tecnologias disruptivas em vários setores, formado por empreendedores brasileiros e do Vale do Silício com ampla experiência em fintechs, um documento vinculante que estabelece os termos e condições pelos quais as partes irão desenvolver, na subsidiária do Banco Indusval – cuja denominação social foi alterada para Banco SmartBank S.A. e homologada pelo BACEN em 30.04.2019 – uma nova e inovadora plataforma de banco digital voltada a pequenas e médias empresas.

Em 10.07.2019, através do Decreto nº 9.911, divulgado no Diário Oficial da União, o Governo brasileiro autorizou a participação estrangeira de até cinquenta por cento no capital social do Banco Smartbank S.A.

Em 26.12.2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital para o Banco SmartBank S.A. no valor de R\$2.261 mil, mediante a emissão de 6.617 novas ações ordinárias, que foi integralizado em dinheiro pelo acionista minoritário Digital Finance Participações Ltda., empresa subsidiária da The Hive BR Holding, LLC. Com o aporte de capital, a Digital Finance Participações Ltda. passou a deter 1,81% do capital social do Banco SmartBank. Esse aumento de capital foi homologado pelo Bacen em abril de 2020.

Em 26.10.2020, o Banco Indusval S.A. adquiriu a participação minoritária no Banco SmartBank S.A. e passou a ser detentor de 100% de seu capital social, Essa aquisição está em fase de aprovação perante o Banco Central do Brasil (“BACEN”).

VENDA DE PARTICIPAÇÃO MAJORITÁRIA DA GUIDE INVESTIMENTOS

Em 05.11.2018, o Banco Indusval S.A. concluiu a operação de venda da Guide Investimentos S.A. para o Grupo Fosun Internacional Holdings Limited, um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, conforme Fato Relevante divulgado na mesma data. O Banco Indusval transferiu à Fosun 195.115 ações ordinárias e 39.404 ações preferenciais de emissão da Guide Investimentos, as quais representavam 69,14% do capital social da corretora, por um valor de até R\$287,9 milhões. O valor de R\$155,9 milhões foi pago ao Banco no dia da publicação do fato relevante. O valor de R\$12 milhões foi depositado em uma escrow account para garantir eventual pagamento de indenização que venha a ser devido pelo Banco à Fosun. A depender dos resultados financeiros da Guide nos anos de 2018 e 2019, o Banco Indusval receberá o valor de até R\$120 milhões. O Banco Indusval vendeu, a determinados executivos da Guide, a quantia de 2.933 de ações preferenciais pelo montante de R\$2,1 milhões e, com isso, manterá uma participação minoritária de 67.841 ações PN que representam 20% do capital social da Guide.

GRUPAMENTO DE AÇÕES

O Banco Central do Brasil aprovou a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17.09.2018, que deliberou acerca do grupamento de ações que compõem o capital social do Banco Indusval S.A. na proporção de 10

15.7 - Principais Operações Societárias

(dez) ações de emissão do Banco Indusval para 1 (uma) ação de emissão do Banco Indusval. As ações grupadas passaram a ser negociadas no pregão do dia 07.01.2019, com a posição acionária de 04.01.2019. A realização da operação de grupamento das ações de emissão da Companhia teve como principais objetivos diminuir a volatilidade das ações e conferir melhor patamar para a cotação das ações de emissão da Companhia a fim de evitar que oscilações irrisórias, em centavos, que representem percentuais elevados, em linha às orientações e regras de registro de emissores da B3, conforme Fato Relevante publicado em 30.05.2018.

AUMENTO DE CAPITAL EM 2019

Em assembleia geral de acionistas realizada em 27.03.2019, os acionistas deliberaram um aumento de capital no valor mínimo de R\$245 milhões, mediante a emissão de 70.000.000 de novas ações ordinárias e no valor máximo de R\$325,5 milhões, mediante a emissão de até 93.000.000 de novas ações ordinárias, pelo preço de emissão de R\$3,50 por ação ("Aumento de Capital"), para subscrição privada, sem alteração do grupo de controle da Companhia e com compromisso de subscrição e integralização do valor mínimo do aumento de capital pelos atuais acionistas controladores do Banco Indusval S.A. Foram subscritas, durante o período de exercício do direito de preferência, 71.546.110 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$3,50 por ação ordinária, totalizando o montante de R\$250.411.385,00.

Em 25.06.2019, foi homologado pelo BACEN o aumento do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 30 de maio de 2019, no valor de R\$250.411.385,00, mediante emissão de e 71.546.110 novas ações ordinárias nominativas escriturais pelo preço de emissão de R\$3,50. Em decorrência da homologação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passou a ser de R\$1.100.254.654,25 (um bilhão, cem milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), divididos em 83.049.425 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal e 3.749.410 ações preferenciais nominativas escriturais, sem valor nominal.

ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE DE ACIONISTA

Em 28.06.2019, o WP X Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia informou a Companhia que alienou, por meio de negociações privadas, a totalidade das ações de sua titularidade no capital social do Banco Indusval, representando aproximadamente 1,5% das ações ordinárias e 44,8% das ações preferenciais de emissão da Companhia (já considerando a diluição societária resultante do aumento de capital da Companhia). Concomitantemente, os Srs. Manoel Felix Cintra Neto, Luiz Masagão Ribeiro e Jair Ribeiro da Silva Neto divulgaram carta informando que adquiriram, 300.000 (trezentas mil) ações preferenciais e 406.356 (quatrocentas e seis mil trezentas e cinquenta e seis) ações ordinárias, cada, de emissão do Banco Indusval S.A. ("Companhia") totalizando 900.000 ações preferenciais e 1.219.068 ações ordinárias, então de titularidade do WP X Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

EMIÇÃO DE LETRAS FINANCEIRAS SUBORDINADAS

Em 10.07.2019, o Conselho de Administração aprovou a realização de emissões privadas de letras financeiras, em duas séries, subordinadas e conversíveis em ações ordinárias da Companhia ("Letras Financeiras Subordinadas"). As emissões tiveram o montante de R\$55,2 milhões ("Valor Mínimo das Letras Financeiras Subordinadas"), sendo (i) R\$25,2 milhões em relação à primeira emissão, e (ii) R\$30,0 milhões em relação à segunda emissão. O acionista controlador da Companhia, o Sr. Roberto de Rezende Barbosa, mediante exercício do seu Direito de Preferência e da cessão do Direito de Preferência dos acionistas controladores Srs. Manoel Felix Cintra Neto, Luiz Masagão Ribeiro e Jair Ribeiro da Silva Neto, comprometeu-se a subscrever e integralizar Letras Financeiras Subordinadas no montante equivalente ao Valor Mínimo das Letras Financeiras Subordinadas, independente do exercício do Direito de Preferência pelos demais acionistas.

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10.07.2019 e divulgado aos acionistas na mesma data, as Letras Financeiras seriam mandatoriamente convertidas em ações ordinárias da Companhia caso o Índice de Capital Nível I da Companhia, apurado na forma estabelecida pela Resolução 4.193, fosse inferior a 9% em qualquer mês. Esta hipótese de conversão foi verificada com a apuração do Índice de Capital Nível I da Companhia referente ao mês de novembro de 2019 e informado ao Banco Central em 02.01.2020.

Em 03.01.2020, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital da Companhia, dentro do capital autorizado, em razão da conversão das Letras Financeiras em ações ordinárias. Foram convertidas 184

15.7 - Principais Operações Societárias

Letras Financeiras em 16.023.098 ações ordinárias da Companhia, pelo preço de conversão de R\$3,50 por ação, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração em 10.07.2019.

Diante da conversão, o capital social da Companhia passou a ser R\$1.156.335.497,25 (um bilhão, cento e cinquenta e seis milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos), composto por 102.821.933 ações e dividido em 99.072.523 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal e 3.749.410 ações preferenciais nominativas escriturais, sem valor nominal.

Em 18.06.2020, o BACEN, por meio de ofício, informou a Companhia que operações de aumento de capital social realizadas em razão da conversão mandatória de Letras Financeiras com cláusulas de subordinação em ações ordinárias representativas do capital social, não dependem de aprovação do BACEN, estando sujeitas apenas à sua comunicação, tendo, assim, efeito retroativo para a data de homologação do aumento de capital pelo Conselho de Administração.

AQUISIÇÃO DA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA

Em 01.07.2020, o Banco Indusval S.A. concluiu a aquisição de uma comercializadora de energia, a Crípton Comercializadora de Energia Ltda., o que permitirá à Companhia expandir sua atuação e proporcionar novas estruturas de operações para seus clientes.

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA E NOVA MARCA

Em 09.06.2020, dentro da nova estratégia de reposicionamento do Banco, a Companhia anunciou ao mercado a reorganização societária pretendida pela Administração para os próximos meses e a nova marca, Voiter, que tem origem no verbo em francês “voir”, que significa “ver”. É uma palavra criada, inspirada na conjugação do verbo na terceira pessoa “ele vê”, que em francês é “il voit”. Daí Voiter.

A ideia da reestruturação é segregar os negócios, criando uma holding para separar os ativos:

- o novo banco, mais enxuto, terá a marca Voiter e passa a ser um banco de atacado, oferecendo soluções de serviços e crédito a empresas de médio e grande porte. O Voiter potencializa sua capacidade de concessão de crédito através do mercado de capitais e de parcerias com investidores, mirando também startups, que são carentes de linhas de crédito;
- o SmartBank será focado no atendimento a pequenas e médias empresas, com uma plataforma totalmente digital que oferecerá serviços financeiros transacionais, incluindo conta corrente, pagamentos, cobrança e emissão e credenciamento de cartões; e
- o banco cindido deverá absorver a carteira do legado, com créditos antigos não alinhados à nova estratégia, créditos fiscais e outros bens, como imóveis. Ao longo do tempo, poderá usar sua experiência de crédito e execuções para comprar créditos no mercado.

A proposta de reorganização foi avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração em 27.07.2020 e pela assembleia geral em 14.08.2020. A proposta consiste na (i) na migração da base acionária da Companhia para uma nova companhia fechada a ser constituída (“nova holding”); (ii) na segregação de ativos legados por meio de uma cisão parcial da Companhia em uma nova sociedade, a ser detida 100% pela nova holding; (iii) na transferência da participação da Companhia no SmartBank para a nova holding; e (iv) na realização de um aumento de capital na Companhia, cujo valor será de até R\$100 milhões, com garantia de subscrição e integralização pelo acionista controlador de, pelo menos, R\$70 milhões, o qual será oportunamente definido pelo Conselho de Administração.

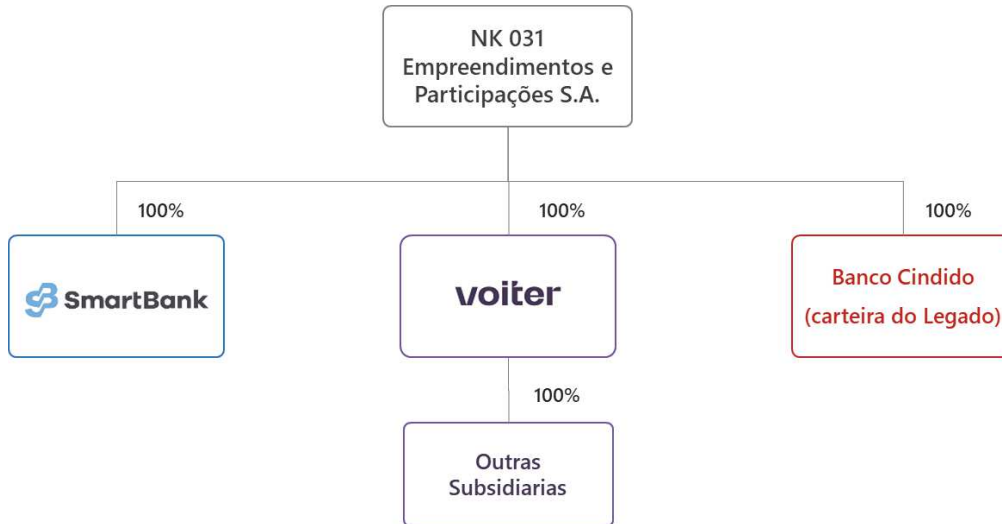
Essa reorganização também se insere no compromisso assumido pelo Voiter de regularizar o desenquadramento do mínimo de ações em circulação exigido pelo Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa da B3. Nesse sentido, em 13.07.2020, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a saída da Companhia do Nível 2 e os procedimentos iniciais para a realização da OPA.

Com isso, em 10.12.2020, a Companhia realizou o leilão de OPA de saída do segmento de listagem da B3 denominado Nível 2 e, nessa mesma data, encerrou-se o período para adesão dos acionistas elegíveis, de acordo com condições previamente divulgadas, ao direito de recesso, ensejado pela incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela holding NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., empresa de capital fechado recém constituída para abrigar a nova estrutura societária da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

Após todas as aprovações necessárias, no dia 30.12.2020 ocorreu o último pregão das ações da Companhia (IDVL3 e IDVL4) na B3 e a incorporação das ações da Companhia pela holding NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., com a migração da base acionária da Companhia para a holding NK 031.

Ao final da reorganização, a holding NK 031 apresentará estrutura societária conforme ilustrado a seguir:



Em 31.12.2020, no contexto da reestruturação societária do Banco, o Conselho de Administração aprovou um aumento de capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no valor de R\$93,0 milhões, mediante a emissão privada de 44.285.715 novas ações, sendo 42.670.833 ações ordinárias e 1.614.882 ações preferenciais. Em 13.01.2021, as novas ações emitidas foram todas subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pela única acionista da Companhia, a holding NK 031 Empreendimentos e Participações S.A. Dessa forma, o capital social do Banco passou a ser composto por 147.107.648 ações.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA NA CVM

Em 14.01.2021, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou sobre o cancelamento do registro da Companhia na CVM e a submissão do pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM, uma vez que a Companhia não possui qualquer valor mobiliário em circulação, já que: (i) foi finalizada a oferta pública para aquisição de suas ações que teve como consequência a saída da Companhia do segmento Nível 2 de governança corporativa da B3 e (ii) a totalidade das ações da Companhia foram incorporadas pela holding NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., a única acionista da Companhia desde então.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações relevantes sob este item que não estejam anteriormente descritas.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As transações entre controladores e administradores e a Companhia, assim como entre a Companhia e empresas controladas e coligadas, são divulgadas em atendimento à Deliberação CVM nº 642/10 e conforme a Resolução CMN nº 4.636/18. Estas transações são realizadas a valores e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade.

O Banco Indusval S.A. não tem uma política formalmente escrita, uma vez que adota a obediência à legislação vigente em todas as suas atividades e entende que o arcabouço legal brasileiro contempla a questão de partes relacionadas em seus vários aspectos, inclusive através da Lei nº 6.404/76.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Administradores	22/07/2019	55.200.000,00	56.326.952,47	Valor total	20/07/2026 a 27/08/2026	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Administradores						
Objeto contrato	LF Subordinada a 100% CDI no vencimento						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Empresas ligadas aos administradores	31/12/2019	0,00	270.299,07	valor total	sem vencimento	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresas ligadas aos administradores						
Objeto contrato	Depósitos à Vista						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Empresas ligadas aos administradores	28/03/2017	29.199.142,70	29.506.422,28	Valor total	12/03/2020 a 18/05/2023	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresas ligadas aos administradores						
Objeto contrato	Depósitos à Prazo de 102% a 115% CDI após carência						
Garantia e seguros	n/a						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Empresas ligadas aos administradores	30/12/2019	12.133.726,89	12.135.476,39	Valor total	02/01/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresas ligadas aos administradores						
Objeto contrato	Operações Compromissadas: Tesouro Selic, Pré 3,70% a.a.						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Pessoas vinculadas aos administradores	31/12/2019	0,00	67.154,25	Valor total	sem vencimento	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoas vinculadas aos administradores						
Objeto contrato	Depósitos à Vista						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Pessoas vinculadas aos administradores	28/07/2017	5.875.733,15	6.000.320,56	Valor total	20/02/2020 a 18/09/2024	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Pessoas vinculadas aos administradores						
Objeto contrato	Depósitos a Prazo de 102% a 121% CDI após carência						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Pessoas vinculadas aos administradores	09/01/2019	477.172,84	488.817,54	Valor total	09/01/2020 a 10/09/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoas vinculadas aos administradores						
Objeto contrato	LCA de 96% a 100% CDI no vencimento						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Pessoas vinculadas aos administradores	16/02/2018	121.403,73	135.763,93	Valor total	07/02/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoas vinculadas aos administradores						
Objeto contrato	LCI de 100% CDI no vencimento						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Empresas controladas	11/12/2019	4.933.440,00	4.604.734,23	Valor total	22/09/2020 a 18/12/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresas controladas						
Objeto contrato	Derivativos: NDF Café X US\$						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Pessoas vinculadas aos administradores	23/12/2019	1.030.000,00	1.030.836,34	Valor total	22/06/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoas vinculadas aos administradores						
Objeto contrato	Operações Compromissadas: Debêntures a 100% CDI						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Empresas ligadas aos administradores	18/12/2019	443.000,00	443.575,67	Valor total	15/06/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresas ligadas aos administradores						
Objeto contrato	Operações Compromissadas: Debêntures a 100% CDI						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Empresas controladas	31/12/2019	0,00	16.508.669,33	Valor total	sem vencimento	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresas controladas						
Objeto contrato	Depósitos à Vista						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Empresas controladas	11/11/2019	73.899.000,00	74.190.780,79	Valor total	10/02/2020 a 20/12/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresas controladas						
Objeto contrato	Depósitos Interfinanceiros: 100% CDI						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Empresas controladas	29/03/2018	70.700,00	78.483,60	Valor total	29/03/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresas controladas						
Objeto contrato	Depósitos a Prazo: 100% CDI						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Empresas controladas	31/12/2019	15.002.402,33	15.002.402,33	Valor total	01/03/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresas controladas						
Objeto contrato	Operações Compromissadas: Pré 6,40% a.a.						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Empresas controladas	31/12/2019	424.212,80	424.212,80	Valor total	Até 30 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresas controladas						
Objeto contrato	Outros Valores a Receber/Pagar						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Administradores	31/12/2019	0,00	82.618,68	Valor total	sem vencimento	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Administradores						
Objeto contrato	Depósitos à Vista						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Administradores	01/10/2018	28.334.056,00	28.477.935,27	Valor total	21/09/2020 a 25/11/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Administrador						
Objeto contrato	Depósitos a Prazo de 105% a 115% CDI após carência						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Administradores	17/09/2019	566.444,48	570.217,41	Valor total	16/09/2019 a 28/12/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Administradores						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	LCA de 100% a 105% CDI no vencimento						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	n/a						
Natureza e razão para a operação	n/a						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2. acima ocorridas: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

O Banco Indusval S.A., além do dever de obediência à legislação, regulamentação e fiscalização aplicável a qualquer companhia aberta no Brasil, na qualidade de Instituição Financeira, submete-se à regulamentação e fiscalização do Banco Central no Brasil e adota as melhores práticas bancárias, inclusive aquelas que contemplam o relacionamento dos controladores e administradores e suas empresas investidas com a Instituição Financeira. Ademais, a Lei do Sistema Financeiro Nacional (SFN) caracteriza alguns dos abusos mais comuns no trato com partes relacionadas como crime, o que confere ao investidor em instituições financeiras um maior conforto.

Não há qualquer operação com partes relacionadas identificadas pela Companhia no último exercício social.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações relevantes que não tenham sido descritas neste item.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
31/12/2020	1.249.335.498,75	13/01/2020	141.743.356	5.364.292	147.107.648
Tipo de capital	Capital Subscrito				
31/12/2020	1.249.335.498,75	13/01/2021	141.743.356	5.364.292	147.107.648
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/12/2020	1.249.335.498,75		141.743.356	5.364.292	147.107.648
Tipo de capital	Capital Emitido				
03/01/2020	1.156.335.497,25	03/01/2020	99.072.523	3.749.410	102.821.933
Tipo de capital	Capital Subscrito				
03/01/2020	1.156.335.497,25	03/01/2020	99.072.523	3.749.410	102.821.933
Tipo de capital	Capital Integralizado				
03/01/2020	1.156.335.497,25		99.072.523	3.749.410	102.821.933
Tipo de capital	Capital Subscrito				
25/06/2019	1.100.254.654,25	25/06/2019	83.049.425	3.749.410	86.798.835
Tipo de capital	Capital Emitido				
17/09/2018	849.843.269,25	18/11/2015	11.503.315	3.749.410	15.252.725
Tipo de capital	Capital Subscrito				
17/09/2018	849.843.269,25	18/11/2015	11.503.315	3.749.410	15.252.725
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	3.749.410				

Tipo de capital	Capital Integralizado				
17/09/2018	849.843.269,25		11.503.315	3.749.410	15.252.725
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	3.749.410				
Tipo de capital	Capital Autorizado				
18/11/2015	0,00		0	50.000	50.000
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	50.000				

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/08/2015	Assembleia Geral Extraordinária	30/12/2015	80.000.000,02	Subscrição particular	56.519.930	6.472.196	62.992.126	10,39172559	1,27	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	6.472.196

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão de R\$ 1,27 (um real e vinte e sete centavos) por ação ordinária e preferencial para o aumento de capital proposto para a Companhia foi estabelecido pelo Conselho de Administração, nos termos do inciso III do § 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404, com base no preço médio ponderado pelo volume de negociação das ações preferenciais do BI&P nos pregões na da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) no período de 13 de julho de 2015 a 11 de agosto de 2015, correspondentes aos pregões dos 30 (trinta) dias anteriores a 12 de agosto de 2015, sem a aplicação de ágio ou deságio. Tal preço de emissão representa um acréscimo de 7,63% sobre a cotação de fechamento das ações em 11 de agosto de 2015.

Forma de integralização O pagamento foi feito à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.

30/05/2019	Assembleia Geral Extraordinária	25/06/2019	250.411.385,00	Subscrição pública	71.546.110	0	71.546.110	29,46559609	3,50	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	----------------	--------------------	------------	---	------------	-------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão O valor de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), conforme proposta da administração da Instituição, este foi o valor encontrado para que (i) se permitisse a capitalização do BANCO, conforme determinação do BACEN, com garantia de aporte para que a Instituição se enquadrasse na Basileia; e, ainda, (ii) facultasse aos acionistas o exercício do direito de preferência. Com efeito, este preço seguiu rigorosamente um parâmetro intermediário – e possível – dos incisos I e III do art. 170, §1º, da Lei das S/A, considerando:

(i) a “perspectiva de rentabilidade da Companhia”:

? o laudo de avaliação preparado pela LCA Consultores, cuja conclusão, pautada nas premissas de que “a companhia não atende os requisitos do Índice de Basileia” e “não consegue gerar distribuir dividendos”, acabou por estimar em R\$ 0,00 o valor da ação;

Daí porque, de acordo com essas circunstâncias, não há mesmo que se falar em diluição injustificada, e sim um sobrepreço ao valor de R\$ 0,00, eis que a fixação do preço de emissão se deu, insista-se, de forma que a Instituição pudesse garantir integralmente o montante necessário ao aumento de capital e, especialmente, viabilizar seu interesse social, conforme, inclusive, já declarou esta Comissão de Valores Mobiliários .

(ii) e a “cotação das ações”, cujo volume insignificante de negócios se revela nos seguintes números (Anexo III):

? Ações Ordinárias: presentes em apenas 10 pregões nos últimos 90 dias antes da RCA; com volume médio por pregão de apenas R\$ 607,53, ao preço de R\$ 14,61.

Ações Preferenciais: presença diária nos pregões dos últimos 90 dias antes da RCA, com volume médio por pregão de apenas R\$ 66.707,00, ao preço de R\$ 5,88.

Forma de integralização O pagamento dos acionistas e dos participantes do mercado foi realizado à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.

03/01/2020	Conselho de Administração	03/01/2020	56.080.843,00	Subscrição particular	16.023.098	0	16.023.098	5,09707800	3,50	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	-----------------------	------------	---	------------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão Valor equivalente ao determinado na emissão das Letras Financeiras conversíveis em ações.

Forma de integralização Em moeda corrente nacional.

31/12/2020	Conselho de Administração	13/01/2021	93.000.001,50	Subscrição particular	42.670.833	1.614.882	44.285.715	8,04264900	2,10	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	---------------	-----------------------	------------	-----------	------------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão Valor patrimonial por ação da Companhia em 30.11.2020.

Forma de integralização Em moeda corrente nacional

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
17/09/2018	115.033.148	37.494.103	152.527.251	11.503.315	3.749.410	15.252.725
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
	PNA	37.494.103		PNA	3.749.410	

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital nos últimos três exercícios.

17.5 - Outras Informações Relevantes**17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Em complemento às informações prestadas no item 17, informamos:

O capital autorizado é de 50.000.000 de ações, sem discriminação entre ações preferenciais e ordinárias.

Reconciliação do Capital Social do Banco Indusval S.A.

Data	Movimento	Capital Social em R\$	Quantidade de Ações		
			Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
31.12.2006	Saldo	106.611.690,00	16.948.594	14.347.653	31.296.247
30.03.2007	Aumento de capital em dinheiro com emissão particular de Ações	16.800.003,56	1.974.648	1.485.937	3.460.585
30.03.2007	Redução de Capital mediante a transferência de ativos aos acionistas controladores (*) e cancelamento de ações	-16.774.786,83	-2.572.150	-1.935.294	-4.507.444
30.04.2007	Capitalização da Reserva Especial de Lucros (Parágrafo 1º do artigo 169 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976)	36.845.825,88	-	-	-
30.04.2007	Cancelamento de Ações em Tesouraria retificado por AGE de 12.09.2007	-	-	-1.591.779	-1.591.779
03.05.2007	Conversão de Ações preferenciais em ações ordinárias na proporção de 1 ação preferencial para cada ordinária	-	12.306.517	-12.306.517	-
	Saldo antes do Desdobramento	143.482.732,61	28.657.609	-	28.657.609
03.05.2007	Desdobramento das ações ordinárias na proporção de 1,0468423936 nova ação para cada ação ordinária existente	-	30.000.000	-	30.000.000
03.05.2007	Conversão de 3.000.000 Ações ordinárias em ações preferenciais na proporção de 1 ação preferencial para cada ordinária	-	-3.000.000	3.000.000	-
	Saldo	143.482.732,61	27.000.000	3.000.000	30.000.000
16.07.2007	Aumento de capital em dinheiro com emissão pública inicial de ações preferenciais	227.500.017,50	-	13.000.001	13.000.001
31.12.2007	Saldo	370.982.750,11	27.000.000	16.000.001	43.000.001
17.09.2009	Cancelamento de Ações preferenciais em Tesouraria adquiridas via programa de recompra, sem redução de capital, deliberado pelo Conselho de Administração, referendado pela AGE de 21.10.2009 e homologado pelo BACEN	-	-	-524.900	-524.900
31.12.2009	Saldo	370.982.750,11	27.000.000	15.475.101	42.475.101
10.08.2010	Cancelamento de Ações Preferenciais em Tesouraria adquiridas em programa de recompra, sem redução de capital, deliberado pelo Conselho de Administração, pendente de convocação e referendo em AGE e homologado pelo BACEN	-	-	-1.262.117	-1.262.117
31.12.2010	Saldo	370.982.750,11	27.000.000	14.212.984	41.212.984
06.05.2011	Aumento de capital aprovado em Reunião do Conselho de Administração, homologado em 08.09.2011 pelo Banco Central do Brasil	201.412.922,80	9.945.650	11.947.060	21.892.710
31.12.2011	Saldo	572.395.672,91	36.945.649	26.160.044	63.105.693
19.08.2013	Aprovação do aumento de capital em Reunião do Conselho de Administração, homologado pelo Banco Central do Brasil	89.987.910,30	7.465.248	4.861.863	12.327.111
31.12.2013	Saldo	662.383.583,21	44.410.897	31.021.907	75.432.804
13.01.2014	Aprovação do aumento de capital em Reunião do Conselho de Administração, homologado pelo Banco Central do Brasil	107.459.686,02	14.102.321	-	14.102.321
31.12.2014	Saldo	769.843.269,23	58.513.218	31.021.907	89.535.125

17.5 - Outras Informações Relevantes

Data	Movimento	Capital Social em R\$	Quantidade de Ações		
			Ações Ordinárias	Data	Movimento
18.11.2015	Aprovação do aumento de capital em Reunião do Conselho de Administração, homologado pelo Banco Central do Brasil em 30.12.2015	80.000.000,02	56.519.930	6.472.196	62.992.126
31.12.2015	Saldo	849.843.269,25	115.033.148	37.494.103	152.527.251
04.01.2019	Grupamento das ações ordinárias e preferenciais na proporção de 10 ações para cada 1 ação existente, sem redução do capital social da Companhia. Posição de 04.01.2019 e início de negociação em 07.01.2019. Aprovado pelo Conselho de Administração em 17.09.2018.		11.503.315	3.749.410	15.252.725
30.05.2019	Aprovação do aumento de capital em Reunião do Conselho de Administração, homologado pelo Banco Central do Brasil em 25.06.2019	250.411.385,00	71.546.110		71.546.110
31.12.2019	Saldo	1.100.254.654,25	83.049.425	3.749.410	86.798.835
03.01.2020	Conversão de Letras Financeiras Subordinadas em 16.023.098 ações ordinárias de emissão da Companhia	56.080.843,00	16.023.098		16.023.098
31.12.2020	Saldo	1.156.335.497,25	99.072.523	3.749.410	102.821.933
13.01.2021	Aprovação do aumento de capital em Reunião do Conselho de Administração, ainda pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil	93.000.001,50	42.670.833	1.614.882	44.285.715
13.01.2021	Saldo	1.249.335.498,75	141.743.356	5.364.292	147.107.648
	Capital Social	1.249.335.498,75	141.743.356	5.364.292	147.107.648

(*) (A) 06 (seis) Títulos Patrimoniais da Bolsa de Valores de São Paulo no valor contábil total de R\$7.693.335,60 (sete milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos); (B) Título de Membro de Compensação da Bolsa de Mercadorias e Futuros no valor contábil de R\$4.570.013,55 (quatro milhões, quinhentos e setenta mil, treze reais e cinquenta e cinco centavos); (C) Título de Corretora de Mercadorias da Bolsa de Mercadorias e Futuros, no valor contábil de R\$4.511.437,68 (quatro milhões, quinhentos e onze mil, quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos).

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	As Ações Ordinárias Nominativas e Preferenciais Nominativas possuem direito a dividendos em iguais condições
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Estão restritas à circulação apenas as ações ordinárias detidas pelo Grupo de Controle.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As condições para alteração dos direitos assegurados a determinado valor mobiliário estão condicionadas à realização de Assembleia Geral, nos termos da Lei nº 6.404/76.
Outras características relevantes	Não há. Todas as características estão descritas acima.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	As Ações Ordinárias Nominativas e Preferenciais Nominativas possuem direito a dividendos em iguais condições
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	Cada ação preferencial confere ao seu titular o direito a voto restrito, exclusivamente nas seguintes matérias: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Sociedade; (ii) aprovação de contratos entre o Banco e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital do Banco; (iv) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico do Banco, conforme parágrafo primeiro do Artigo 47; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Por não conferirem direito a voto pleno em assembleia geral, as ações preferenciais têm prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação do Banco, sem prêmio.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As condições para alteração dos direitos assegurados a determinado valor mobiliário estão condicionadas à realização de Assembleia Geral, nos termos da Lei nº 6.404/76.
Outras características relevantes	Não há. Todas as características estão descritas acima.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há previsão estatutária que limite o direito de voto de acionistas significativos.

Será realizada Oferta Pública, nos termos do Estatuto Social vigente da Companhia, caso ocorra os seguintes eventos:

- (i) Quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle do Banco;
- (ii) Em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle do Banco, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído ao Banco nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor;
- (iii) Em caso de Alienação do Controle do Banco, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas do Banco, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	54.605	10,11	4,79	R\$ por Unidade	5,10
31/03/2019	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.723.866	6,85	2,20	R\$ por Unidade	2,83
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	906.923	9,89	4,05	R\$ por Unidade	7,89
30/06/2019	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	17.266.185	5,49	3,34	R\$ por Unidade	3,93
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.496.196	3,95	2,99	R\$ por Unidade	3,35
30/09/2019	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	14.791.491	4,70	3,50	R\$ por Unidade	4,02
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.903.160	3,89	2,97	R\$ por Unidade	3,17
31/12/2019	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.894.564	4,55	3,49	R\$ por Unidade	3,74

Exercício social 31/12/2018

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	240.458	6,18	4,70	R\$ por Unidade	5,32
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	43.289	4,77	4,12	R\$ por Unidade	4,51
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	22.292	4,81	4,63	R\$ por Unidade	4,65
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	73.286	7,04	4,98	R\$ por Unidade	5,54
31/03/2018	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.582.788	7,17	4,99	R\$ por Unidade	5,99
30/06/2018	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.003.341	4,94	2,32	R\$ por Unidade	3,62
30/09/2018	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.498.635	4,35	2,47	R\$ por Unidade	3,43
31/12/2018	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.568.610	4,60	2,97	R\$ por Unidade	3,71

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social 31/12/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	67.655	1,45	1,33	R\$ por Unidade	1,39
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	153.390	1,58	1,39	R\$ por Unidade	1,47
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	375.833	3,24	1,55	R\$ por Unidade	2,20
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	119.346	2,21	1,21	R\$ por Unidade	1,76
31/03/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	544.488	1,50	1,35	R\$ por Unidade	1,41
30/06/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	370.463	1,58	1,36	R\$ por Unidade	1,48
30/09/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.143.662	2,65	1,51	R\$ por Unidade	1,91
31/12/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.132.455	1,98	1,13	R\$ por Unidade	1,58

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários emitidos pela Companhia no Brasil.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
	0	0	0

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações e bônus de subscrição do Banco Indusval S.A. estavam admitidos à negociação no mercado Bovespa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo/SP - Brasil, até o dia 30.12.2020 (inclusive), quando ocorreu o último pregão das ações da Companhia em razão da incorporação da totalidade das ações de emissão do Banco Indusval S.A. pela holding NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., sociedade por ações de capital fechado, no âmbito da reestruturação societária da Companhia anunciada em 09.06.2020.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve valores mobiliários admitidos a negociação em mercados estrangeiros nos últimos três exercícios sociais.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve emissão de títulos no exterior nos últimos três exercícios sociais.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não houve qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários pelo emissor ou por terceiros nos últimos três exercícios sociais.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar: a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; e c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos três exercícios sociais.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Não houve ofertas públicas de aquisição feitas pelo Banco relativas a ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há quaisquer outras informações relevantes não mencionadas neste item.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios não houve programa de recompra de ações vigente.

O último em vigor foi o 5º programa de Recompra de Ações de Própria Emissão, aprovado em 19.10.2011 para compra de até 1.720.734 ações preferenciais, e esteve válido até 18.10.2012. Não houve aquisições realizadas.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**Exercício social 31/12/2019****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	54.340	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	54.340	
Relação valores mobiliários em circulação	1,470597%	

Exercício social 31/12/2018**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	543.396	
Quantidade adquirida	0	7,88
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	543.396	
Relação valores mobiliários em circulação	1,470597%	

Exercício social 31/12/2017**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	543.396	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	543.396
<hr/>	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria**19.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

O Banco Central do Brasil aprovou a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2018 que deliberou acerca do grupamento de ações que compõem o capital social do Banco Indusval na proporção de 10 (dez) ações de emissão do Banco Indusval para 1 (uma) ação de emissão do Banco Indusval. As ações grupadas passaram a ser negociadas no pregão do dia 07 de janeiro de 2019, com a posição acionária de 04 de janeiro de 2019. Com isso, a posição de ações em tesouraria passou a quantidade de 54.340 ações PN.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	14/06/2007
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Gerentes e empregados com acesso a informações privilegiadas Sociedades controladas com acesso a informações privilegiadas Acionistas controladores de Sociedades Controladas, incluindo cônjuges, companheiros, dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda Quaisquer outras pessoas que tenham acesso/conhecimento de Fatos Relevantes em virtude do cargo, posição ou função no Banco Indusval ou em sociedades controladas/coligadas Acionistas Controladores - diretos e indiretos Administradores Membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas do Banco Indusval

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação de Valores Mobiliários do Banco Indusval S.A., conforme item 3.1., tem como objetivo coibir e punir a utilização de Informações Privilegiadas em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com Valores Mobiliários de emissão do Banco. Ademais, essa Política enuncia as diretrizes que regem, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e das políticas internas do próprio Banco, definindo os períodos de vedação e abstenção às negociações de modo a coibir insider trading e tipping, preservando a transparência nas negociações de Valores Mobiliários de emissão do Banco Indusval.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização 20.1.d.i. Os períodos de vedação estão regulados pelo item 3 da Política de Negociação do Banco Indusval S.A.. São vedadas as negociações de pessoas vinculadas:

1. Em todos os períodos em que o DRI haja determinado a proibição de negociação;
2. Anteriormente à divulgação ao público de Fato Relevante, bem como quando estiver em curso distribuição pública de Valores Mobiliários, bem como a prestação de aconselhamento ou assistência de investimento em Valores Mobiliários por parte das Pessoas Vinculadas. Tais vedações serão mantidas, mesmo após a divulgação do Fato Relevante, na hipótese de eventuais negociações interferirem, em prejuízo do Banco ou de seus acionistas, com o fato associado ao Fato Relevante.
3. Caso estejam cientes da existência de informação relevante de qualquer outra empresa ainda não divulgada com potencialidade de interferir na cotação dos Valores Mobiliários do Banco. Esta regra se aplica também à Aquisição para a Tesouraria.
4. Que se afastarem de cargos na administração do Banco anteriormente à divulgação de Fatos Relevantes originados durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários de emissão do Banco até: (a) o encerramento do prazo de 6 meses contado da data de seu afastamento; ou (b) a divulgação ao público do Fato Relevante.

20.1.d.ii. Períodos de Abstenção de Negociação são regulados pelo item 3.4 da Política de Negociação do Banco Indusval S.A.:

- a) no período de 15 dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) exigidas pela CVM;
- b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios; e
- c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção do Banco Indusval ou dos Acionistas Controladores de: (i) modificar o capital social do Banco Indusval mediante subscrição de ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão do banco pelo próprio Banco Indusval; ou (iii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.

20.1.d.iii. Procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos:

Conforme item 3.2 da Política de Negociação do Banco Indusval S.A. adotou-se que todas as negociações por parte do próprio Banco Indusval e das Pessoas Vinculadas somente serão realizadas com a intermediação das Corretoras Credenciadas. As corretoras credenciadas para tais operações serão instruídas pelo DRI a não registrar operações das Pessoas Vinculadas em violação às vedações à negociação definidas na política.

Para alertar as Pessoas vinculadas de suas obrigações com relação ao Blackout Period, a área de Relações com Investidores envia comunicado interno para todas as pessoas que aderiram à política de negociação lembrando a necessidade de abstenção de negociações nos períodos que antecedem a divulgação de resultados. Ademais, a área de RI acompanha sistematicamente a movimentação de suas ações a fim de detectar movimentações anormais ou indevidas e mantém constante alinhamento com as corretoras para prevenir eventuais deslizamentos na obediência à Política de Negociação.

O item 4.6. da Política de negociação do Banco Indusval prevê, ainda, que quaisquer violações pelas Pessoas Vinculadas verificadas deverão ser comunicadas imediatamente ao Banco Indusval, na pessoa do DRI.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Exceções às restrições de negociação de valores mobiliários de emissão do Banco Indusval S.A.

Conforme o item 3.1.5 da Política de Negociação, essa política não se aplica às negociações realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas as Pessoas Vinculadas desde que: (a) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e (b) as decisões de negociação do administrador do fundo de investimento não possam ser influenciadas pelos cotistas.

Ademais, o item 3.6 da Política prevê que as pessoas vinculadas poderão negociar Valores Mobiliários de emissão do Banco Indusval S.A. nas seguintes hipóteses: (a) com objetivo de investimento a longo prazo, sendo recomendada a manutenção da propriedade dos Valores Mobiliários emitidos pelo Banco Indusval S.A. por um prazo mínimo de 6 meses; (b) subscrição, compra ou negociação privada de ações vinculadas ao exercício de opção de compra de acordo com planos de compra de ações aprovados pela Assembleia Geral do Banco Indusval S.A.; (c) execução, pelo Banco Indusval S.A., de compras objeto de programas de recompra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria; e (d) aplicação de remuneração variável, recebida a título de participação no resultado, na aquisição de Valores Mobiliários.

Planos Individuais de negociação de Valores Mobiliários de emissão do Banco Indusval S.A., segundo item 3.7 da Política de Negociação, devem ser submetidos ao Diretor de Relações com Investidores para exame da sua compatibilidade com os dispositivos dessa Política de Negociação ("Planos Individuais de Negociação"). Os Planos Individuais devem contemplar a natureza das operações programadas de compra e de venda, incluindo as datas, as quantidades e os preços, ou um critério pré-determinado para a definição desses elementos que devem ser compatíveis com o disposto nessa Política de Negociação. Quando existentes, os planos individuais devem ser comunicados às Bolsas de Valores pelas pessoas vinculadas.

Penalidades por descumprimento da Política de Negociação do Banco Indusval S.A.

A Política prevê ainda, em seu item 3.8.1., que as Pessoas Vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante dessa Política de Negociação se obrigam a ressarcir o Banco Indusval S.A. e/ou outras Pessoas Vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que o Banco Indusval S.A. e/ou outras Pessoas Vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento. Ademais, qualquer violação ao disposto nessa Política está sujeita aos procedimentos e penalidades previstos em lei, além da responsabilização por perdas e danos causados ao Banco Indusval S.A. e/ou terceiros.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

Os itens 3.5 e 4.2 da Política de Divulgação de Informações relevantes do Banco Indusval S.A. estabelece que Pessoas Vinculadas que tenham conhecimento de qualquer informação que possa configurar Fato Relevante deverão comunicar, imediatamente e por escrito, por meio do canal “Fale com Ética”, que informará ao Diretor de Relações com Investidores para que esse, por sua vez, tome as medidas necessárias para divulgação da informação, nos termos da lei e dessa Política.

Ademais, caso as Pessoas Vinculadas que tenham conhecimento de Fato Relevante e constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de divulgação, nos termos do item 3.6, deverão encaminhar, imediatamente, comunicação escrita por meio do canal “Fale com Ética” do Banco Indusval S.A. para que estes tomem as medidas cabíveis para divulgação da informação ao mercado e às autoridades competentes, se for o caso. A responsabilidade dos Administradores e das Pessoas Vinculadas que tiveram acesso a Fatos Relevantes não divulgados apenas cessará quando a divulgação à CVM tiver ocorrido.

Com relação às demais informações financeiras e não-financeiras, adota-se a prática de que todos os dados e informações a serem divulgados a mercado sejam produzidos por uma determinada área e conferidos e avaliados por no mínimo duas áreas, sendo uma delas a área de Relações com Investidores. As áreas que normalmente participam do processo de avaliação, a depender do assunto a ser divulgado, são: Jurídico, Contabilidade e Controladoria, Tesouraria, Recursos Humanos, Riscos e Compliance. Tal procedimento visa à detecção de possíveis erros, inconsistências ou vícios e à avaliação de clareza, precisão e veracidade das informações prestadas.

A íntegra da Política de Divulgação de Informações Relevantes da Companhia está disponível no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no website de Relações com Investidores (www.bip.b.br/ri).

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada

A Política de Divulgação de Informações Relevantes, aprovada pelo Conselho de Administração do Banco Indusval S.A. em reunião realizada em 28.08.2020, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, define em seu item 3.6 que cabe ao Diretor de Relações com Investidores zelar para que qualquer fato relevante seja divulgado ao mercado na forma prevista na legislação específica e na Política de Divulgação, de forma clara e precisa, em linguagem acessível ao público investidor, bem como zelar pela sua ampla e imediata disseminação, simultânea em todos os mercados em que os valores mobiliários do Banco Indusval S.A. sejam negociados.

Ademais, o item 3.6 dessa Política define as responsabilidades do Diretor de Relações com Investidores, a saber:

(a) divulgar e comunicar à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), às Bolsas de Valores envolvidas, ao Banco Central do Brasil (BACEN) e outras entidades caso julgue necessário, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios do Voiter que seja considerado Informação Relevante; e

(b) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas Bolsas de Valores e em todos os mercados nos quais o Voiter tenha Valores Mobiliários admitidos à negociação, observadas as regras aplicáveis, assim como ao público investidor em geral.

Os **PROCEDIMENTOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO DO SIGILO** estão definidos no item 4.2 dessa Política e determinam que as Pessoas Vinculadas que tenham conhecimento de qualquer informação que possa configurar Fato Relevante deverão comunicar, imediatamente e por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores para que esse, por sua vez, tome as medidas necessárias para divulgação da informação, nos termos da lei e desta Política de Divulgação. Deverão também guardar sigilo sobre informações relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança e Contatos Comerciais também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento. As Pessoas Vinculadas não devem discutir Fatos Relevantes em lugares públicos e Informações Privilegiadas somente poderão ser discutidas com aqueles que tenham a necessidade de conhecê-las. As Pessoas Vinculadas devem ainda: (a) não se valer de Informações Privilegiadas para obter, direta ou indiretamente, para si ou para terceiros, quaisquer vantagens pecuniárias, inclusive por meio da compra ou venda de Valores Mobiliários de emissão do Banco Indusval S.A., ou a eles referenciados; (b) zelar para que a violação do disposto neste artigo não possa ocorrer através de subordinados diretos ou terceiros de sua confiança, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento. As Pessoas Vinculadas que, inadvertidamente ou sem autorização, de qualquer modo comunicarem, pessoalmente ou através de terceiros, Informação Privilegiada a qualquer pessoa não vinculada, antes de sua divulgação ao mercado, deverão informar tal ato imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores para que este tome as providências cabíveis. Quaisquer violações a essa Política devem ser comunicadas imediatamente ao Banco na Pessoa de seu Diretor de Relações com Investidores.

FORMA DE DIVULGAÇÃO DE FATOS RELEVANTES: De acordo com o item 3.6 da Política de Divulgação, sempre que for veiculado Fato Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou público selecionado, no País ou no exterior, o Fato Relevante deverá ser simultaneamente divulgado à CVM, às Bolsas de Valores e aos investidores em geral. Além do arquivamento na CVM e Bolsa de Valores, a divulgação dos Fatos Relevantes ocorrerá por meio da publicação de anúncios nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pelo Banco Indusval S.A.; e, em caso de descrição resumida da informação relevante, os endereços na rede mundial de computadores (Internet), onde a informação detalhada estará disponível a todos os investidores em teor idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores. Sempre que possível, a divulgação de qualquer Fato Relevante ocorrerá antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores, sendo que, em caso de

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

incompatibilidade de horários com outros mercados, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

A íntegra da Política de Divulgação de Informações Relevantes da Companhia está disponível no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no website de Relações com Investidores (www.bip.b.br/ri).

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Roberto de Rezende Barbosa – Presidente do Conselho de Administração

Fernando Fegyveres – Diretor Geral e Membro do Conselho de Administração

Carlos André Hermesindo da Silva – Diretor de Relações com Investidores

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Penalidades por descumprimento da Política de Divulgação de Informações Relevantes do Banco Indusval S.A.

A Política prevê ainda, em seu item 4.3, que as Pessoas Vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante dessa Política e da legislação específica se obrigam a ressarcir e indenizar as pessoas que com ele tiverem negociado de boa-fé, sem ter posse da informação. Ademais, qualquer violação ao disposto nessa Política está sujeita aos procedimentos e penalidades previstos em lei, além da responsabilização por perdas e danos causados ao Banco Indusval e/ou terceiros.